Ângela Cristina Trevisan Felippi
Organizadora

Rurbanidade e Tecnologias de Comunicação

Experiências de pesquisa Brasil - Argentina

Autoras e Autor:
Ângela Cristina Trevisan Felippi
Gustavo Ramón Cimadevilla
Ana Carolina D. Escosteguy
Cidonea Machado Deponti
Silvina Galimberti
Claudia Kenbel
Paola Demarchi

Pedro & João editores

RURBANIDADE E TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO

Experiências de pesquisa Brasil - Argentina

Pedro & João
editores

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.



Ângela Cristina Trevisan Felippi (Organizadora)
Ana Carolina D. Escosteguy
Gustavo Ramón Cimadevilla
Claudia Kenbel
Silvina Galimberti
Paola Demarchi
Cidonea Machado Deponti

RURBANIDADE E TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO

Experiências de pesquisa Brasil - Argentina

Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Ângela Cristina Trevisan Felippi, Ana Carolina D. Escosteguy, Gustavo Ramón Cimadevilla, Claudia Kenbel, Silvina Galimberti, Paola Demarchi, Cidonea Machado Deponti

Rurbanidade e tecnologias de comunicação. Experiências de pesquisa Brasil - Argentina. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 150p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1809-0 [Digital]

1. Rurbanidade. 2. Tecnologias de comunicação. 3. Pesquisa Brasil-Argentina. 4. Estudos culturais. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828
Diagramação: Diany Akiko Lee
Revisão: Valdemir Miotello
Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2025

Sumário

Prefácio - Uma trama de afinidades na prática da pesquisa em estudos culturais 7
Ana Carolina D. Escosteguy

Nota introdutória sobre experiências de pesquisa em *rurbanidade* 15
Ângela Cristina Trevisan Felippi

PARTE 1

***Rurbanidade* e Tecnologias de Comunicação no domínio de Comunicação e Desenvolvimento** 25
Ângela Cristina Trevisan Felippi

Jovens *rurbanos,* mediações culturais e território - resultados de pesquisa 43
Ângela Cristina Trevisan Felippi

PARTE 2

Sin retorno. La condición *rurbana* y sus mecanismos de cristalización 71
Gustavo Cimadevilla

Tensiones *rurbanas* sobre los trabajos de las economías populares 85
Claudia Kenbel y Silvina Galimberti

Políticas urbanas y apropiaciones rurbanas. Las mediaciones como clave de lectura **105**
Silvina Galimberti y Paola Demarchi

Posfácio **141**
Cidonea Machado Deponti

Sobre as autoras e o autor **147**

Prefácio

Uma trama de afinidades na prática da pesquisa em estudos culturais

Ana Carolina D. Escosteguy

Prefaciar uma produção intelectual originada em um percurso com o qual partilho muitas afinidades, provenientes de cumplicidades variadas, estabelecidas ao longo de 20 anos de convivência acadêmica e de compartilhamento de interesses e múltiplas trocas, é tanto estimulante quanto embaraçoso. Contudo, o comprometimento com uma formação em estudos culturais impulsiona alinhavar algumas anotações dando continuidade ao processo de objetivar a força que os encontros exercem na trama de itinerários e trabalhos intelectuais[1]. Aqui, tal esforço está dirigido especialmente à trajetória de Ângela Cristina Trevisan Felippi e, particularmente, à justificativa de algumas escolhas teóricas e metodológicas da pesquisa *Rurbanidades, TIC e Desenvolvimento Regional: estudo das práticas e dos sentidos da rurbanidade manifestas nos Vale do Rio Pardo e Vale do Caí/RS-Brasil.* Portanto, mais do que apresentar a pesquisa propriamente dita que deve ser consultada no texto que segue, opto por tratar do percurso para construí-la, já que este está vinculado a opções teóricas e decisões metodológicas tomadas ao longo de uma formação intelectual.

Com esse propósito, registro lembranças esparsas de encontros, provocadas pelo presente – neste caso, pela leitura dos

[1] Assim como explorei as atrações e afinidades com três mestras do período de minha formação na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo - USP, esta é uma oportunidade para registrar interlocuções, intercâmbios e aprendizagens a partir da relação orientadora-orientanda, mesmo que hoje esta seja entre pares. Ver Escosteguy (2022).

textos que compõem este livro, principalmente, daqueles motivados pela exploração empírica, realizada pela Ângela, junto a uma juventude *rurbana* de uma região do Sul do Brasil. Escolho recortes que, do meu ponto de vista, estabelecem convergências e justificam algumas das escolhas desse estudo, reforçando que o trabalho da memória é seletivo. Ao mesmo tempo, mantenho-me inspirada, sobretudo, pela ideia de que o trabalho da memória é gerador de futuro – isto é, pelo desejo de delinear novos projetos e produções e fortalecer parcerias e intercâmbios[2].

O ingresso no doutorado da PUCRS em 2002 estabeleceu o primeiro encontro entre Ângela e eu como sua orientadora. Naquela etapa, as disciplinas que eu ministrava no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, concentravam-se em trajetórias intelectuais de protagonistas dos estudos culturais, seja no eixo do Norte, seja no do Sul e em determinadas problemáticas. No eixo das trajetórias, estudávamos principalmente os itinerários de Stuart Hall, Raymond Williams, Néstor García Canclini, Jesús Martín-Barbero e Renato Ortiz. No que diz respeito às problemáticas, a questão das identidades culturais era vital e amalgamava muita atenção devido a intensificação das relações interculturais, constitutivas dos processos de globalização e mundialização da cultura em evidência na virada dos 1990 para os 2000.

Concomitante a esse interesse temático, observava-se a tonificação da proposta original de Martín-Barbero, lançada em meados dos 1980, de abarcar, nos processos comunicativos, a dinâmica social e cultural das relações entre as lógicas de produção e dos usos, incluindo a dos produtos midiáticos. Entre as consequências desse revigoramento, engatinhava a apropriação de seu programa de pesquisa, principalmente, de seu viés metodológico, em outras agendas de investigação, isto é, para além dos estudos de recepção e da telenovela que já se mostrava profícuo e avançado.

---

[2] Estas notas foram escritas na virada para 2025, um momento propício a olhar o passado para pensar o futuro.

A tese de doutoramento de Ângela (Felippi, 2006) está afinada com essa abertura do programa de pesquisa de Martín-Barbero. Alicerçada nas contribuições metodológicas do autor, tratou das relações entre o processo produtivo de notícias, marcado por adaptações ao capitalismo global e à mundialização da cultura, o texto jornalístico e seu consumo, via a abordagem das mediações. Algo, porque não dizer, de caráter inaugural nos estudos de jornalismo no contexto nacional. Esse tipo de lente, grande-angular, propiciou condições para tensionar um olhar centrado exclusivamente em aspectos técnico-profissionais do jornalismo, procurando desvendar conjuntamente com os primeiros, as dimensões da organização empresarial mas, sobretudo, os aspectos socioculturais do processo de construção de identidade gaúcha por um jornal de larga circulação regional, em uma determinada época.

Portanto, essa pesquisa é um impulso chave na constituição de afinidades e convergências que firmamos em torno de uma abordagem que privilegia a centralidade do simbólico, sem desconsiderar as pressões do contexto sócio-histórico. Essa premissa significa estar comprometida com uma determinada forma de estudar a cultura, marcada por uma abordagem *contextual e conjuntural*. Como nos ensina Stuart Hall, o objeto de estudo está sempre centrado num contexto e nunca é um acontecimento isolado.

Da tese à atuação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, na Universidade de Santa Cruz do Sul, Ângela permaneceu vinculada a essa perspectiva de pesquisa. Contudo, construiu um percurso singular na docência e investigação ao incorporar a teoria das mediações aos estudos sobre desenvolvimento. Nesse movimento, exercitou outro pilar da prática da pesquisa em estudos culturais: a interdisciplinaridade. Especificamente, construiu enlaces entre os estudos em desenvolvimento, com larga história formativa, a comunicação, área com fronteiras fluídas onde há tanto a vigência de uma centralidade nas mídias quanto um olhar mais alargado que abrange processos interacionais variados e, em termos de objeto de estudo, privilegiou a constituição de processos socioculturais

particulares. Um primeiro registro desses arranjos foi apresentado em evento comemorativo aos 30 anos da obra maior de Jesús Martín-Barbero, *Dos meios às mediações* (Felippi, 2018). Na sequência, outras publicações da autora retomam esse percurso (Felippi, 2019; Felippi, 2020).

Portanto, desde à época dos estudos doutorais, nossos interesses e motivações de pesquisa mantém uma convergência ativa. E esses laços se concretizaram de distintas formas, excetuando as tradicionais publicações conjuntas. É exemplar desse outro tipo de ações a organização do *II Seminário Estudos Culturais e Interlocuções Interdisciplinares: Relações entre Cultura e Desenvolvimento*, realizado na UNISC, em 2016, quando o debate principal esteve pautado pelas dimensões geográficas e territoriais das culturas. Considero que aí está o germe de outro de seus direcionamentos na presente investigação. Trata-se de sua opção por uma abordagem territorial, concretizada agora na categoria de *rurbanidade.* Claro que seu posicionamento e filiação ao Desenvolvimento Regional também exercem influência na rota em curso.

O convívio cotidiano entre nós foi retomado em 2014 e se fortaleceu com a pesquisa coletiva *As tecnologias de comunicação no cotidiano de famílias rurais – (Re)Configurações de uma ruralidade*, finalizada em 2018 e publicada em 2019. Importante referir que esse estudo demarcou uma nova disposição de pesquisa interessada nas experiências de sujeitos *com* as tecnologias de comunicação. Creio que não é demasiado dizer que, para cada uma de nós, voltar-se para a observação e escuta de sujeitos, priorizando o agenciamento humano nas apropriações, táticas e saberes advindos de sua participação em circuitos mediados pelas tecnologias de comunicação, constituiu um novo impulso e afinidade em nossos percursos investigativos.

Essa prática de campo, ao longo de quatro anos, junto a sete famílias agricultoras, inseridas na cadeia agroindustrial do tabaco, residentes em município da Região Sul do Brasil, configurou uma vivência de pesquisa e convivência entre nós duas e, também, com

a equipe, sem par. Durante o campo, mantivemos contato com 13 mulheres (sete adultas, quatro idosas e duas jovens) e 17 homens (sete adultos, dois idosos e oito jovens) que viviam a chegada e/ou a expansão de tecnologias digitais, como internet, telefone celular e computador de mesa, *notebook* e *tablet* com acesso à internet. Essas tecnologias conviviam com os demais meios pré-existentes – em especial, o rádio, a televisão e os jornais locais e regionais. Sem dúvida, essa imersão empírica lastreou seu atual interesse na condição dos jovens escolares que vivenciam a *rurbanidade*, pensada naquele momento, sem uma especificidade conceitual, como uma *certa* ruralidade.

Resta dizer que o desenho interdisciplinar construído, apresentado no primeiro capítulo com concisão e clareza, demonstra a pertinência de um arranjo teórico que remete ao trabalho inicial no doutoramento mas hoje, com certeza, revela-se muito mais aprimorado, mesmo em relação à pesquisa anteriormente referida. No horizonte de reflexões que a leitura do livro provoca, pelo menos a partir de fragmentos rememorados de nossa convivência e encontros e, sobretudo, de nossa primeira relação entre orientadora e orientanda, o que sobressai é a maturidade e o rigor intelectual de uma prática de pesquisa em estudos culturais. Fico muito grata e orgulhosa de ter sido – e ser – partícipe e parceira desse percurso.

Espero que a breve trama de lembranças, observações e comentários provocados pela leitura do presente livro mereça outras reflexões e interlocuções, seja da ordem das relações entre orientadoras e orientandas, seja entre colegas de magistério, parceiras e colaboradoras em distintas atividades profissionais e acadêmicas. Reiterando que todas as trocas e interlocuções contribuem com os recíprocos aprendizados intelectuais, profissionais e acadêmicos.

Por último, mas não menos importante, gostaria de destacar o empenho da Ângela no estabelecimento de parcerias acadêmicas internacionais e interinstitucionais. Esforço não menor diante de tantas demandas cotidianas no âmbito da docência, da pesquisa e

da vida pessoal e familiar. Na composição deste livro, os três textos da segunda parte advém de uma vinculação com pesquisadoras e pesquisadores do Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Nacional de Río Cuarto - UNRC, da província de Córdoba – Argentina. Novamente, a potência dos encontros avulta. Desta vez, as conexões com a chave analítica da condição de vida rurbana, propostas por Gustavo Cimadevilla, Claudia Kenbel, Silvina Galimberti e Paola Demarchi, todas ancoradas em pesquisas de campo, arquitetam uma trama fina, sintonizando o estudo realizado no Sul do Brasil com as pesquisas realizadas em território regional argentino.

Assim, essa rede de pesquisa não é fortuita, nem atende apenas a demandas atuais de políticas da pós-graduação no Brasil. Ao contrário, revela-se intrínseca ao engajamento com uma postura interdisciplinar já destacada anteriormente e assumida como ponto de partida em um programa de pesquisa que articula as áreas do Desenvolvimento Regional e da Comunicação, privilegiando uma vinculação com os estudos culturais.

Referências

Escosteguy, A. C. D. *et al*. *As tecnologias da comunicação no cotidiano de famílias rurais: (Re)configurações de uma ruralidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2722. Acesso em: 6 de jan. 2025.

Escosteguy. A. C. D. As atrações em uma trajetória intelectual: a força das mestras. *Matrizes*, v. 16, n. 3, p. 27-38, 2022. DOI:10.11606/.1982-8160.v16i3p27-38

Felippi, Â. C. T. *Jornalismo e identidade cultural: a* construção da identidade gaúcha em Zero Hora. 2006. Tese de (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2227. Acesso em: 6 de jan. 2025.

Felippi, Â. C. T. As mediações de Jesús Martín-Barbero e os estudos de Comunicação no âmbito do Desenvolvimento Regional. *Intexto*, v. 4, p. 135-150, 2018. DOI: https://doi.org/10.19132/1807-8583201843.135-150

Felippi, Â. C. T.; Vilela, R. S; Silveira, R. L. L. La espacialidad en el Mapa Comunicativo de la Cultura: producto social y condición del devenir. In: Jacks, N.; Schmitz. D.; Wottrich., L. (Org.). *Un nuevo mapa para investigar la mutación culrural - Diálogos con la propuesta de Jesús Martin-Barbero*. 1ed. Quito: Ciespal, 2019, v. 1, p. 91-116.

Felippi, Â. C. T. Comunicação e desenvolvimento: possibilidades para uma agenda de pesquisa. In: Silveira, R. L. L. da; Deponti, C. M. (Org.). *Desenvolvimento regional:* processos, políticas e transformações territoriais. 1ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, v. 1, p. 215-238. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br. Acesso em: 6 jan. 2024.

Nota introdutória sobre experiências de pesquisa em *rurbanidade*

Ângela Cristina Trevisan Felippi

A obra que segue é fruto de uma parceria acadêmica interinstitucional e internacional entre pesquisadoras e pesquisadores da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, localizada no estado do Rio Grande do Sul - Brasil, e da Universidad Nacional de Río Cuarto - UNRC, da província de Córdoba - Argentina. No marco da pesquisa *Rurbanidades, TIC e Desenvolvimento Regional: estudo das práticas e dos sentidos da rurbanidade manifestas nos Vale do Rio Pardo e Vale do Caí/RS-Brasil*, o livro apresenta, em sua primeira parte, a referida pesquisa, somada a ensaio e relatos de investigações realizadas pelos acadêmicos argentinos, que compõem a segunda parte da obra.

A aproximação acadêmica materializada neste e-book e em inúmeras outras ações, entre as quais cursos de formação, edição conjunta de dossiê temático, palestras internacionais, intercâmbio docente e discente, foi acontecendo desde 2019 e reunindo três programas de pós-graduação. Dois deles localizados na UNISC: o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e o Programa de Pós-Graduação em Letras, e um na UNRC, o Doctorado em Ciências Sociales. Pesquisadoras, pesquisadores e estudantes de graduação, mestrado e doutorado integraram as atividades da parceria, cujos estudos se localizam na intersecção entre as áreas do Desenvolvimento Regional e da Comunicação.

Na subárea do conhecimento denominada Comunicação e Desenvolvimento[1], o espaço é uma categoria relevante para a

[1] A aproximação entre Comunicação e Desenvolvimento tradicionalmente é denominada como Comunicação para o Desenvolvimento, tendo sua crítica e atualização teórica gerado outras denominações, entre as quais Comunicação para

compreensão dos processos socioculturais e comunicacionais. Por meio do Grupo de Pesquisa do CNPq Desenvolvimento Regional e Processos Socioculturais, temos realizado pesquisas que se ocupam da abordagem cultural do espaço, considerando-o uma mediação na relação dos sujeitos com o mundo (Martín-Barbero, 2018).

Destarte, o encontro com os estudos de *rurbanidade* descortinou a possibilidade de uma categoria teórica alternativa às que contávamos para a investigação sobre espaços que são caros para a Comunicação e Desenvolvimento, o rural e o urbano. A categoria da *rurbanidade* viabiliza uma mirada que se desprende da visão dual entre rural e urbano, assim como – pela própria morfologia da palavra - coloca o rural em primeiro exame. A noção de *rurbanidade* carrega um conceito e se converte em uma chave analítica que oportuniza pensar holisticamente a reconfiguração desses espaços, sem a hierarquização e a valoração de algumas vertentes teóricas pregressas.

Isso posto, este livro se assenta no conhecimento produzido a partir de um grupo de pesquisadores e pesquisadoras argentinas, com protagonismo de Gustavo Cimadevilla e Edgardo Carniglia, que por mais de duas décadas vêm se debruçando sobre a categoria teórica e analítica da *rurbanidade* e suas manifestações empíricas no departamento de Río Cuarto[2]. A equipe de Río Cuarto assina vasta bibliografia, inclusive três artigos produzidos para este e-book, com reflexões teóricas e resultados de pesquisas de campo, compondo um panorama rico sobre as interações, atravessamentos e simbioses entre os espaços rural e urbano, no contexto de um país latino-americano, marcado pelas contradições decorrentes de sua condição de subalternidade.

---

a Mudança Social. Em nossos estudos, adotamos o binômio Comunicação e Desenvolvimento.

[2] Río Cuarto é um dos 26 departamentos da província de Córdoba. Localizado na pampa argentina, comporta um conjunto de cidades com população até 10 mil habitantes e mais a cidade de Río Cuarto, mais populosa, 157.010 habitantes, que exerce centralidade regional, e onde fica localizada a Universidad Nacional de Río Cuarto (City Population, 2024).

E justamente essa condição que torna a realidade das duas regiões, Río Cuarto e Vale do Rio Pardo[3], próximas e permite associar as reflexões presentes nesta obra às manifestações de *rurbanidade*. São duas regiões com particularidades territoriais marcadas pela presença de cidades pequenas e cidades médias, cuja economia é assentada na produção, beneficiamento e industrialização de produtos primários, predominando as *commodities*, e tendo os setores do comércio e de serviços com desenvolvimento decorrente do impulso econômico promovido pela produção agroindustrial. São regiões com características naturais com diferenças entre si - a primeira dominada pelo bioma Pampa, e a segunda com predomínio da Mata Atlântica e tendo também parte constituída pelo Pampa. E processos de colonização e ocupação do espaço com distinções. No entanto, ambas apresentam dinâmicas territoriais com "reconocidos los procesos de penetración de lo urbano sobre lo rural, incluso como hegemónicos, también se requiere observar sus procesos opuestos. O lo que puede designarse como ruralización de lo urbano y su síntesis rurbana" (Cimadevilla, Carniglia, 2009, p. 16). O cotejamento entre as regiões, nas suas simetrias e assimetrias, considerando sua condição *rurbana*, enriqueceu a compreensão sobre os territórios.

A obra Ru*rbanidade e Tecnologias da Comunicação - Experiências de pesquisa Brasil – Argentina* oferece cinco capítulos, além do prefácio da pesquisadora Ana Carolina D. Escosteguy, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e do pósfácio da pesquisadora Cidonea Machado Deponti, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC e de uma nota de abertura. Os capítulos estão dispostos em duas partes: uma primeira, que

[3] O Vale do Rio Pardo é um território localizado na área centro oriental do Rio Grande do Sul. Nesta pesquisa, tomamos o recorte administrativo correspondente à região do Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP), composta por 23 municípios e com uma população de 441.292 habitantes (FEE, 2021), e que integram a região funcional de planejamento de número 9 .

versa sobre a pesquisa realizada no Sul do Brasil; e uma segunda, com as contribuições do grupo de Río Cuarto.

Na primeira parte, assinada por nós que coordenamos a pesquisa brasileira, organizamos a exposição em dois capítulos. No primeiro é apresentada a discussão teórica das bases conceituais da investigação, justificando a abordagem territorial da *rurbanidade* e a opção pela análise sociocultural, expondo um protocolo analítico baseado na Teoria das Mediações. Também brevemente discutimos a categoria da juventude para os estudos socioculturais. Lembrando que a pesquisa brasileira abordou a condição de *rurbanidade* de um grupo social formado pela juventude escolar do ensino técnico profissionalizante em agropecuária e em agronegócio do Vale do Rio Pardo[4], buscando primeiro conhecer a juventude em *rurbanidade*, para na sequência compreender sua relação com o território. Aliamos uma abordagem territorial da *rurbanidade* a uma teoria da comunicação e da cultura, a Teoria das Mediações, para explorarmos a dimensão sociocultural do fenômeno em estudo, no escopo da Comunicação e Desenvolvimento.

No segundo capítulo, trazemos a análise dos dados de campo, composto do exame da juventude escolar de cinco escolas de ensino técnico do Vale do Rio Pardo, por meio de instrumentos quantitativo e qualitativo. Compomos um perfil inicial dos jovens, e na sequência aprofundamos a análise perseguindo os objetivos da pesquisa, orientados por um protocolo metodológico relacionado aos mapas das mediações, de Jesús Martín-Barbero, desenvolvido em pesquisa anterior.

A segunda parte do livro é integrada por três capítulos escritos pelos pesquisadores da UNRC. No primeiro, intitulado *Sin retorno. La condición rurbana y sus mecanismos de cristalización*, Gustavo Cimadevilla examina a hipótese de que num mundo fluído, em que

[4] A pesquisa inicialmente delimitada em duas regiões do Rio Grande do Sul se localizou somente em uma, o Vale do Rio Pardo, devido à dificuldade de acesso decorrentes da pandemia do coronavírus.

a experiência social seria fugaz e precária, há condições da vida social que tendem a se cristalizar, a se manterem em seus modos mais "sólidos de estar y reproducirse". No marco da *rurbanidade*, Cimadevilla se debruça no que permanece, na ordem do constituído. Nele, estariam certos grupos sociais *rurbanos*, cuja existência, aparentemente, é temporária, mas, no entanto, tendem a se reproduzir sem horizonte de transformação social.

Como próximo capítulo temos *Tensiones rurbanas sobre los trabajos de las economías populares,* assinado por Claudia Kenbel y Silvina Galimberti. As autoras partem dos antecedentes da Comunicação e Desenvolvimento de perspectiva sociocultural e da contextualização do mundo do trabalho contemporâneo para refletir, no marco da *rurbanidade,* a composição atual do trabalho na Argentina com o avanço da condição de informalidade dos trabalhadores da economia popular. Direcionam o olhar para o grupo dos carroceiros coletores e recicladores de resíduos urbanos, que se valem de carroças e cavalos para a atividade laboral. O capítulo apresenta uma abordagem integral da questão, num "prisma conceitual" em torno da ideia de experiência, aproximando *rurbanidade,* economias e mundo do trabalho.

Por fim, o capítulo escrito por Silvina Galimberti e Paola Demarchi, intitulado *Políticas urbanas y apropiaciones rurbanas. Las mediaciones como clave de lectura.* Nele, as pesquisadoras voltam o olhar para um grupo social *rurbano*, os carroceiros recicladores, e as mediações que interferem na construção das políticas públicas para o grupo. Ao fundo, a questão é a legitimação de uma ordem urbana que valida ou não certas práticas no espaço urbano, negando o caráter de *rurbanidade* dos grupos.

Importante explicitar o agradecimento aos colegas argentinos Gustavo Ramón Cimadevilla, Claudia Kenbel, Silvina Galimberti e Paola Demarchi pela colaboração nesta obra e em inúmeras atividades conjuntas nos anos de cooperação e por emprestarem seu conhecimento com generosidade. Registrar o agradecimento à colega da UNISC Cidonea Machado Deponti, pelas contribuições nas discussões nos primeiros anos da investigação e pela escrita do

posfácio desta obra. Assim como à pesquisadora Ana Carolina D. Escosteguy, por contribuir com o prefácio e na interlocução nas discussões relacionadas aos resultados da pesquisa. Com a mesma intensidade, agradeço aos doutorandos Vanessa Costa de Oliveira, Jaime Miguel Weber e Wlamir do Nascimento Seabra que, durante parte do período da pesquisa, tiveram valorosa presença no Grupo de Pesquisa. Ainda, à colega da Universidade do Vale do Taquari, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Ambiente, Jane Marcia Mazzarino, por, no início da investigação, provocar a reflexão sobre os lugares e os sujeitos na construção do conhecimento. E, não menos, minha gratidão aos bolsistas de iniciação científica que integraram a equipe da pesquisa quando ainda estavam na graduação, Kimberly Samantha Ebert Lessing e Vinícios Santos.

Com afeto, mencionamos as escolas do Vale do Rio Pardo, Brasil, mobilizadas nesta pesquisa, e suas direções pela confiança e apoio, sendo elas: EFASOL – Escola Família Agrícola de Vale do Sol, de Vale do Sol; EFASC – Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul, de Santa Cruz do Sul; CETEC - Colégio Estadual Técnico Agropecuária Doutor Zeno Pereira Luz, de Encruzilhada do Sul; Escola Estadual de Ensino Médio Wolfram Metzler, de Venâncio Aires; Escola Estadual de Ensino Médio Gastão Bragatti Lepage, de Candelária. Agradecemos à direção e professoras pela acolhida à pesquisa e aos mais de 87 jovens escolares que aceitaram responder ao questionário, e ao grupo entre eles selecionado que concordou em contribuir por meio de entrevistas. A colaboração foi fundamental para que pudéssemos captar no cotidiano da juventude *rurbana,* conhecer suas vivências, as subjetividades e suas expectativas de futuro. Lembrando, com Tedesco *et al.* (2013, p. 300), que "(...) a realidade a ser investigada é composta de processos e não só de objetos (coisas e estados de coisas) delimitados por contornos precisos e atemporais", e a entrevista, com seu caráter dialógico e cartográfico, "pode ser capaz não só de acompanhar processos como também, por meio de seu caráter performativo, neles intervir, provocando mudanças, catalisando

instantes de passagem, esses acontecimentos disruptivos que nos interessam conhecer".

Por fim, mencionar a fundamental contribuição financeira da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS – por meio do edital 05-2019 – Pesquisador Gaúcho, que viabilizou as atividades de campo e intercâmbios da pesquisa, assim como a publicação deste e-book.

Referências

Cimadevilla, G.; Carniglia, E. (coord.). *Relatos sobre la Rurbanidad.* 1.ed. Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2009. Disponível em: comunicacionyrurbanidad.org. Acesso em: 6. jan. 2024.

City Population. Disponível em: https://www.citypopulation.de/en/argentina/admin/. Acesso em: 20 ago. 2024.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Rio+Pardo . Acesso em: 15 dez. 2024.

Felippi, Â. C. T.. Comunicação e desenvolvimento: possibilidades para uma agenda de pesquisa. *In*: Silveira, R. L. L. da; Deponti, C. M. (Org.). *Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais*. 1.ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 215-238. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br. Acesso em: 30 jul. 2024.

Kenbel, C.; Demarchi, P.; Galimberti, S. *Íconos de la rurbanidad: actores, prensa, tecnologías y políticas de reordenamiento rurbano en tiempos modernos*. Río Cuarto: UniRío Editora, 2020. Disponível em: comunicacionyrurbanidad.org

Martín-Barbero, J.. Dos meios às mediações: 3 introduções. *MATRIZes*, v. *12*, *n.* 1, p. 9-31, 2018. DOI: https://doi.org/ 10.11606/issn.1982-8160.v12i1p9-31 . Acesso em: 1 nov. 2024.

Tedesco, S. H.; Sade, C.; Calimamn, L. V.. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal - Revista da Psicologia*, v. 25, n. 2, p. 299-322, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fractal/a/ZHyYWDpHhdhFg4RK9ggfPpD/. Acesso em: 05 ago. 2024.

PARTE 1

Rurbanidade e Tecnologias de Comunicação no domínio de Comunicação e Desenvolvimento

Ângela Cristina Trevisan Felippi

O capítulo tem como proposta apresentar e discutir as abordagens teóricas que ancoraram a pesquisa *Rurbanidades, TIC e Desenvolvimento Regional: estudo das práticas e dos sentidos da rurbanidade manifestas nos Vale do Rio Pardo e Vale do Caí/RS-Brasil*, e que conduziram a análise dos dados coletados no campo[1]. A investigação voltou-se para a condição de *rurbanidade* em que se encontra uma região do Sul do Brasil, o Vale do Rio Pardo[2], e às práticas e sentidos dos sujeitos jovens que vivenciam esta condição, mediados especialmente pelas tecnologias de comunicação[3]. Mobilizamos um conjunto de referências para enfrentar teoricamente esta realidade socioespacial e pensar categorias analíticas que permitem compreendê-la.

Em primeiro, valemo-nos dos estudos de *rurbanidade* e de território, optando pela abordagem territorial no exame da *rurbanidade* e dos sujeitos que a experienciam. A opção se justifica porque a categoria teórica do território é aderente à de *rurbanidade*, uma vez que ambas buscam superar análises setoriais e dicotômicas

[1] O percurso metodológico e os resultados da pesquisa serão apresentados no capítulo seguinte.

[2] Como mencionado na seção introdutória anterior, o recorte espacial de pesquisa é a regionalização do Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP), integrada por 23 municípios localizados na área centro oriental do Rio Grande do Sul.

[3] Comumente também designadas por tecnologias da informação e da comunicação (TIC), agregam o conjunto de tecnologias relacionadas aos meios tradicionais (jornal, revista, rádio, televisão, cinema etc) e aos meios surgidos com a emergência das tecnologias digitais (celular, *Iphone*, computador, *notebook*, *tablet*, *plays* etc).

da relação campo-cidade. Ambas consideram também a multidimensionalidade da realidade, inclusive a dimensão cultural, que particularmente interessa a esta investigação. Ao reconhecermos que a *rurbanidade* é uma ocorrência concreta no território, mas também simbólica, acionamos uma perspectiva teórica cultural, a Teoria das Mediações. Com ela, elegemos um conjunto de mediações culturais para o exame das práticas cotidianas dos jovens *rurbanos* especialmente as relacionadas às circunstânicas da educação escolar. Partimos das mediações constitutivas: comunicação, cultura e política; e a elas somamos outras: temporalidade, espacialidade, mobilidade, institucionalidade, socialidade e ritualidade, percorrendo mapa cultural contemporâneo para identificar a multiplicidade de influências que compõem a produção de sentidos por parte dos sujeitos.

A estas duas grandes ordens - do espaço e da cultura - agregamos literatura científica sobre juventude, uma vez que definimos como grupo social a ser investigado os jovens estudantes do ensino técnico agropecuário e em agronegócio do Vale do Rio Pardo. Reconhecemos a juventude como uma categoria sociológica relativamente recente e, portanto, precisa ser estudada. A juventude tem alcançado protagonismo na cena social e política das últimas décadas. Ademais, por conta do nosso interesse nas tecnologias de comunicação, definimos o estudo na juventude, porque este grupo social é composto de gerações nativas digitais, que vivem e sentem a escalada da sociabilidade no espaço virtual.

O desafio da escuta da juventude escolar por meio da abordagem territorial foi organizar um esquema explicativo que permitisse reconhecer o lugar ativo dos jovens, partindo do seu cotidiano para se chegar às incidências macrossociais.

A pesquisa se conecta a estudos pregressos empreendidos pelo Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional e Processos Socioculturais (Felippi, 2018; 2020), com destaque para uma investigação com centralidade na compreensão das relações dos sujeitos com as tecnologias da comunicação. Desta pesquisa anterior, buscamos o protocolo metodológico desenvolvido,

baseado na Teoria das Mediações (Escosteguy, 2019). O protocolo articula um conjunto de mediações dentre as elencadas por Jesús Martín-Barbero.

Importante pontuar que o Grupo de Pesquisa abriga investigações situadas na área científica do Desenvolvimento Regional[4] e, nela, na subárea da Comunicação e Desenvolvimento. A Comunicação e Desenvolvimento é o domínio dos estudos da articulação entre comunicação, mídias, tecnologias e processos de desenvolvimento. Embora uma subárea "em dispersão", dada a variedade de objetos e de abordagens teóricas e metodológicas, sua atualidade está na sua abertura para novas frentes teórico-empíricas, num esforço de resposta às demandas de seus campos de origem. Além da área do Desenvolvimento Regional, a pesquisa manteve diálogo com a área de Letras, particularmente com a linha de pesquisa Estudos Literários e Midiáticos do PPGL da UNISC, a qual se dedica aos temas das narrativas, autobiografia, questões de gênero e identidade, leitura e outros, produzidos ou circulando em espaços sociais, entre os quais a escola.

A *rurbanidade* como ocorrência espacial e cultural

As primeiras décadas do século XXI colocaram em evidência no âmbito latino-americano o fenômeno da *rurbanidade*, caracterizado empiricamente por uma certa urbanização do campo e uma ruralização das cidades. A interpenetração entre rural e urbano se materializa, entre outros traços, no rural, pela presença de atividades econômicas tipicamente urbanas, como a indústria e os serviços, e nos aspectos socioculturais com novas formas de sociabilidade, lazer e acesso à tecnologia de comunicação. Nas cidades, o fenômeno está mais evidente em modos de vida que mantém práticas socioculturais características do rural.

[4] A área do Desenvolvimento Regional está vinculada à área da CAPES do Planejamento Urbano e Regional e Demografia.

A *rurbanidade* é uma ocorrência histórica, portanto processual e multidimensional. Relaciona-se aos modos de apropriação do espaço, tanto pelo capital, como por grupos humanos em suas interações culturais e políticas. Implica pensar na interação entre as escalas espaciais, uma vez que, mesmo no exame de um território delimitado, a perspectiva multiescalar oportuniza observar as manobras em escalas mais amplas que incidem no território, decorrente dos "processos cada vez mais associados com o mundo globalizado, com o desenvolvimento tecnológico enquanto intensificadores das conexões nos diferentes níveis, das relações sociais, econômicas, políticas e ambientais" (Baldassarini, 2022).

Teoricamente, *rurbanidade* é uma chave conceitual e analítica para sair do olhar dicotômico sobre cidade e campo e da perspectiva hegemônica da supremacia da primeira sobre o segundo. Vem ao encontro de esforços intelectuais localizados em parte da sociologia rural e da comunicação rural, e mesmo em outras áreas acadêmicas, que buscam o reconhecimento das interdependências entre os dois espaços. Como chave analítica, abre possibilidades de interpretação da realidade de países como o Brasil, como apontamos em outro texto, "onde os espaços são afetados material e simbolicamente pelos efeitos da modernidade tardia, gerando espacialidades e temporalidades múltiplas, descontínuas e desencadeadas (...)" (Felippi, 2024, p. 1299). O que está em acordo com a análise de Cimadevilla (2021, p. 55), para o qual "Las respuestas, por ejemplo, sobre la pobreza, las migraciones forzadas, la marginación, entre otras, debían incluir también una mirada que contemplara lo rural como dimensión que ayudase a comprender mejor lo que sucedía en esos grandes centros urbanos".

Rurbanidade é uma expressão com origem na sociologia rural norte-americana da primeira metade do século XX, expressão elaborada por Charles Josiah Galpin. Na gênese, está a afetação com a dicotomia que marcava os estudos sobre campo e cidade. "El pensamiento precursor de Charles Galpin (1918) propuso hace cien años una pionera intuición de la teoría social acerca de las

articulaciones, los cruces y las interpenetraciones entre las ciudades y las ruralidades: *rurbanidade*" (Carniglia, 2020, p. 14).

No Brasil, a obra de Gilberto Freire, na década de 1980, menciona a *rurbanidade*. Na década seguinte, José Graziano da Silva, em pesquisa do que denominou como "novo" rural brasileiro, se ocupa do termo *rurbano*. Contemporaneamente há pesquisadores que acionam a categoria no Brasil, inclusive em estudos preocupados em compreender a relação entre juventude e tecnologias digitais de comunicação, caso de Nilda Jacks e outros (2018). E na América hispânica, *rurbanidade* - e neologismos próximos, como *rururbanidade*[5] – tem estado presente em pesquisas com preocupação em compreender as formações socioespaciais e culturais em alteração no campo e na cidade que carregam interseções, mesclas, aproximações entre os dois espaços. Como é o caso do grupo da Universidad Nacional de Río Cuarto, que mantém uma agenda há mais de duas décadas sobre *rurbanidade*, e a reconhece como uma condição social emergente (Cimadevilla, Carniglia, 2009).

A partir da noção de *rurbanidade*, a problemática do espaço tem sido apurada nos seus aspectos ambientais, da exploração econômica e do trabalho, regulatórios, da mobilidade, da disputa do solo, das migrações dos serviços, do patrimônio e das identidades e do pertencimento, do acesso aos serviços públicos de saúde e educação, da comunicação e mídias e das tecnologias. É uma perspectiva que se aproxima da abordagem territorial, uma vez que também persegue a superação do olhar dicotômico sobre

[5] *Rururbanidade* é um termo empregado por pesquisadores das ciências sociais e humanas e aplicadas e se relaciona às relações de simbiose entre campo e cidade. "Lo rururbano es una configuración territorial que puede ubicarse básicamente en tres órdenes: en los márgenes del campo y de la ciudad, en lo rural excentrado con modos de vida urbanos-urbanizados en el campo o, también, en los modos de vida rurales de la ciudad" (Martínez *et al*., 2022, p. 9). A perspectiva de *rururbanidade* desses autores se aproxima da perspectiva dos estudos de *rurbanidad*e por nós acionados.

campo-cidade e das análises setoriais e unidimensionais da sociedade.

A literatura relacionada à *rurbanidade* tem atestado para a sua quase invisibilidade nas políticas públicas, uma vez que o planejamento estatal opera, em grande parte das vezes, na ordem da dicotomia campo-cidade, com o predomínio da perspectiva urbana no planejamento. É possível que esta situação esteja relacionada à constatação de Favareto (2024, p. 2), sobre incorporação da perspectiva territorial nas políticas públicas nas últimas duas décadas, que "nem sempre veio acompanhado de uma reflexão sobre a natureza dos processos territoriais que deveriam ser levados em conta pelos investimentos e incentivos praticados pelo Estado".

Talvez por isso a concentração dos estudos da *rurbanidade* estejam no suburbano e no periférico, uma vez que é ali, segundo Pérez Martínez; Nates-Cruz e Acosta-Nates[6]

> (...) en las inmediaciones campo-cidade; no obstante, lo que acontece en lo excentrado y en el campo dentro de la ciudad requiere igualmente de estúdios que muestrem una gestión integrada campo-ciudad-campo, más allá de las dicotomias que suelen estabelecer morfologias fisiográficas y culturales predeterminadas, como si acaso se no tratara de interconexiones, sino de usufructos a menuto assimétricos (2022, p. 9-10).

Nossa investigação teve um recorte analítico num território circunscrito à região do Vale do Rio Pardo, e num grupo social, a juventude escolar das escolas técnicas agrícolas da região. O recorte regional foi definido na organização preliminar no projeto pesquisa, intuindo para a ocorrência da *rurbanidade* na região e definindo a escala na intencionalidade de localizar o estudo nesta porção do espaço, onde já realizamos pesquisas pregressas. A perspectiva territorial do exame do espaço foi uma opção posterior, decorrente da aderência dessa à noção de *rurbanidade* e à opção pelo

[6] Esses autores adotam a terminologia *rururbanidade.*

enfoque cultural do território. Lembrando que nossa intenção foi a de perceber como os jovens escolares manifestam sua condição de vida, enquanto sujeitos que em seu cotidiano transitam física e simbolicamente entre o campo e a cidade. Nosso interesse esteve nos universos práticos e simbólicos dos jovens *rurbanos,* inseridos na "(...) complexidade da trama territorial que sustenta o mundo contemporâneo" (Favareto, 2015, p. 9).

O enfoque no território implica considerá-lo como resultado da ação histórica dos sujeitos, em processos que emergem internamente ao território e na interdependência com outras escalas espaciais. Envolve aspectos materiais e uma estrutura de sentimentos relacionada ao pertencimento ou à exclusão. No tempo presente, territórios sofrem com o agravamento das disparidades e aumento da fragmentação territorial, ao passo que carregam possibilidades de superação desta condição ocasionada pelo fluxo de capitais, produtos, informações e pessoas de intensidades desiguais (Silveira, 2018).

Quando reconhecemos que o Vale do Rio Pardo é um território que vive a *rurbanidade*, compreendemos que forças internas e externas têm agido de modo a gerar interações, mesclas ou simbioses entre a cidade e a zona rural dos municípios desta região, conferindo-lhe certas características, como as identificadas a partir do cotidiano dos jovens escolares. Estas particularidades do território importam para esta pesquisa, especialmente as que denunciam as contradições e desigualdades presentes na trajetória do território, bem como seu grau de dependência externa. Particularidades que permitem pensar possibilidades de superação e agência dos sujeitos, uma vez que a *rurbanidade* aponta para novas configurações socioespaciais resultantes do que é hegemônico.

As mediações comunicativas da cultura

Ao defender a Teoria das Mediações como uma teoria da comunicação latino-americana de enfoque cultural, Maria Immacolata Vassalo de Lopes reafirma o protagonismo de Jesús

Martín-Barbero na atenção às mediações como recursos para o exame das complexas relações entre cultura, sociedade e política. O autor reivindica que "todo o processo de comunicação é articulado a partir das *mediações"* (2018, p. 15), numa guinada da comunicação para a cultura.

A Teoria das Mediações nasce e se desenvolve no final do século passado em conexão com os territórios latino-americanos, reconhecendo as particularidades do subcontinente, decorrentes de sua constituição histórica, da sua condição colonial ao seu lugar na geopolítica e na economia mundiais, da heterogeneidade e dos hibridismos culturais que conformam a região, decorrentes de matrizes culturais em disputa, que remetem ao tradicional e ao moderno. Martín-Barbero (1997, p. 16) fala no confronto com a

> (...) *verdade cultural* desses países: a mestiçagem, que não é apenas aquele fato racial do qual viemos, mas a atual trama da modernidade e das descontinuidades culturais, de formações sociais e estruturas de sentimento, de memórias e imaginários que misturam o indígena com o rural, o rural com o urbano, o folclore com o popular e o popular com o massivo.

Realidade que, num arranjo próprio, entre resistências e apropriações, apresenta uma diversidade cultural diferente de outros lugares, que "não significa a dissidência cultural inevitável ou o museu, mas a vigência, a densidade e a pluralidade das culturas populares, o espaço de um conflito profundo e uma dinâmica cultural inevitável" (Martín-Barbero, 1997, p. 16). Com uma visão crítica renovada, a Teoria das Mediações se coloca no cenário teórico do que vêm a ser os estudos culturais latino-americanos, investigando o popular no massivo, sem abandonar "a crítica do que no massivo é disfarce e neutralização da desigualdade social e, portanto, dispositivo de integração ideológica" (1997, p. 18).

Em quatro décadas de estudo, Martín-Barbero foi adensando sua teoria, incorporando as transformações das sociedades latino-

americanas. Se a teoria nasce num contexto de desenvolvimento das indústrias culturais na região, percebendo suas influências sociais e econômicas, uma década depois, ao final dos anos de 1990, irá reconhecer a "envergadura econômico-cultural que adquiriram as tecnologias audiovisuais e informáticas nos acelerados processos de globalização" (Martín-Barbero, 2018, p. 12) e "*onipresença mediadora do mercado"* (2018, p. 13, grifo do autor), apontando que

> A centralidade incontestável que hoje ocupam os meios resulta desproporcionada e paradoxal em países como os nossos, com necessidades básicas insatisfeitas no âmbito da educação ou da saúde, e nos quais o crescimento da desigualdade atomiza nossas sociedades, deteriorando os dispositivos de *comunicação*, isto é, de coesão política e cultural (Martín-Barbero, 2018, p. 13).

A Teoria das Mediações oferece um conjunto de protocolos metodológicos, dispostos em mapas metodológicos que dão visualidade à teoria. Do mapa inicial composto por três mediações fundantes, Martín-Barbero foi traçando uma cartografia agregando mediações e as (re)articulando, considerando as mudanças do que chamou de mapa cultural latino-americano, relacionadas às alterações culturais e socioespaciais. Os mapas articulam as mediações em movimentos diacrônicos e sincrônicos.[7]

Para o exame das mediações culturais em contextos de *rurbanidade*, elegemos um protocolo elaborado em investigação anterior, com base na cartografia de Martín-Barbero[8]. O *Mapa de chaves teórico-analíticas para um Estudo Socioantropológico de TICs*, busca "apresentar um diagrama com a identificação e a articulação

[7] A cartografia de Martín-Barbero pode ser encontrada em sua vasta obra publicada em livros, capítulos e artigos. Sugere-se partir do livro *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia,* cuja primeira edição é de 1987, em espanhol, e posteriormente publicado em português pela UFRJ, tendo a primeira edição em 2001. Para uma visão do conjunto dos mapas, ver Maria Immacolata Vassalo de Lopes (2018).

[8] O protocolo resulta de pesquisa interinstitucional, conduzida a partir da PUCRS com participação da UNISC (Escosteguy el al, 2019).

das chaves teórico-analíticas que mostra os encaixes entre elas, bem como mobiliza uma visão de conjunto mais objetiva" (Escosteguy, 2019, p. 15). O mapa metodológico é devedor sobretudo ao último mapa elaborado por Martín-Barbero, o das "mutações culturais contemporâneas" (Martín-Barbero, 2018), no qual são reforçados os eixos do tempo, do espaço, das migrações e dos fluxos, reconhecendo ainda um novo estatuto da técnica, advindo da emergência das tecnologias digitais.

> Mas de uma forma muito mais intensiva, a tecnologia digital radicaliza a experiência de des-ancoragem produzida pela modernidade, porque essa tecnologia desloca o conhecimento, modificando tanto o estatuto cognitivo quanto o institucional das *condições de conhecimento*, levando a uma forte indefinição das fronteiras entre razão e imaginação, conhecimento e informação, natureza e artifício, arte e ciência, conhecimento especializado e experiência profana (Martín-Barbero, 2018, p. 29).

O mapa que trazemos como protocolo para análise (Figura 1) identifica as mediações da temporalidade, espacialidade, mobilidade, institucionalidade, socialidade e ritualidade, envoltas pela mediação da tecnicidade. Neste caso, as mediações funcionam como "lugares" para se compreender a constituição dos sujeitos em contextos de *rurbanidade*. Cabe dizer que, neste protocolo, as mediações constitutivas - comunicação, cultura e política – se mantêm presentes e são conectadas aos processos de desenvolvimento, indicando a viabilidade do mapa para estudos relacionados ao tema.

Figura 1: Mapa de chaves teórico-analíticas para um Estudo Socioantropológico de TICs



Fonte: Escosteguy (2019).

As mediações acima são chaves analíticas que tomamos para estudar um território que vivencia a *rurbanidade.* As articulações entre as mediações concorrem para apreender a complexidade das relações dos sujeitos que se movem entre o rural e o urbano. Partimos das práticas expressas no cotidiano dos sujeitos em seus grupos e organizações para, a partir dali, compreender contextos mais gerais da sociedade, uma vez que o esquema possibilita análise diacrônica e sincrônica. Compreendemos o cotidiano como o tempo da vida dos sujeitos, composto de regularidades expressas em ritualidades, por vezes interrompidas por momentos de rupturas.

Assim, quando Martín-Barbero propõe considerar o exame da temporalidade, por exemplo, propõe reconhecer os múltiplos tempos sociais que incidem concomitantemente sobre lugares e os sujeitos, tais como o tempo da história, da natureza, do cotidiano, do trabalho e das relações afetivas. Esses tempos repercutem nas

espacialidades constituidoras dos sujeitos nos muitos espaços de vida, como o espaço privado, da casa, e os espaços públicos, da escola, do trabalho, da cidade. Relacionado à espacialidade, está a mobilidade física e virtual, mobilidade que se ampliou nas últimas décadas decorrente dos meios técnicos de transporte e de informação. O que, por sua vez, resultou em sociabilidades variadas, afetadas pelos tempos e espaços sociais, ocorrendo por meio de ritualidades. Com relação à institucionalidade, para Martín-Barbero (2018), essa representa um paradoxo porque, em que pese a fragilização das instituições tradicionais, ocorrem movimentos por novas institucionalidades. E a tecnicidade, mediação que circunda todas as demais, representa o novo *bios* instaurado com as tecnologias digitais incluindo as de comunicação, que promovem a "experiência da des-ancoragem" e o aparelhamento tecnológico dos processos e relações, e a ocorrência da sociabilidade no espaço virtual, modeladas em formatos midiáticos industriais.

Em suma, reforçamos a pertinência da associação da Teoria das Mediações e de seus protocolos metodológicos com a abordagem territorial para o exame da *rurbanidade*. A compreensão das complexas relações entre comunicação, cultura, política, sociedade e desenvolvimento em territórios que apresentam a *rurbanidade* requer articulações teórico-metodológicas que deem conta dessa complexidade. As mediações como entremeios entre a cultura e os sujeitos, ao articularem linguagem, produção de sentidos e práticas sociais, são uma alternativa teórico-metodológico interessante e factível para o exame territorial.

Juventude *rurbana*

Por fim, encerrando esta seção de apresentação teórica, tratamos de juventude, grupo social investigado. Partimos da constatação de Nonato e Dayrell (2018, p. 103), para quem "a juventude é uma construção social que pode ser vivenciada de maneira diferente, dependendo de condição social, gênero, raça ou

religião do jovem, dentre outras variáveis sociais". Deste modo, embora nos refiramos à juventude no singular, como uma unidade, há grande heterogeneidade, de modo que alguns autores prefiram denominá-lo no plural.

Para efeitos de delimitação de estudos e organização de políticas públicas, o sujeito jovem pode ser compreendido a partir de características biológicas, sociológicas e culturais, como as reunidas em cinco pontos, em documento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Lima *et al*., 2013). Nele, juventude seria um momento da vida relacionado à: a) faixa etária e idade biológica; b) etapa marcada pela transição entre a infância e a vida adulta; c) condição de geração, ao compartilhamento de experiências comuns de um tempo histórico; d) modos de vida similares; e) representação social e auto representação diante da hierarquia social.

Juventude é uma categoria teórica e social recente. Começa a ser considerada pelas políticas públicas na segunda metade do século passado. No Brasil, somente há duas décadas foi criada política, conselho, estatuto e secretaria nacionais de juventude, sendo que atualmente cerca de um terço da população brasileira tem entre 15 e 29 anos[9] (Secretaria Nacional de Juventude, 2024). As preocupações em torno da juventude estão relacionadas à inserção no mundo do trabalho, ao acesso à escolaridade e à cultura, à exposição à violência, pobreza e morte. Obviamente que são problemas que afetam mais a juventude das classes populares e dos países periféricos.

A decisão de concentrar os estudos na juventude em situação de *rurbanidade* foi uma escolha que se vinculou a estudos pregressos. Uma tese, uma dissertação e duas pesquisas interinstitucionais e interdisciplinares foram realizadas por meio do Grupo de Pesquisa no âmbito no PPGDR/UNISC com a juventude rural do Vale do Rio Pardo (Guerin, 2017; Johann, 2016; Escosteguy *et al*., 2019). Os estudos identificaram relação de pertencimento da juventude com o

[9] Apesar da condição da juventude não se limitar à idade biológica, para efeito censitário e de política pública, esta é a faixa etária considerada.

território e expectativas com relação ao futuro de sua região, sendo que parte dos jovens estudados vivia diretamente o fenômeno da *rurbanidade*, embora, na ocasião, essas pesquisas não consideravam essa categoria.

Destarte, desejou-se compreender como os jovens vivenciam seu território, bem como suas expectativas com relação ao futuro, inclusive porque pertentem a gerações recentes cujos saberes desafiam os saberes dos pais e dos antepassados, rompendo com valores, saberes e comportamentos que os ligavam. Ainda, por "muitos deles [jovens] estarem pela primeira vez experimentando oportunidades e desafios que a sociedade e o mundo apresentam, respondendo pelas suas próprias escolhas, que em breve intervirão nessa mesma sociedade" (Johann, 2016).

A juventude *rurbana* que estudamos nesta pesquisa se situa nas classes populares e, em alguns casos, na classe média, de acordo com dados levantados na pesquisa. São jovens escolares em formação técnica, boa parte já se relacionando com o mundo do trabalho, uma vez que auxiliam sua família nas atividades econômicas. Apresentam mobilidade campo-cidade, pela condição de estudo e moradia. Manejam as tecnologias de comunicação e têm acesso à internet. Estas condições concretas de vida contribuem para certo modo de ser jovem, de portar-se frente ao mundo e de projetar seu futuro. Apesar da juventude ser um momento da vida, "não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma", uma vez que é parte do processo de constituição dos sujeitos (Dayrell, 2003, p. 24).

Referências

Baldassarini, J. de S.. Perspectivas multiescalares na relação sociedade-natureza: um ensaio sobre seus desafios teórico-metodológicos. *Revista Caminhos da Geografia*, v. 23, n. 88, p. 220–234, 2022. Doi: http://doi.org/10.14393/RCG238859602 . Acesso em: 16 nov. 2024. 39.

Carniglia, E.. *Rurbanidade:* de la inovadora intuición de C. Galpin à las diversas formas situadas. In: Kenbel, C.; Demarchi, P.; Galimberti, S.. *Íconos de la rurbanidad:* actores, prensa, tecnologías y políticas de reordenamiento rurbano en tiempos modernos. Río Cuarto: UniRío Editora, 2020, p. 11-14.

Cimadevilla, G.; Carniglia, E. (coord.). *Relatos sobre la Rurbanidad.* 1.ed. - Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2009.

Cimadevilla, G. Rurbanidad y TIC, un rompecabezas de pocas piezas. In: Poggi, M.; Doallo, X. C. (coord.). *Usos y representaciones de las TIC en el agro argentino*: repensar el espacio desde la virtualidade. Buenos Aires, Teseo, 2021, p 49-74.

Escosteguy, A. C. D. et al. *As tecnologias da comunicação no cotidiano de famílias rurais:* (Re)configurações de uma ruralidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019.

Escosteguy, A. C. D.. As tecnologias de informação e comunicação em perspectiva teórico-analítica. In: Escosteguy, Ana Carolina D. et al. *As tecnologias da comunicação no cotidiano de famílias rurais:* (Re)configurações de uma ruralidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019, p. 15-31.

Favareto, A. et al. Territórios importam: bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. *Revista em Inovação, Gestão e Sustentabilidade – ReGIS,* v. 1, p. 13-33, 2015. DOI: 10.18472/ReGIS.v2n1.2015.17172 . Acesso em: 8 nov. 2024.

Favareto, A.. O giro territorial e os usos fortes e fracos da associação entre território e políticas públicas. *Desenvolvimento em Questão,* v. 22, n. 61, Edição Especial, p. 2-22, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16232 . Acesso em: 14 nov. 2024.

Felippi, Â. C. T.. As mediações de Jesús Martín-Barbero e os estudos de Comunicação no âmbito do Desenvolvimento Regional. *Intexto,* v. 4, p. 135-150, 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/81173. Acesso em: 21 de abr. 2021.

Felippi, Â. C. T.. Comunicação e desenvolvimento: possibilidades para uma agenda de pesquisa. In: Silveira, R. L. L. da; Deponti, C. M. (Org.). *Desenvolvimento regional:* processos, políticas e transformações territoriais. 1.ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 215-238. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br. Acesso em: 30 jul. 2024.

Felippi, Â. C. T.. *Rurbanidade.* In: Griebeler, Marcos Paulo Dhein (org.). *Dicionário de Desenvolvimento Regional e temas correlatos* – 3.ed. Revisada e Ampliada. Uruguaiana, Conceito, 2024. Disponível em: https://editoraconceito.com.br/griebeler. Acesso em: 20 dez. 2024.

Guerin, Y. S.. *Múltiplos olhares, múltiplas mediações:* As representações sociais da ruralidade entre os jovens rurais da Microrregião de Santa Cruz do Sul. 2017. Tese de (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: Repositório institucional da Unisc. https:// repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1826 . Acesso em: 10 jan. 2024.

Jacks, N.; Toaldo, M.; Marques, J. A.. Jovens rurbanos: consumo midiático no Brasil Profundo. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación.* São Paulo, v. 15, n. 29, p. 56-69, 2018. Disponível em: https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/490 . Acesso em: 20 nov. 2024.

Johann, E. R.. *Fotografia e identidade territorial a partir dos jovens no Vale do Rio Pardo - RS*. 2016. Dissertação de (Mestrando em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: Repositório institucional da Unisc. https:// repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1118 . Acesso em: 10 jan. 2024.

Lima, S. M. V. et al. *Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil:* Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural. Brasília: MDA, 2013. (NEAD Estudos; 25). Disponível em: https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/juventude-rural-politicas-e-programas-de-acesso-a-terra-no-brasil/ . Acesso em: 15 nov. 2025.

Martín-Barbero, J.. *Dos meios às mediações:* comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

Martín-Barbero, J.. Dos meios às mediações: 3 introduções. *MATRIZes*, v. *12, n.* 1, p. 9-31, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p9-31. Acesso em: 5 dez. 2023.

Nates-Cruz, B.. El Derecho al territorio como base de la justicia cognitiva. *Disparidades. Revista de Antropología, [S. l.]*, v. 75, n. 1, p. 1-14, 2020. DOI: 10.3989/dra.2020.004.

Nonato, S. P.; Dayrell, J. T. Juventude, trabalho e escola: reflexões sobre a condição juvenil. *Trabalho & Educação*: Belo Horizonte, v.27, n.1, p. 101-118, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/68127 . Acesso em: 19 nov. 2024.

Pérez Martínez, M. E. (coord..). *Estudios del rururbano*: teorías y métodos, regulación, impacto ambiental, turismo, patrimonio, mercado y servicios. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2022. Disponível em: https://repository.javeriana.edu.co /handle/105 54/62626 . Acesso em: 15 out. 2024.

Secretaria Nacional de Juventude. 2024. Disponível em: https://www.gov. br/secretariageral/pt-br/juventude/snj . Acesso em 3 nov. 2024.

Silveira, R. L. L. da. Território, rede e desenvolvimento regional - Notas para discussão. In: Silveira, R. L. L. da; Felippi, Â. C. T. (org.). Territórios, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios. Florianópolis: *Insular*, 2018, p. 131-152. Disponível em: https://insular.com.br/ . Acesso em: 9 de dez. 2024.

Jovens *rurbanos*, mediações culturais e território - resultados de pesquisa

Ângela Cristina Trevisan Felippi

Tendo como marcos a cultura e o espaço, o capítulo repercute resultados da investigação sobre *rurbanidade* numa região do Sul do Brasil, observada a partir da juventude *rurbana*. Com Jesús Martín-Barbero, entendemos a juventude como "um veio fundamental de compreensão das mudanças que a sociedade inteira estava vivendo" (2022, p. 15). O corte geracional suscita possibilidades interpretativas, uma vez que nosso interesse esteve no universo prático e simbólico dos sujeitos que experienciam a *rurbanidade,* com especial atenção à presença das tecnologias de comunicação.

A juventude desta pesquisa integra uma categoria social que de modo geral experimenta novidades em relação à geração dos seus genitores: é nativa digital, tem maior acesso às tecnologias de comunicação e à informação, goza de maior mobilidade física, atingiu níveis escolares superiores aos seus pais, vive de forma distinta a experiência de gênero, estabeleceu novas formas de sociabilidade, e é a primeira geração de adolescentes e adultos jovens que convive com a incerteza sobre a permanência planetária.

A condição de jovens *rurbanos* decorre das experiências concretas de vida e das elaborações simbólicas resultantes da geração, da situação estudantil, da renda familiar e do fato de serem sujeitos de um certo território. Seus movimentos repercutem comportamentos coletivos da geração – considerando as interseccionalidades - , na mescla com modos de ser de quem transita física e simbolicamente entre o rural e o urbano. As particularidades da juventude *rurbana* são possíveis de serem apreendidas no exame das mediações culturais de espaço e tempo, dos rituais cotidianos, da mobilidade e dos fluxos, e das tecnologias de comunicação.

Porque, para Martín-Barbero (2018, p. 22), "*Mediações*, então, referem-se mais ao traçado que conecta em rede os pontos e linhas dispersos, diferentes e distantes que tecem um mapa para uma realidade que é verificada ou para um conceito que é mantido e gerenciado".

Na sequência, a discussão e os resultados da pesquisa realizada com jovens estudantes de cinco escolas técnicas em agropecuária e em agronegócio[1] do Vale do Rio Pardo[2], Brasil, cujo foco esteve na compreensão da *rurbanidade*, na identificação dos sujeitos que a experimentam e na compreensão das práticas e sentidos em torno desta condição. A pesquisa teve natureza qualitativa e caráter socioantropológico, o que implica considerar aspectos sociológicos e antropológicos de forma integrada. Primou por compreender os sujeitos em seu grupo social considerando o contexto cultural, envolvendo modo de vida, pertencimentos e identidades, assim como conhecer o contexto econômico e as dinâmicas de poder do território. Em nosso caso, tendo o espaço como uma dimensão considerável, uma vez que se buscou fazer uma abordagem territorial. O campo foi realizado em 2022, em visitas às escolas e aplicação de questionários por meio do *Google Forms* com o universo dos jovens que cursavam o último ano escolar. Houve numa segunda visita a três das cinco escolas para realização de entrevistas semi-estruturadas com 12 jovens. A amostra, portanto, foi intencional e não probabilística. Os resultados estão ancorados nos referenciais discutidos no primeiro capítulo.

[1] No Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC/Governo Federal, os cursos de Técnico em Agropecuária e Técnico em Agronegócio estão entre os 14 do Eixo Recursos Naturais, e são os cursos do eixo existentes no Vale do Rio Pardo.

[2] Como dito nas seções anteriores do *e-book*, o recorte espacial da pesquisa corresponde à região do Conselho Regional do Vale do Rio Pardo – COREDE-VRP, Rio Grande do Sul.

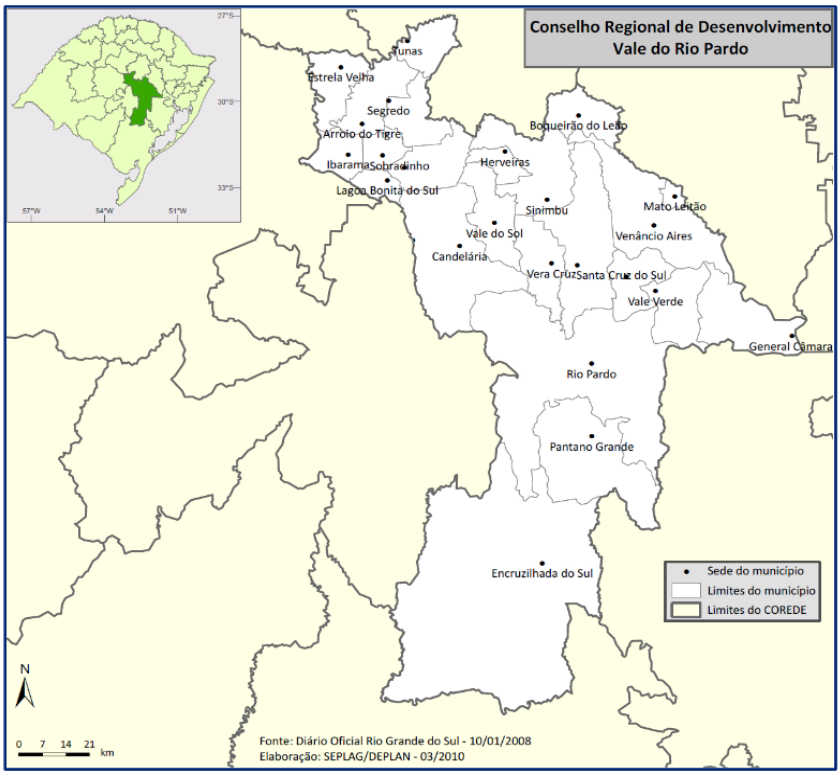
O território do Vale do Rio Pardo

O Vale do Rio Pardo[3] apresenta particularidades territoriais que repercutem na existência da *rurbanidade*. A ocupação socioespacial configurou dois subespaços com distintas formações territoriais, cujos limites se dão pela encosta da serra (Arend *et al*., 2019). Um, colonizado a partir do século XVIII por portugueses e açorianos, composto por municípios de grande extensão territorial, constituídos a partir de grandes propriedades rurais dedicadas à pecuária. Outro, colonizado no século seguinte, por germânicos e italianos, organizado com base na pequena propriedade rural de agricultura variada e que, hoje, se apresenta em municípios de menor extensão dos que os do subespaço anterior. As colonizações se sobrepuseram aos povos originários, assim como introduziram os africanos escravizados.

As diferenças históricas na ocupação territorial resultaram, hodiernamente, em três microrregiões internas, sendo uma ao sul, correspondente ao primeiro subespaço mencionado, e duas colonizações distintas na metade norte (Arend *et al*., 2019). A organização administrativa apresenta 23 municípios (Figura 1), com uma população de 441.292 habitantes (FEE, 2021) com predomínio da população urbana, embora em vários municípios haja mais habitantes no campo do que na cidade. O maior volume da população regional está nos municípios do centro e norte, onde a dinâmica territorial é maior, com concentração de população, indústrias e serviços, incluindo quatro das cinco escolas técnicas agrícolas e agropecuárias estudadas.

[3] O Vale do Rio Pardo, segundo a divisão do COREDE, corresponde aos municípios: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Figura 1: Mapa da região do COREDE – VRP



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (2022)

Nos aspectos econômicos, o território abriga o complexo industrial, gerencial e produtivo da cadeia do tabaco. São indústrias de capital internacional, localizadas nas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, responsáveis pelo beneficiamento e parte da industrialização da produção oriunda da região Sul do Brasil, onde se concentra a produção nacional de tabaco. A presença da cadeia marca a identidade da região[4] e é

[4] A partir do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul há inúmeras pesquisas conduzidas por docentes, assim como teses e dissertações, que se dedicaram a caracterizar a identidade regional e territorial na relação com a produção de tabaco e a imigração

responsável pela especialização deste território. Outras cadeias produtivas agrícolas operam com considerável área produtiva, como o arroz e a soja, essa segunda com crescimento significativo nos últimos anos, acompanhando os movimentos nacionais. A produção de bovinos e outros animais de corte tem impacto forte na economia, sobretudo nos municípios do sul do território, e também caracterizam culturalmente estes municípios. Recentemente, novos arranjos produtivos têm sido implementados, inclusive no que concerne à produção primária, sendo que nos municípios de grande extensão a produção de uva e vinho e de nozes e de madeira (pinos, eucalipto e acácia) tem ganhado relevância econômica e cultural, uma vez que municípios se percebem inseridos nestas novas dinâmicas e as publicizam. Nos municípios do centro e norte, em contradição à forte presença da cadeia do tabaco, alternativas produtivas como a agroecológica têm existido, sendo inclusive conduzida pela juventude egressa de algumas escolas agropecuárias da pesquisa, em pequenas propriedades rurais familiares.

Estas dinâmicas novas põem os jovens em situação de *rurbanidade*, uma vez que os fazem enfrentar novas realidades de mercado de trabalho, como a dos agricultores ecologistas, que comercializam parte da produção em feiras urbanas. Ou dos sujeitos próximos à cadeia da uva e do vinho, à qual está atrelado projeto turístico em Encruzilhada do Sul, compondo novas ruralidades experimentadas pelos sujeitos do campo e das cidades.

As operações das cadeias produtivas guardam relação com a estrutura fundiária do território, que comporta propriedades rurais com grande, média e pequena extensão de terras. Com base no Censo de 2010[5], quase 75% delas possuem menos de 20h e 3,7% têm mais de 500 hectares. Isso faz 90,8% do número de estabelecimentos

germânica, ambas associadas, inclusive sob o aspecto de mercantilização do território. Para mais, ver www.unisc.br/ppgdr .

[5] Dados do Censo de 2010. Não há dados do Censo de 2022 agrupados no corte regional adotado por esta pesquisa.

serem de agricultura familiar, ocupando 44% da área total dos estabelecimentos rurais, dado acima das médias nacional e estadual. E dos que estão acima de 500 hectares a ocupação da área rural é de 28,70% (Arend *et al.*, 2019) .

Embora a atividade agropecuária represente histórica e culturalmente a região, em dados, os setores de serviços e da indústria são os que mais contribuem com o Valor Adicionado Bruto. Em Arend *et al.* (2019), com dados de apuração de 2013, 15,10% corresponde à agropecuária, 31,05% vêm da indústria e 53,85% dos serviços, num valor total de R$ 11,6 bilhões. No que concerne à emprego, em 2016, 29,21% estavam concentrados na indústria e 27,64% no setor de serviços, com predominância no comércio, pelos dados da RAIS do Ministério do Trabalho (Arend *et al.*, 2019).

A geração de empregos na indústria predomina no setor tabaqueiro e vem ocasionando, desde a segunda metade do século passado, migrações de municípios vizinhos especialmente à Santa Cruz do Sul para ocupações na indústria e no setor de serviços. As migrações foram fazendo crescer em população, negócios e serviços esta cidade média e garantindo sua centralidade regional. Movimento semelhante ocorreu com Venâncio Aires, também cidade média regional com indústrias ligadas ao tabaco e ao setor da metalurgia. Às migrações de maior permanência se somam os movimentos pendulares que estabelecem fluxos diários de deslocamento para emprego e serviços de saúde, educação e lazer mais concentrados nas cidades médias.

No aspecto educacional, que interessa a esta pesquisa, o território correspondente ao Vale do Rio Pardo tem observado a intensificação dos serviços educacionais, tanto das redes pública, como privada e comunitária. A ampliação da oferta de ensino, principalmente em ensino médio e médio profissionalizante da redes pública, privada e comunitária, e no ensino superior privado, público e comunitário tem obedecido a políticas públicas federais e estaduais, e às transformações na dinâmica populacional,

econômica e política administrativa da região[6]. A espacialidade desses serviços decorre de políticas públicas de acesso e universidade, das quais também resultam movimentos de expansão do mercado. O ensino superior é ilustrativo no aspecto da distribuição da oferta no território, com maior densidade de oferta na cidade de Santa Cruz do Sul, seguida de Venâncio Aires, mas, devido à expansão nacional da educação superior à distância, constata-se a existência de polos em praticamente todos os municípios da região.

O breve panorama territorial, com recorte em aspectos que se relacionam com o foco da pesquisa, exibe um território com especialização produtiva, decorrente do "reposicionamento das atividades econômicas (sobretudo as industriais), a implantação de novas estruturas de distribuição e a concentração da gestão da economia nas metrópoles conectadas à rede global" (Silveira *et al.*, 2019). A configuração territorial expõe formas de interação intrarregional e da região com outras escalas espaciais, acentuando o fenômeno da *rurbanidade.*

Uma juventude *rurbana*

O artigo "uma" que precede a palavra juventude no subtítulo remete à compreensão de juventude nesta pesquisa. Apesar do uso recorrente do singular, não se trata de um grupo homogêneo, nem mesmo num recorte regional como o desta investigação. Há muitos modos de ser jovem, assim como há muitas formas de vivenciar a *rurbanidade*. Reconhecendo a diversidade presente em ambas as condições, estudamos um universo de 87 estudantes, com idade entre 17 e 21 anos, matriculados no último ano escolar do ensino médio profissionalizante no território do Vale do Rio Pardo.

[6] Nos últimos 30 anos, a região teve nove emancipações político-administrativas que levaram à instalação de nove municípios e consequente reestruturação das redes de ensino.

Os jovens da pesquisa integram um grupo social específico, uma juventude *rurbana* escolar, em formação voltada às profissões relacionadas à natureza, que em sua maioria nasceu e mora no Vale do Rio Pardo e, na ocasião da pesquisa, residia com pai, mãe ou outros parentes no campo ou em cidades e tinha entre 17 e 20 anos (97,7%)[7]. Os jovens se declararam solteiros, sendo que apenas uma vivia com um companheiro. Apresentavam certa heterogeneidade em sua identificação: 58,6% são do gênero masculino e 41,4%, do feminino, não tendo nenhum se declarado em outro gênero, e se identificam como brancos (72,4%), pardos (23%) e negros (4,6%). Seus pais vivem na área rural dos municípios (83,9%) ou em área urbana (16,1%) e são agricultores ou pecuaristas (59,8%), ou agricultores e pecuaristas e acumulando outras ocupações (21,8%), ou têm outras ocupações que não a agropecuária (18,4%). A escolaridade dos genitores aponta as mães chegando a 18,4% na graduação e pós-graduação (16 mães), e os pais com 7,83% com graduação e 2,77% com pós-graduação, respectivamente 9 e 2 pais. Em contrapartida, as escolaridades mais baixas estão em 18% no grupo das mães com Ensino Fundamental I Incompleto, enquanto neste mesmo nível de escolaridade se encontram 24,1% dos pais, 21 pais.

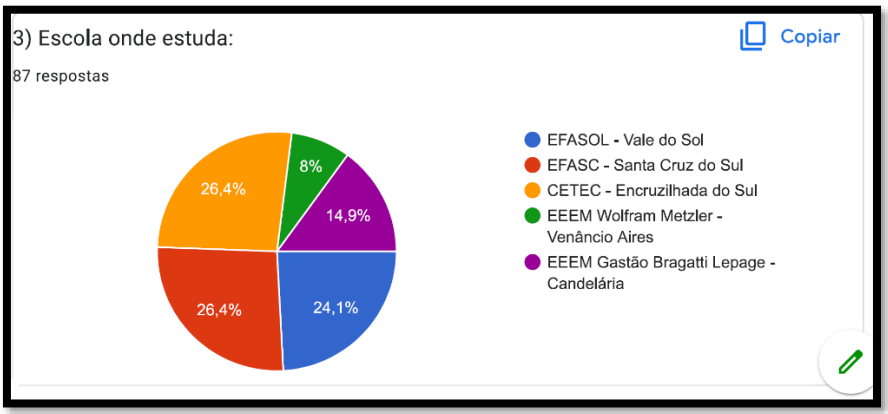
As escolas onde os jovens estudam são públicas (3) e comunitárias (2) e se distribuem no Vale do Rio Pardo, atendendo estudantes do município sede e municípios do entorno da sede[8]. Os

[7] Os dados vêm do questionário, de perguntas abertas e fechadas sobre o perfil sociocultural dos jovens, rotinas, práticas de lazer e consumo de mídias, uso de tecnologias de comunicação, relação com o território, formação escolar e perspectivas de futuro. As entrevistas aprofundaram estas questões com um número menor de jovens extraído do universo respondente do questionário.

[8] As escolas selecionadas foram: Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC); Escola Família Agrícola de Vale do Sol (EFASOL); Colégio Estadual Técnico Agropecuário Doutor Zeno Pereira Luz (CETEC), de Encruzilhada do Sul; Escola Estadual de Ensino Médio Wolfram Metzler, de Venâncio Aires; Escola Estadual de Ensino Médio Gastão Bragatti Lepage, de Candelária. A região tem mais três cursos técnicos, em Venâncio Aires, Rio Pardo e Sobradinho, que na ocasião da pesquisa ou não tinham turma ativa ou tinham turma inicial.

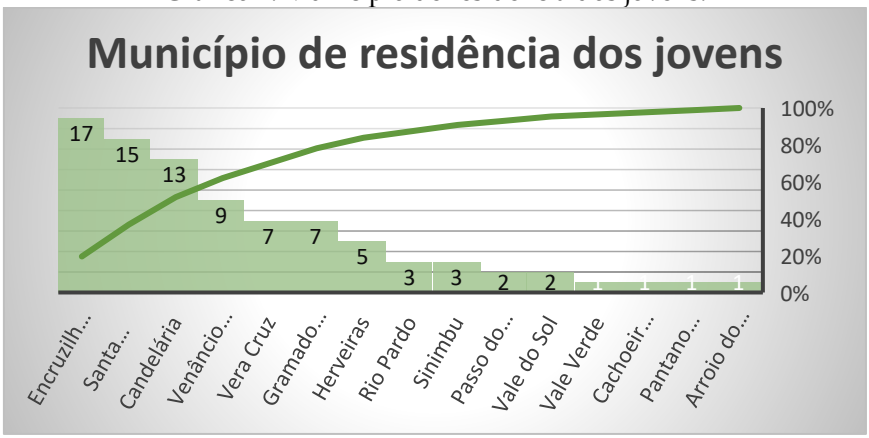
jovens vivem em deslocamentos diários ou semanais entre a casa e a escola, o que em parte significa ir do campo à cidade ou cidade ao campo. Isso porque as escolas ficam na área urbana ou periurbana dos municípios e parte opera em regime de internato, regime que comporta 55,2% dos escolares.

Gráfico 1: Distribuição dos jovens por escolas.



Fonte: Elaborado pela autora com o aplicativo *Google Forms*.

Gráfico 2: Município de residência dos jovens.



Fonte: Elaborado pela autora com o *Google Forms*.

Esta juventude *rurbana,* em sua maioria, vivencia o mundo do trabalho, sendo que 74,6% deles se ocupam principalmente na

agropecuária com a família. A dinâmica é incorporada pelas escolas, inclusive em duas, as comunitárias, a prática está inserida na formação curricular pela Pedagogia da Alternância. A tradição do envolvimento juvenil no trabalho do campo, somada à condição econômica das famílias (82,8% das famílias não têm empregados), e à escolha de projeto de vida no ensino médio antecipa a vida profissional e configura um tipo de juventude. O trabalho os põem em contato com as dinâmicas produtivas, incluindo a agricultura corporativa e as atividades não agrícolas no campo, relacionadas a transformações recentes no rural brasileiro, que introduziu elementos tipicamente "urbanos" nos projetos econômicos dos agricultores.

> Em casa, a rotina é quase a mesma. Daí eu ajudo meus pais na lavoura. A gente planta tabaco (Jovem 2, Vera Cruz, CETEC).[9]

> Bem, minha rotina é, basicamente, ajudar os meus pais na agricultura e dedicar uma parte do meu tempo pra lazer. Geralmente, eu tiro mais os dias da semana pra estudar e ajudar meus pais. Já o final de semana, especificamente no domingo, eu tiro pra lazer, relaxar, ler um livro, curtir e sair com os amigos (Jovem 3, Santa Cruz do Sul, EFASC).

> Final de semana a gente acaba tirando pra fazer as práticas, porque, como a gente tem a questão do leite, acaba que não para nunca. Mas tem também momentos de lazer, principalmente domingo, porque sábado a gente, como tem a questão de ser feirante, acaba demandando esse dia pra fazer a feira, tanto na cidade, no Centro Municipal, quanto na comunidade (Jovem 5, Cachoeira do Sul, EFASC).

Grande parte dos jovens tem seu cotidiano marcado pela mobilidade interna à região para estudo e trabalho, como mencionado, e para acesso a serviços de saúde (70,1%) e de lazer (77%), com frequência diária a mensal.

[9]O Termo de Autorização previa a não identificação pelo nome dos jovens respondentes.

Gráfico 3: Atividades de lazer buscadas nos espaços urbano ou rural da região.



Fonte: Elaborado pela autora com o aplicativo *Google Forms*.

Nas entrevistas, os jovens detalham a variedade de práticas de lazer e de mobilidade, que apontam para sua condição de *rurbanidade*.

> Final de semana eu tenho namorado, daí ou eu vou pra lá na casa dele ou ele vem ali pra casa. Daí a gente sai, vem aqui, toma sorvete, traz meu irmão pra brincar na praça. Ele joga futebol, daí domingo tem os campeonatos, daí a gente vem olhar, a gente traz meu irmão junto de vez em quando, quando não é muito tumultuado. (...) Que nem agora sábado a gente tem [festa de aniversário de] 15 anos, aí a gente vai ir. De vez em quando, quando tem baile, uma coisa assim, mas raramente (Jovem 7, Candelária, EEEM Gastão Bragatti Lepage).

> Todo final de semana eu vou pra casa da minha irmã, por causa que eu tenho uma sobrinha pequena. Dar atenção pra ela, brincar com ela. De vez em quando, principalmente nessas datas comemorativas - tipo Ano Novo, Natal - a gente se reúne na minha casa. Daí minhas

> duas irmãs vêm também (Jovem 9, Candelária, EEEM Gastão Bragatti Lepage).
>
> Eu costumo mais ficar em casa mesmo e aproveitar com a família. Como a gente têm propriedade pra fora, uma pequena propriedade e uma pequena criação, tem os animais. Então eu acho que é esse um momento de lazer (Jovem 1, Encruzilhada do Sul, CETEC).
>
> (...) mais pra visitar parentes. A gente tem parentes em Santa Cruz [do Sul], Paraíso [do Sul], Lagoa Bonita [do Sul], Cerro Branco (Jovem 8, Candelária, EEEM Gastão Bragatti Lepage).
>
> Até pouco tempo a gente tava na Expointer, em Esteio (Jovem 10, Encruzilhada do Sul, CETEC).

A despeito de detalharem nas entrevistas que pouco circulam fora do Vale do Rio Pardo, e suas saídas do campo ou da cidade onde vivem é para municípios vizinhos, esse é um extrato demográfico que experimenta a mobilidade de forma mais intensa que as gerações que os precederam, borrando as fronteiras físicas e simbólicas entre campo e cidade. Seu universo cultural é afetado, como apontam Puntel *et al*. (2011):

> Esta ambiência produz e reproduz sujeitos e sociedades heterogêneas, com pessoas de diversas identidades. É neste campo de disputa e de identidades distintas que se situa o jovem rural com suas buscas, desafios e esperanças.

As tecnologias de comunicação e os usos entre os jovens

Os deslocamentos dos jovens não se restringem à experiência física. O grupo está conectado à internet, circula nos espaços de fluxos, esses com potencial para deslocamentos nas referências de mundos e, uma vez que representam elementos de "urbanidade", reforçam a condição de *rurbanidade* dos jovens, como tratado a seguir.

A totalidade dos jovens pesquisados possui celular, mídia que tem centralidade no grupo. O aspecto geracional já havia sido percebido em pesquisas anteriores na região, sendo o celular a mídia de preferência entre a juventude rural e das classes populares. (Felippi; Guerin; Oliveira, 2019). E o dado está relacionado a indicadores nacionais, uma vez é o principal dispositivo de conexão com a internet, mencionado por 100% dos usuários do dispositivo na pesquisa TIC Domicílios 2024 (Cetic, 2024). Sobre este dispositivo e seu maior uso, os jovens afirmam:

> O telefone, com certeza! (Jovem 1, Encruzilhada do Sul, CETEC).

> Celular, mas também uso bastante notebook (Jovem 4, Santa Cruz do Sul, EFASC).

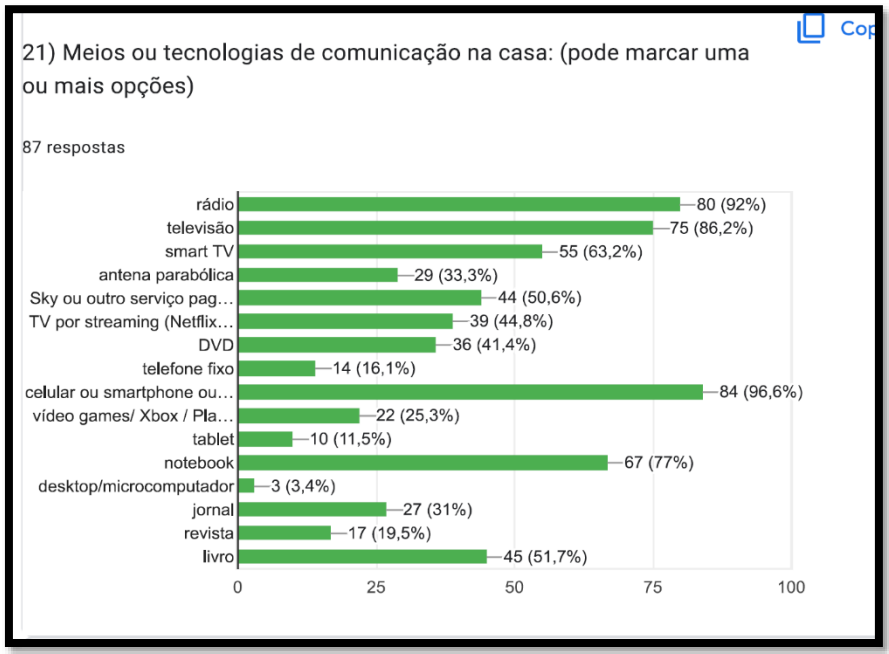
> Celular é diariamente. Acordo, o celular (Jovem 2, Vera Cruz, CETEC).

Apesar da desigualdade digital e de vazios de mídia que existem no rural e em regiões interioranas e em camadas populares da sociedade, a juventude *rurbana* integra o contexto de generalização das tecnologias de comunicação na vida cotidiana. Todos os inquiridos acessam a *web* ou por meio do *wifi* da escola ou do plano do celular ou plano da residência familiar. O grupo não expressou a possível precariedade no acesso. No entanto, pesquisas pregressas na região indicaram dificuldades de sinal e alto custo dos serviços. O que se alinha à TIC Domicílios de 2024 (Cetic, 2024), que apurou somente 22% dos brasileiros com conectividade satisfatória (Cetic, 2024)[10].

[10] O Indicador de Conectividade Significativa foi criado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - Cetic – e envolve aspectos custo e velocidade da conexão, presença de banda larga fixa nos domicílios e acesso por múltiplos dispositivos. Para mais, ver https://cetic.br/pt/publicacao/conectividade-significativa-propostas-para-medicao-e-o-retrato-da-populacao-no-brasil/ .

Os jovens *rurbanos* têm em sua casa equipamentos de mídia tradicional e nova. Da mídia tradicional, rádio e televisão têm maior presença; e, nas tecnologias mais recentes, o celular e o notebook despontam. Os percentuais externam as escolhas de consumo com base nas temporalidades das mídias, habilidades de uso dos sujeitos, condições técnicas e econômicas de aquisição. Nas entrevistas, os usos indicados pelos jovens variam entre os dispositivos acessados, a audiência individual ou familiar e circunstâncias de consumo.

Gráfico 4: Presença de tecnologias de comunicação na casa.

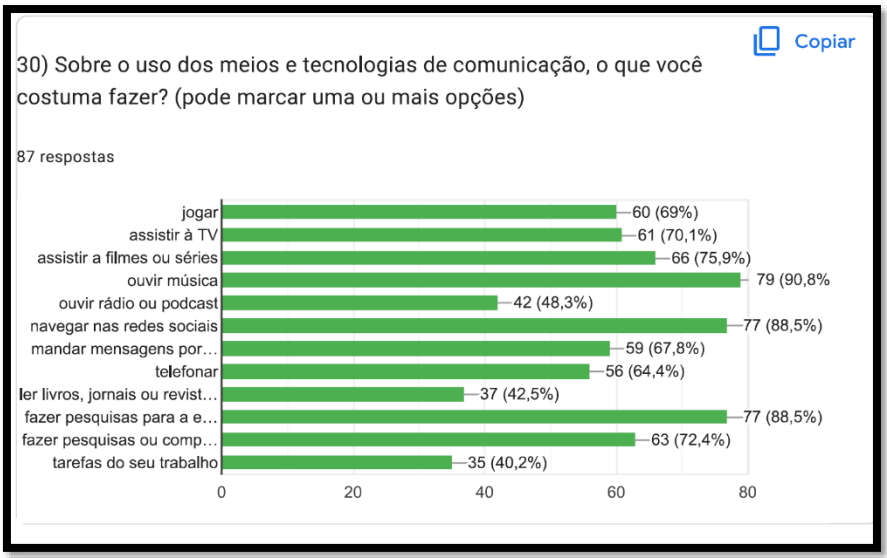


Fonte: Elaborado pela autora com o aplicativo *Google Forms*.

De posse das tecnologias, as práticas de uso e suas finalidades, indicadas pelos jovens, vão desde a informação, lazer, estudo e pesquisa e compras de produtos. Quando instigados a detalhar sobre os diferentes usos, predomina a escuta de música (em emissoras de rádio e por *streaming*), a navegação em redes sociais

(com destaque para WhatsApp, Facebook, Instagram e Tiktok), pesquisas escolares, audiência de audiovisuais (de canais de televisão, Youtube e *streaming*) e compras online. A predominância desses usos sugere práticas culturais que extrapolam o comportamento exclusivo do grupo e mesmo da geração. A TIC Domicílios 2024, ao pesquisar os usos da internet pelos brasileiros, apurou que as práticas apontadas pelos jovens de nossa pesquisa como mais frequentes são as que também predominam entre os brasileiros.

Gráfico 5: Uso das tecnologias de comunicação pelos jovens.



Fonte: Elaborado pela autora com o aplicativo *Google Forms*.

Com relação aos conteúdos procurados nas mídias, chama atenção o fato de os jovens mencionarem a audiência de filmes, séries e telenovelas, a escuta musical e os jogos eletrônicos; mas quando inquiridos sobre os conteúdos acessados nas mídias, não nomeiam as produções. O que ocorre quando se trata de falar a respeito de canais ou páginas na web que parecem expressar seu universo prático e simbólico:

> (...) eu gosto do Richard Rasmussen. Adoro ele, biólogo. (...) Eu sigo uma veterinária aqui da região e ela sempre posta alguns alertas. Eu acho interessante por causa que, na pandemia, o melhor amigo do homem foi um gato, ou cachorro ou até outro bicho (Jovem 1, Encruzilhada do Sul, CETEC).

> Tenho bastante contato em função dos estudos, acabo procurando bastante informações sobre agricultura, cursos superiores, graduação, pós-graduação (...). Como eu sou da Igreja Evangélica, eu gosto de ver bastante conteúdo evangélico, cristão. Sigo o Jeferson Felix, um cara "referência" para os jovens cristãos (Jovem 3, Passo do Sobrado, EFASC).

> Uma coisa que me atrai é a leitura. Eu gosto de ler livros assim. Com poucos cliques eu baixo ali no notebook e eu leio ali (Jovem 10, Encruzilhada do Sul, CETEC).

O avanço das tecnologias de comunicação reconfigura práticas culturais já realizadas em mídias analógicas – como a escuta musical, a leitura e a consulta sobre compra de produtos, uma vez que "os dispositivos tecnológicos e as redes sociais digitais, inseridos nas vivências desses jovens, proporcionam significativas modificações nas relações que estes desenvolvem com a mídia, estimulando novas sociabilidades e diferentes maneiras de inserção social" (Jacks *et al.*, 2017, p. 103). Ainda dizem as autoras: "a adoção das tecnologias da comunicação marca, em parte, características de urbanidade em áreas rurais, o que abre um flanco para intercâmbios de experiências comuns nos dois contextos (...)" (2017, p. 106).

Quanto à individualização das práticas de consumo de mídias, emergiu das entrevistas o consumo coletivo na família de mídias em dispositivos tradicionais, como a televisão e o rádio, enquanto os dispositivos "novos", como o celular, tendem a ser acionados individualmente.

> De manhã sempre quando a gente [es]tá tomando café a gente ouve rádio, que eu tomo café com o pai e a mãe, a gente ouve rádio pela manhã, já ouve as notícias do dia (Jovem 8, Candelária, EEEM Gastão Bragatti Lepage).

> Eu converso muito pelo WhatsApp com os meus colegas, quando a gente tá em casa. Porque a gente se ajuda, ainda mais agora com o projeto [de final de curso]. Tava conversando muito com eles, ajudando eles e eles me ajudando. Eu tenho uma irmã, daí, às vezes, a gente tá olhando uma coisa, eu nem tô em casa, eu olho "ah, mas isso aqui parece com ela", daí eu já pego e mando (Jovem 6, Vera Cruz, EFASC).

Em alguns lares da juventude *rurbana* vivem até três gerações, muitas práticas sociais, como a audiência de rádio e de televisão, a visita a parentes ou a participação associativa ocorre em rituais familiares de base comunitária, denotando a mediação da família como relevante na constituição do sujeito jovem. Por outro lado, um aspecto que também observamos em pesquisa anterior com famílias rurais da região (Escosteguy *et al*., 2019) é que os jovens *rurbanos* acompanham as tendências contemporâneas da posse de tecnologias de uso individual, como celular e notebook, em novas sociabilidades.

Os jovens *rurbanos* e o vínculo com o território

A escuta da juventude *rurbana* mobilizou ainda questões relacionadas à identidade, ao vínculo com o território e ao projeto de futuro, uma vez que nossa preocupação se localizava num grupo social em "trânsito" entre vida infantil e a adulta, vivenciando um território afetado pelo avanço dos fluxos – listados por Silveira *et al*. (2019) - do capital, de mercadorias, de informações e de pessoas. Ademais, enquanto geração nativa digital, integra de forma particular uma nova ambiência técnico-informacional em que está inserida. Ou como nomeia Martín-Barbero (2020), há uma

nova configuração sociotécnica e, por consequência, estabelece uma nova tecnicidade.

Os jovens *rurbanos* foram provocados a falar sobre sua percepção a respeito do campo e da cidade, elegendo entre características pré-definidas as qualidades e negatividades dos dois espaços e, posteriormente, puderam responder em questão aberta sobre o que mais agradava e mais desagradava em ambos os espaços. O elenco de características definidas a priori teve base em pesquisas anteriores realizadas com juventude rural e visava provocar a memória e gerar reflexividade. O Quadro 1 traz os termos.

Quadro 1: Lista de características atribuídas aos espaços rural e urbano:

Características da área rural que mais lhe agradam	**Características da área urbana que mais lhe agradam**	**Características da área rural que menos agradam**	**Características da área urbana que menos agradam**
Tópicos pré-definidos		**Tópicos de respostas espontâneas**	
Tranquilidade	Acesso à escola	Estradas precárias	Insegurança
Segurança	Acesso à informação e a tecnologias	Ausência de políticas públicas	Poluição do ar, sonora e visual
Fartura	Oferta de trabalho ou emprego	Escassez de serviços públicos	Grande fluxo de pessoas
Laços comunitários e familiares	Atividades de lazer	Descaso com as pessoas	Custo de vida alto
Oferta de trabalho ou emprego	Diversidade cultural	Desmatamento	Mobilidade urbana
Atividades de lazer	Serviços de saúde	Infraestrutura energética precária	Nada desagrada
Natureza	Mobilidade	Distância dos centros	

		urbanos/tempo e condições de deslocamento	
		Uso de agrotóxicos	
		Falta de internet	
		Carência no saneamento básico e na coleta de lixo	
		Pouca oportunidade de emprego	
		Faltam unidades de saúde	
		Nada desagrada	

Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário aplicado aos jovens.

O predomínio de respostas espontâneas sobre as negatividades do rural em relação ao urbano se conecta ao fato de a maioria dos jovens residir no rural. Eles identificam lacunas infra estruturais, de serviços públicos e oferta e diversidade de trabalho. No entanto, apesar de elencarem fragilidades, os jovens se identificam com as localidades, municípios e região onde vivem. As respostas das entrevistas apontam para o reconhecimento do território como algo que lhes constitui e onde se assentam as bases familiares, os valores e o projeto de futuro. Poucos manifestaram desejo de deixar a região, mas se ressentem de suas carências. Parte significativa que reside no rural, e suas famílias estão inseridas na atividade agropecuária, mostra muita conexão com o rural, destacando os atributos positivos da primeira coluna do quadro. Para alguns, a saída do município onde residem pode vir a ocorrer

por necessidade e vislumbram a cidade média de Santa Cruz do Sul como uma possibilidade. Metrópoles como Porto Alegre, conhecida por alguns dos jovens, não são apontadas como interesse pela maioria.

> Encruzilhada [do Sul], me identifiquei bastante, porque aqui é muito cultuada a tradição, então me identifiquei muito. Eu gosto muito da nossa tradição. (...) Gosto do clima daqui também (Jovem 2, Encruzilhada do Sul, CETEC).

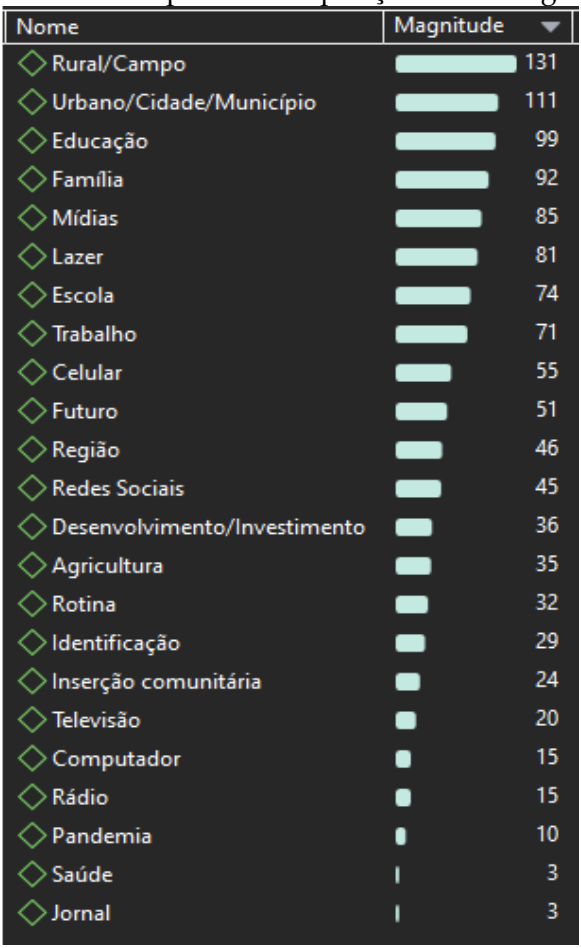
> Sinto [parte da região], eu consigo me identificar e tenho um gosto também por essa região. (...) Eu me sinto, pessoalmente, muito mais pertencente ao meio rural, mas eu ainda sinto falta de coisas que o urbano traz, principalmente coisas voltadas ao lazer eu acho. Questão de cinema, questão de lugares pra encontro de jovens, que hoje a questão do rural ainda não tem muito isso ((Jovem 5, Cachoeira do Sul, EFASC).

> Eu gosto de morar lá, porque é uma cidade tranquila e eu conheço - a minha família também conhece - muitas pessoas dentro do município. Aí meio que acaba que, pra qualquer lugar que a gente vai, a gente conhece alguém (Jovem 6, Vera Cruz, EFASC).

> Eu gosto do meu território porque ele me proporciona aquilo que eu gosto de fazer, mas aquilo que eu gosto de fazer dentro dele não é o máximo que eu poderia fazer (Jovem 10, Encruzilhada do Sul, CETEC).

As palavras que mais são citadas nas entrevistas expressam os termos mobilizados pelos jovens quando questionados sobre sua condição *rurbana*.

Gráfico 6: Frequência de aparição dos Códigos.



Fonte: Elaborado por Fernanda Nunes da Silveira com o *software* Atlas.

A permanência no território é tensionada quando os jovens são convidados a falar sobre os projetos profissionais futuros.

> É, eu pretendo cursar Agronomia e seguir e frente. Mas não sei como vai estar até lá. Não sabemos o que nos espera (Jovem 1, Encruzilhada do Sul, CETEC).

> Eu já tenho quase 18 anos, daqui a pouco já vem a carreira militar, é algo que me atrai, o agronegócio é algo que me atrai, inúmeras carreiras me atraem (Jovem 10, Encruzilhada do Sul, CETEC).

> Me imagino casado, cuidando da minha família, mas bem na frente, não agora, tendo minha propriedade rural bem organizada, tendo meu espaço pra fazer meus hobbies e minhas coisas que eu não quero largar de jeito nenhum. Eu quero tá bem assim, que eu trabalhe naquilo que dê renda pra eu ficar estável, ter minha propriedade que a gente já tem lá, manter ela bem, ter a família bem e presente também, sendo feliz junto e sempre aprendendo, porque o cérebro é um músculo, se não exercitar ele morre, digamos assim. Então é isso (Jovem 11, Encruzilhada do Sul, CETEC).

A interlocução provoca a reflexividade, e os jovens, em sua maioria, projetam o futuro próximo, relacionado às escolhas imediatas que precisam fazer, relacionadas à formação superior, ao alistamento militar ou à busca de um emprego como técnicos agrícolas ou em agronegócio.

Mediações culturais e modos de ser juventude *rurbana*

Orientada pelo *Mapa de chaves teórico-analíticas para um Estudo Socioantropológico de TICs* (Figura 1, capítulo anterior), a escuta dos jovens foi uma escolha para compreender as alterações socioculturais e as novas tecnicidades nas quais os sujeitos jovens em *rurbanidade* num certo território estão envolvidos. As consequências do reordenamento mundial do capitalismo, como a expansão do capital global pelos territórios, as verticalidades incidentes nos mesmos e a onipresença das tecnologias de comunicação e ambiência virtual têm provocado deslocamentos nas referências culturais das gerações mais recentes, especialmente das nativas digitais.

O enfrentamento na perspectiva cultural e territorial da problemática remete ao pensamento de Martín-Barbero sobre a juventude, quando propõe que o exame desta categoria considere

a ocorrência de "fenômenos trans-classistas e trans-nacionais, que por sua vez são sempre experimentados em modalidades e modulações introduzidas pela divisão social e pela diferença cultural, o que acarreta um trabalho de *localização da pesquisa* (...)" (2020, p. 35).

Com o protocolo metodológico das mediações culturais, articulamos o espaço vivido pelos jovens, o do território do Vale do Rio Pardo, com as diferentes temporalidades desses sujeitos – da escola, do trabalho, do lazer e dos afetos. Constatamos que os jovens escolares são um grupo que vive a mobilidade, tanto física, quanto virtual e simbólica, provocada pelos deslocamentos que movem sua vida prática e pelos fluxos provocados pela presença no cotidiano de dispositivos tecnológicos e seus conteúdos. Percebemos novos rituais e novas socialidades, diferentes das gerações pregressas. Constatamos que apesar da fragilização das instituições no tempo presente, as mediações da escola e da família têm considerável importância na relação dos jovens com o território, na sua constituição como sujeitos e na definição de seu projeto de futuro.

O exame da juventude *rurbana* do Vale do Rio Pardo buscou ir na direção de compreender as práticas e os sentidos relacionados à condição de rurbanidade dos sujeitos num território, num reconhecimento de um "duplo percurso: o do processo de desordem cultural que hoje catalisa a juventude, e o da inversão de sentido, que o mercado parece ser o único a saber aproveitar, a fim de hegemonizar a construção imaginária do jovem" (Martín-Barbeiro, 2020, p. 35 e 36).

Referências

Arent, S., et al. Observando o Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo: notas sobre as dinâmicas econômicas recentes. *Barbarói,* n. 55, p. 234-257, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.11411 .

Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. 2022. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes . Acesso em: 22 out. 2024.

Desigualdade digital: o desafio de acessar a Internet nas regiões mais afastadas. NIC.BR. 2022. Disponível em: https://www.nic.br/noticia/na-midia/desigualdade-digital-o-desafio-de-acessar-a-internet-nas-regioes-mais-afastadas/. Acesso em: 13 dez. 2024.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Rio+Pardo . Acesso em: 15 dez. 2024.

Felippi, Â. C. T.; Guerin, Y. S.; Oliveira, V. G. de. Jovens rurais do Vale do Sol e suas práticas com as TICs. In: Escosteguy, A. C. D. et al. *As tecnologias da comunicação no cotidiano de famílias rurais:* (Re)configurações de uma ruralidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019, p. 156-167.

Jacks, N.; Toaldo, M. M.; Marques, J.. Jovens rurbanos e mediações tecnológicas: práticas e convivências sociais contemporâneas. *Cadernos del Claeh*, v. 36, n. 106, p. 101-123, 2017.

Martín-Barbero, J.. Dos meios às mediações: 3 introduções. *MATRIZes*, v. 12, n. 1, p. 9-31, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p9-31. Acesso em: 5 dez. 2023.

Martín-Barbero, J.. Feixa, C.; Figueras-Maz, M.. *Jovens entre o palimpsesto e o hipertexto*. São Paulo, Edições SESC São Paulo, 2022. Disponível em: https://issuu.com/edicoessescsp/docs/ trecho-do-livro . Acesso em: 17 nov. 2024.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Disponível em: www.unisc.br/ppgdr . Acesso em: 10 de out. 2024.

Puntel, J.; Paiva, C. Á. N.; Ramos, M. P.. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011, Brasília. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, Brasília: Ipea, 2011, p. 1-20. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/

handle/10183/256436/000827049.pdf?sequence=1 . Acesso em: 12 dez. 2024.

Silveira, R. L. L. da et al. Cidades médias, fluxos pendulares e dinâmica territorial na Região dos Vales-RS. *Revista Brasileira De Desenvolvimento Regional*, v. 7, n. 2, p. 133–168, 2020. https://doi.org/10.7867/2317-5443.2019v7n2p133-168

PARTE 2

Sin retorno. La condición *rurbana* y sus mecanismos de cristalización

Gustavo Cimadevilla

Introducción

En el campo de las ciencias sociales, la observación del mundo de la vida en los últimos 50 años, permitió esbozar la idea de que el universo sociocultural ha sido y es tan cambiante, que lo social merece concebirse como "fluido". Zygmunt Bauman, uno de los teóricos más relevantes en esa línea, puso foco en la fragmentación de las identidades, la inestabilidad laboral, la inconmensurable dosis de información que lo atraviesa todo, la economía de lo desechable y la duda en torno al papel que tiene la educación para consolidar modelos sociales deseables. Además de comprender que los compromisos y las relaciones interpersonales se tornan cada vez más fugaces (Bauman, 2004).

El concepto de "sociedad líquida" ayudó a designar y entender varios de esos procesos principales y a suponer que las "condiciones" en las que se experimenta la vida social son precarias y fugaces. El *Cambia todo cambia*, llegó para quedarse y hasta el arte popular, la música y la literatura comenzaron a reflejarlo de manera variada y en múltiples coordenadas geográficas.

Así, y como sucede en el campo del conocimiento, hallazgos de este tipo suelen eclipsar otros, tal como ya lo verificara Khun (1984), y las preguntas sobre lo permanente también se corrieron de escena. Algunos escenarios y condiciones, sin embargo, nos parece que ameritan seguir observándose en foco y atención a sus continuidades. A sus modos más sólidos de estar y reproducirse, porque frente a esos universos de cambio, también hay componentes que tienden a la cristalización. Esto es, a sostenerse por unidades de tiempo mayores,

contrastando con las postales de lo fluido, y conservándose en las postales de lo constituido. Algunos casos rurbanos nos permiten sostener el argumento, y este escrito colaborará en ilustrarlo. No es, entonces, desconocer un plano para postular otro, sino advertir que ambos tienen existencia real.

En ese sentido, nos parece que, para variados actores sociales, su incorporación a la rurbanidad no es una condición pasajera, azarosa ni casual, más bien se da en el marco de un ambiente en el que los actores ensayan su experiencia e interactúan con el medio de una manera práctica, intuitiva y de "segunda naturaleza". Es decir, como el resultado de un modo de ser y estar en el mundo que tiene al horizonte de la sobrevivencia como primer factor de actuación y en donde lo urbano y lo rural dejan de ser escenarios polutos y pasan a ser un mismo y consolidado conglomerado. Ni enteramente urbano ni enteramente rural, sino rurbano, pero que una vez cristalizado, tiende a reproducirse sin mucho horizonte de transformación posible. Sino más bien, como condición a la que se llega sin tener retorno inmediato o plano de reconfiguración líquida.

Analizaremos, en este texto, esa hipótesis y sus referentes empíricos, para revitalizar la teoría.

Sociedad ¿líquida?

La idea de que lo volátil lo fluido y la incertidumbre reinan en la sociedad de finales del siglo XX y de ahí en más, se presentó como novedad para el pensamiento sociológico contemporáneo, que venía más ocupado en comprender las estructuras y permanencias. Las formas elementales de la reproducción y las dinámicas del "todo cambia" para que nada cambie. Algo así como un menú repetido de fórmulas explicativas que culminaban en demostrar sus puntos de partida. Sus razonamientos iniciales: estado y mercado como instituciones modernas, se erigieron para resultar funcionales a los intereses dominantes, por tanto, estudiar las dinámicas institucionales y las dinámicas del capitalismo permitían concluir

que el universo social podría tener muchas novedades aparentes y superficiales, pero muy pocas sustantivas y trascendentales.

Marx, Weber o Parsons, podían ser puntos de partida con variedad de argumentos disímiles, pero que podían converger si los interrogantes se situaban en *cuan transformadoras eran las sociedades de su época.* Para el primero, como promesa revolucionaria; para Weber, como posibilidad de nuevos reconocimientos y rutinizaciones; o para Parsons, como promesa individual de realización. Es decir, en su conjunto, como una condición latente, pero no necesariamente premeditable, porque el cambio evidente solo se verificaba en los tiempos largos, dado que el cemento de lo social era lo suficientemente resistente.

En los sesenta del siglo pasado y de ahí en más, sin embargo, las lecturas del campo intelectual se asentaron en dar lugar a otras miradas. La posguerra y el bom del consumismo, la irrupción de la individualidad como nunca había sido vista antes, la reconsideración de las minorías y sus derechos, el cansancio por sobre las promesas del "progreso" inconcluso o "imposible", el advenimiento de tecnologías en evoluciones impensadas, la irrupción de lo global por encima de lo universal, todo y más fueron dando lugar a perspectivas renovadas sobre el cambio. Este ya no era posibilidad o futuro. Eso ya había llegado y se manifestaba en cualquier coordenada o trivalidad. El cambio ya era moneda corriente y había que desplazar los enfoques del esto o aquello por esto y aquello (Beck, 1996). Y eso era posible si los interrogantes eran otros y los puntos de partida se renovaban de manera radical: no todo era reproducción, porque ese todo no alcanzaba a describirse cuando ya se configuraba de otros modos, con otras lógicas y expresiones. Con otras manifestaciones.

Lo "líquido" apareció en escena y la atención fue captada por lo fluido. Lo inconstante, lo variable y en continua transformación. La incertidumbre dejó de pesar, si en realidad era parte del todo en continuo, del cual ya no cabía duda, sino más bien era certeza con la que se convivía. Era la condición inevitable una vez que dos cuestiones se revelaban como ciertas: ya no habría un destino

definitivo, justo y necesario (con la "decadencia de la ilusión moderna temprana"); ni habría posibilidad de conformarse con ningún logro, porque otro más interesante y atractivo lo suplantaría incluso antes de ser posibilidad ("autoafirmación del individuo") (Bauman, 2004, p. 34).

La liquidez de estar, entonces, deslumbró a ese sujeto que estaba más allá de lo moderno y convivir con las incertezas fue parte de ese universo en estado de cambio permanente. Paradoja de confirmar que lo existente, justamente, es lo que a cada instante deja de ser para postularse de otro modo y mediante otros entes.

Pero, ¿todo y todo el tiempo todo? Vayamos a las postales que nos confían otros modos de ser y estar en el mundo, en donde, la reproducción de las condiciones, siguen ciertas reglas poco vulnerables a los cambios profundos. Analicemos algunos casos rurbanos en donde cierta cristalización de las posiciones ofrece coordenadas para continuar pensando las permanencias y cristalizaciones.

Rurbanidad

Anderson, Guigou o Lefevbre, que entendían que la urbanización del globo era inevitable y que la ruralidad tendería a desaparecer, según puede leerse en sus escritos de los años setenta como *Problemas de sociología rural* (Lefevbre, 1970; en Souza Martins, J. de (Org.). *Introdução crítica à Sociologia Rural*), o en *A revolução urbana* (Lefebvre, H. [1970], 2004), inauguraron un modo de leer lo rural, por el cual el cambio era el único destino posible. Lo permanente, entonces, cedía lugar a lo contingente y transversal. Pero esa postal, básicamente europea, no podía generalizarse.

En nuestro caso, preferimos pensar que contrarias a esas tendencias imaginadas, los espacios latinoamericanos no podían leerse desde los caminos de la industrialización y urbanización absoluta. Procesos de rurbanización, procesos en los que lo urbano se mezcla con lo rural y lo rural se mezcla con lo urbano, conviven en las diversas realidades del continente con matices propios (Cimadevilla y

Carniglia, 2009; Kenbel, Demarchi y Galimberti, 2020). Y lejos están de augurar extinciones. Más bien, advierten que corresponde encontrar otras formas de interpretar esas conjunciones.

¿Cómo enfocar entonces esa inversión de perspectiva? ¿Cómo leer esas tramas que en la intersección de los significados y las prácticas revelan otras condiciones y formas de *ser* y *estar* en el mundo, incluso cuando de tecnologías de alcance planetario se trata?

En un artículo que se publicara bajo el título "Las transformaciones del mapa occul-tural", 2000 – en alusión a un artículo de Jesús Martín-Barbero que titulara "Las transformaciones del mapa cultural" (2000) - arriesgamos la hipótesis de que ciertas transformaciones que preocupaban a la sociedad y se centraban fundamentalmente en ambientes mega-urbanos y cierta lectura acerca de la extinción de lo rural, merecían otras consideraciones. Para nosotros, por ejemplo, lo rural lejos de desaparecer se manifestaba "oculto" en un conjunto de procesos sociales que no podían interpretarse únicamente desde una prefiguración urbana y que formaban parte de ese todo social de fines del siglo XX.

Las respuestas, por ejemplo, sobre la pobreza, las migraciones forzadas, la marginación, entre otras, debían incluir también una mirada que contemplara lo rural como dimensión que ayudase a comprender mejor lo que sucedía en esos grandes centros urbanos. A partir de allí y provocados por un contexto social cada vez más tenso (Argentina, fines del 2001), nuestra atención se dirigió particularmente a un fenómeno que no era nuevo, pero que sí irrumpía con una visibilidad antes no manifiesta. Un número creciente de familias resolvían su existencia diaria catando basura ayudadas y transportadas por carros tirados por caballos. Aquí, en esta ciudad de Río Cuarto, pero también en otras de Argentina y en muchas más del continente. Esa postal no era típica, no era rural, tampoco era urbana.

El concepto de rurbanidad (que debemos a Charles Galpin, 1918) nos ayudó entonces a enfocar el fenómeno. Las entradas para conceptualizarlo y estudiarlo se fueron sumando. Por un lado, el fenómeno llamó la atención por la visibilidad e invisibilidad que

tiene en la sociedad y por el modo en que los medios de comunicación lo tratan o excluyen de su agenda, pero también por el tipo de lecturas que genera en la opinión pública. Luego, formas culturales inherentes y formas culturales expresas se agregaron como postales para ese enfoque en donde lo rurbano permite adentrarse en aquellos entramados en los cuales la hibridez entre lo urbano y lo rural da vida a nuevas condiciones para el ser y el estar. Así, segmentos particulares de la población conviven en hábitats donde los paisajes, las prácticas, los dispositivos y los saberes remiten de manera continua a ambos polos de la tradicional relación que ahora se encuentra subvertida, mezclada y sintetizada. Pequeños productores rurales, maestras de campo, carreros, son figuras que se comprenden mejor como partícipes del mundo rurbano. Un mundo en el cual, si las preguntas giran en torno a cómo viven, si son emprendedores o trabajadores, y qué hacen en sus rutinas, no puede identificarse solo con lo urbano o solo con lo rural sino, en todo caso, con ambos.

Ese mix, diría Peter Burke (2004), es en términos culturables inevitable. Y así lo afirma desde el inicio de su texto "Hibridismo Cultural" con tres citas de académicos que en el campo de la historia y la antropología son ilustres:

> *Todas las culturas son el resultado de una mixordia (Claude Lévi Strauss).*
>
> *La historia de todas las culturas es la historia del préstamo cultural (Edward Said).*
>
> *Hoy, todas las culturas son culturas de frontera (Néstor García Canclini).*

Y la razón es en la práctica sencilla de entender. El globo tiende a aumentar cada vez más los intercambios, de todo tipo: comerciales, de conocimiento, migratorios, turísticos, tecnológicos, simbólicos y la lista sigue. Y los intercambios implican encuentros y los encuentros interacciones, de modo que las formas, prácticas, hábitos, diseños, costumbres y todo lo que pueda aparecer

intercambiable, puede ser motivo de adopción, copia, incorporación, observación, ilustración, etc. Con lo cual el hibridismo tiende a ser "naturalmente" creciente. Lo que sin dudas también se da en los hábitats y los encuentros rurales y urbanos. Y por tanto, inciden en la configuración de las prácticas rurbanas.

En ese marco, donde lo rural y lo rurbano dan lugar a una nueva condición socio cultural, que llamamos rurbana, la pregunta también puede plantearse en términos de permanencias y cambios. ¿Es posible encontrar en la rurbanidad solamente componentes de lo fluido?

A seguir vamos a considerar un caso de estudio de actores rurbanos, ante la lectura de lo que perdura o resulta fluido.

Las familias con actividades de cirujeo

El estudio que vamos a considerar, responde directamente a la línea de investigación que el equipo "Comunicación y Rurbanidad" viene siguiendo (disponible en www.comunicacionyrurbanidad.org).

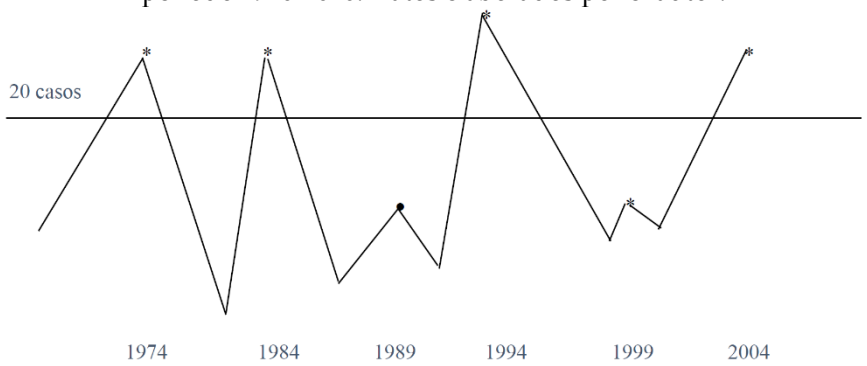
Se trata de un Relevamiento de Familias con Actividades de Cirujeo (Cimadevilla y Carniglia, 2015) realizado en 2014, y que posibilitó el registro de 400 familias que practicaban la actividad. El estudio fue solicitado por el Municipio de Río Cuarto y un Informe Sintético sobre la experiencia puede consultarse en: https://www.comunicacionyrurbanidad.org/2017/11/27/informe-general-del-relevamiento-de-familias-con-actividades-de-cirujeo-en-la-ciudad-de-rio-cuarto/

Un estudio que, posteriormente, se nutrió de otros que permitieron actualizar ciertos datos y profundizar en otros y pone en discusión justamente el carácter sólido y perdurable que tienen las condiciones de los agentes, toda vez que vuelve a confirmarse cómo la rurbanidad en la que viven se reproduce sin grandes cambios. Vayamos a algunos indicadores.

Si en ese marco, por ejemplo, se considera la antigüedad que los agentes tienen en las prácticas de cirujeo, puede observarse que entre las 400 familias relevadas la proporción de quienes ya

presentaban miembros de tercera generación ocupan a la mitad de los casos. Es decir, estamos frente a familias que ya llevan al menos 30 años en la actividad, y que aún con intervalos de continuidad, no han podido encontrar otros modos de resolver su existencia, que no sea la de recuperar, adoptar y comercializar residuos. Hoy, si se considera a toda esa comunidad de recicladores, se encontrará que un tercio de las familias ya pasó los 40 años en el rubro. Y la actividad no decae, al contrario, suma nuevos integrantes, aunque está claro que los picos de ingreso se asocian particularmente a las coyunturas de crisis en el campo socioeconómico. Visto en un gráfico, los datos recogidos muestran con respecto a los ingresos de las familias en la actividad que:

Gráfico 1: Incorporación de familias a las prácticas del cirujeo durante el período 1970-2010. Datos elaborados por el autor.



Coincidentes con las coyunturas hiperinflacionarias o de crisis de mercado, con consecuencias severas en el empleo, los ingresos de personas que superaron los 20 casos de mención para el año, son para los años 1974 (próximos al conocido Rodrigazo, evento devaluatorio de significancia), 1984 (inicio de la cris inflacionaria del gobierno de Alfonsín que culminó en el Plan Austral), 1989 (hiperinflación que llevó al Gobierno a adelantar las elecciones), 19994, próximo a la crisis del Tequila y 2004, consecuencia de la crisis que se iniciara en 2001 y la gran devaluación del período.

Esos ingresos, entonces, lejos de ser solamente transicionales, fueron consolidando formas de sobrevivencia que en pocos casos lograron alterarse.

Cuando en esa población se consulta respecto de quienes modificaron sus rutinas de cirujeo, aparecen los que incursionaron en la extracción y comercialización de arena; empleo en la construcción; ingreso a una cooperativa de trabajo (que incluye la recuperación de residuos) o comercio por menor (por ejemplo con frutas y verduras); pero que en la mayoría de los casos supuso conservar su carro y alternar esas nuevas actividades con las viejas prácticas del cirujeo, según sean las circunstancias y necesidades. Es decir, tomando a la actividad de rebusque como un modo consolidado de encontrar refugio laboral ante cualquier circunstancia. (Kenbel, Demarchi y Galimberti, 2020)

Rurbanidad y TICs: nada cambia

Al respecto, fue interesante investigar, en un sub-grupo pequeño de esta población, qué sucedía con su adopción de TIC (tecnologías de la información y la comunicación), habida cuenta de que los dispositivos móviles se generalizaron en usos de diverso tipo (social pero también socio-laboral), bajo la impronta de una modernización global.

Veamos el caso, pues permite asociar los comportamientos a una adaptación clara a las novedades y las transformaciones globales, aun cuando la base social indique rasgos de cristalización local.

En ese marco, sobre un pequeño sub-conjunto de familias con actividades de cirujeo particularmente apoyadas por carros y equinos, se procedió a analizar la relación que sus miembros tienen con las TICs en su vida cotidiana. Al respecto, sobre los testimonios que se registraran, algunos relevantes indican:

- Las personas con mayor edad incorporan el celular, pero no se consideran entendidas en internet, y suelen usar WhatsApp mediante aprendizajes que reciben de sus hijos.

- El uso más frecuente para ellos es la llamada con familiares lejanos – o no próximos - o clientes (por ejemplo de los que les compran arenas o solicitan changas).

- Tener celular para contactar o recibir pedidos de los clientes es fundamental. Todos tienen la presunción de que –en la medida que los carreros más jóvenes ya lo tienen- no pueden dejar de incorporarlo, porque perderían gran parte de sus posibilidades de rebusque.

- La continuidad del uso del celular se ve interrumpida por la falta de datos móviles (créditos) o el acceso de wifi libre.

- En tanto, entre los carreros hay más hombres que mujeres conduciendo las unidades, suele encontrarse que en los grupos familiares el uso más asiduo del celular esté en manos de los hijos – jóvenes, adolescentes - y de la esposa o compañera, en tanto el hombre recibe pedidos de las labores a través de aquellos.

- Las resistencias a tener el dispositivo celular, en todo caso, es explicada por lo que implica asumir sus costos y ciertos aprendizajes que algunos consideran no están a su alcance.

- Los usos son elementales y casi la funcionalidad única del celular es la de actuar como el tradicional teléfono. Si es con whatsapp para abaratar costos y quizás porque es más efectivo para el registro de los contactos, además de que les facilita dejar mensajes grabados o mensajes escritos – para el caso de los alfabetizados[1] -, en tanto con el teléfono tradicional solamente pueden o deben hablar en línea.

- Su lenguaje, por otro lado, suele no incorporar el universo conceptual de las plataformas y el conjunto de neologismos que tal vez sí manejen los jóvenes de clases medias o superiores. Pero ese no es un punto que les resulte de interés ni consideren necesario resolver, en tanto el dispositivo les facilite el contacto.

[1] En esa población el nivel de analfabetismo es cinco veces superior al de la media nacional. Ver: https://www.comunicacionyrurbanidad.org/2017/11/27/informe-general-del-relevamiento-de-familias-con-actividades-de-cirujeo-en-la-ciudad-de-rio-cuarto/

- La computadora es eventual en los hogares y más bien son los chicos o jóvenes los que las usan. Por ejemplo, los equipos de *Conectar Igualdad* que recibieron en la escuela –en el escaso número de los que asisten[2]- o que alguien les regaló.

- De las redes sociales algunos participan de Facebook, sobre todo los más jóvenes.

- Los mayores dicen saber qué es Facebook pero aclaran que no tienen tiempo para eso.

- A medida que se desciende en los grupos de edad, por ejemplo de 50 años a menos, el celular es de adopción generalizada, aun cuando su uso resulte alterno en virtud de no disponer de "créditos" –como suelen decir- o accesos a la red.

- Del conjunto de las aplicaciones disponibles, su uso es muy acotado o restricto. Por ejemplo, es más común encontrar que se incorporen a WhatsApp y a Facebook o que accedan a ciertas aplicaciones de juegos que ya tienen los teléfonos.

"Navegar", en ese segmento de la población, es menos común de lo que puede ser para otros segmentos más acomodados de la

---

[2] En el Relevamiento de referencia se expresa que: El nivel de escolaridad declarado según el sexo indica que el 42 % de las mujeres finalizó la primaria, en tanto que en los hombres se reduce al 38 %. Si se considera el nivel secundario para aquellos que finalizaron la primaria, se observará que finalizó la secundaria solamente el 14 % de las mujeres que obtuvieron el primario, lo que en la población se reduce al 5,8 % del total femenino. En los hombres finalizó la secundaria el 13 % de los que finalizaron la primaria y en la población de su género representa solamente el 4,8 %. Si se consideran los intervalos de edades, puede apreciarse que hay mayor proporción de personas que concluyeron la primaria en los más jóvenes. Es decir, actualmente hay más jóvenes que finalizan la primaria que antes: 17, aunque los valores deben seguir preocupando. Entre los que tienen 14 y 17 años una cuarta parte no terminó la primaria y entre los que tienen de 18 a 25 años esa proporción es mayor (34 % de los casos). Algo similar ocurre si se considera el nivel secundario. - Se identificaron 154 personas que dicen no saber leer ni escribir. Ese número proyectado indica que casi uno de cada diez personas que es miembro de familias con actividades de cirujeo es analfabeto completo o funcional. Esa proporción quintuplica los valores que se registran a nivel general nacional. - En términos de hogares, en uno de cada tres hogares hay un miembro de al menos 14 años o más que no sabe leer. (Págs. 16 y 17).

pirámide social. Más bien es la sociabilidad y la necesidad –laboral, reproductiva de su fuerza de trabajo- la que explica la mayor parte de sus usos e interacciones posibles, incluso por fuera de los bordes de la rentabilidad que las industrias desearían que se generen con los consumos. Como ya claramente lo planteara Van Dick, los dispositivos son objetos dinámicos y son los usuarios y propietarios los que validan sus funcionalidades (Van Dick, 2016), incluso cuando estas no responden a los propios intereses de sus diseñadores y las corporaciones que los promueven y gestionan.

A modo de conclusión

La modernidad líquida no llegó para quedarse, al menos no para quienes transitan su experiencia de vida desde condiciones en las que sobrevivir requiere arraigarse en prácticas elementales que brindan cierto refugio ante los vaivenes de la economía y el mercado laboral.

Las familias con actividades de cirujeo mantienen desde hace décadas ciertos rasgos que las constituyen y parecen haber cristalizado: trabajo precario, hábitat mínimo, escolaridad baja y disposición a innovar sin incidencias significativas en sus rutinas. Más bien como mecanismos de consolidación, más que de transformación. El caso de la adopción de TICs parece indicar qué en ese top de modernización, igual lo que sucede es un poco más de lo mismo.

Pero entonces: ¿tan poco se ha transformado el mundo en los últimos 50 años? No, no, sería equívoco plantearlo de ese modo. El mundo ha tenido transformaciones sustanciales y grandes conglomerados humanos siguen lógicas impensadas tan solo a mediados del siglo XX, por ejemplo, a partir de la digitalización de las estructuras y dinámicas sociales, como tantos intelectuales lo han mostrado, sean tecnofóbicos (Gilbert, D. y Otros, 2003) o tecnofílicos (Negroponte, 1995). Pero no es a eso que nos referimos, sino a cómo las transformaciones pueden quedar entre paréntesis para ciertos sectores sociales que sencillamente no acceden a las nuevas condiciones de la vida fluida que describiera Bauman.

Aquellos que buscaron y encontraron en el cirujeo una actividad de tránsito, un modo disponible de resolver lo cotidiano en alimentación y abrigo, no han podido superar el andarivel. Las urgencias se acumularon, los períodos cortos de bonanza no alcanzaron para dar vuelta a la página. Y lo que era transitorio se volvió continuo, cementado. Los mecanismos de labor, acopio y venta quizás se perfeccionaron dentro de esa lógica de dependencia casi absoluta de los acopiadores que imponen precios y condiciones. Las políticas públicas tampoco parecen haber incidido sustancialmente en cambiar esas prácticas apoyadas en el trabajo familiar, el uso de animales de tiro y/o herramientas básicas de traslado, y rodeadas de riesgos para la salud y escasas oportunidades para que la educación brinde alternativas concretas a los más jóvenes.

Lo que cristalizó no sabe de adjetivos. Es lo que hay para sostenerse y reproducirse. No hay allí una modernidad líquida. Tan solo hay un despertar para repetir de manera más o menos idéntica, lo que sucedió ayer.

Referencias

Bauman, Z. *Modernidad líquida*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

Beck, U. Teoría de la sociedad del riesgo. In Giddens, A. et al. *Las consecuencias perversas de la modernidad.* Barcelona: Anthropos, 1996.

Burke, P. *Hibridismo Cultural*. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2004.

Cimadevilla, G. Las transformaciones del mapa occult-tural. In: Cimadevilla, G. *Comunicación, tecnología y desarrollo*. *Discusiones y Perspectivas desde el Sur*. UNRC: Rio Cuarto, 2002, s/p.

Cimadevilla, G. y Carniglia, E. *Relatos sobre la rurbanidad*. Rio Cuarto: UNIRIO, 2009.

Galpin, J. *The rural life*. Nova York: Wentworth Press, 1918.

Gilbert, D. et al. Technophobia, gender influences and consumer decision-making for technology-related products. En: *European Journal of Innovation Management,* v. 6, n. 4, p. 253-263, 2003. DOI:10.1108/14601060310500968

Kenbel, C.; Demarchi, P. y Galimberti, S. *Iconos de la rurbanidad*. Actores, prensa y tecnologías en las políticas de reordenamiento rurbano en tiempos modernos. Río Cuarto: UNIRÍO, 2020.

Khun, T. *La estructura de las revoluciones científicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984 [1962].

Lefevbre, H. Problemas de sociología rural. En: Souza Martins, J. de (Org.). *Introdução crítica à Sociologia Rural.* São Paulo: Hucitec, 1970.

Lefebvre, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1970 [2004].

Martín-Barbero, J. Las transformaciones del mapa cultural. En: *Revista Latina de Comunicación Social*, v. 3, n. 26, p. 1-4, 2000.

Negroponte, N. *El mundo digital*. Barcelona: Ediciones B.SA, 1995.

Van Dick, J. *La Cultura de la Conectividad, una historia crítica de las redes sociales.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.

Referencias On Line

Cimadevilla, G y Carniglia, E. *Informe del Relevamiento de Familias con Actividades de Cirujeo en la ciudad de Río Cuarto*. Río Cuarto: UNRC-Municipalidad de Río Cuarto, 2015. Disponible en: https://www.comunicacionyrurbanidad.org/2017/11/27/informe-general-del-relevamiento-de-familias-con-actividades-de-cirujeo-en-la-ciudad-de-rio-cuarto/

Comunicación y Rurbanidad. Sitio web. Disponível em: www.comunicacionyrurbanidad.org.

Tensiones rurbanas sobre los trabajos de las economías populares

Claudia Kenbel y Silvina Galimberti

Una reflexión de largo aliento

Ya desde el inicio de nuestra participación en un equipo de investigación sobre la convergencia comunicación y desarrollo, nos atrajo el trabajo con los actores "in situ", pasar tiempo en el campo para escuchar, observar, fotografiar, comprender. Acompañamos por casi dos décadas a familias que resuelven su existencia con el uso de carros tirados por caballos del interior argentino. Con ellas forjamos relaciones de confianza que nos permitieron estar cerca de su mundo sensible, de las expectativas y relatos que se cuentan al calor de los mates dulces o amargos, según la ocasión. Junto a los relatos vinieron los aprendizajes sobre la rurbanidad en tanto condición de vida. Compartir el modo en que para nosotras esta categoría nos reveló una forma de entendimiento de lo que sucedía en nuestro entorno más próximo y que, indagando, supimos había sido de utilidad para distintos pensadores a lo largo del siglo XX en su afán de comprender al "hombre de pueblo", a la gente de a pie, trabajadora y en situación de múltiples vulnerabilidades.

Casi dos décadas después de las investigaciones iniciales con que dimos comienzo al estudio de la rurbanidad en el Gran Río Cuarto (Córdoba, Argentina) y lejos de sentir que la categoría se agota, advertimos que se renueva a la luz de otras problemáticas sociales que admiten lecturas analíticas basadas en la interpenetración de contrarios, las miradas bidireccionales y las incómodas tensiones que son el corazón de nuestra posición a mitad de camino.

Desde aquellas visitas a los grupos familiares que con carros tirados por caballos resolvían su existencia trabajando con los residuos, sacando áridos del río Cuarto, haciendo trabajos temporales para llegar a fin de mes, pasamos al estudio de las economías populares cordobesas. Un 30% de la población económicamente activa que, en la segunda provincia de mayor importancia de Argentina, se inventa su propio trabajo, sin relación de dependencia, sin patrón, sin seguridad social, ni aportes jubilatorios, ni previsión alguna, salvo la de trabajar más de la mitad del día "a su tiempo". Ese universo heterogéneo y dinámico de las economías populares se dedica a trabajos de diversa índole: a los servicios ambientales y la recuperación de residuos con y sin carros y caballos, se le suman agricultores familiares, quienes prestan servicios personales, los que producen y venden alimentos en ferias y espacios públicos diversos, quienes tienen un emprendimiento en su casa, los que reparan electrodomésticos, quienes pasean mascotas o construyen casas y edificios en las ciudades. Esos trabajos y trabajadores pueden ser leídos desde la rurbanidad no solo como condición de vida, sino como clave de lectura atenta a las interpenetraciones y mixturas resultantes entre lo urbano y lo rural, lo formal e informal, lo individual y colectivo, la previsión e incertidumbre, a mitad de camino en una modalidad de conocimiento que pretende acercarse a la comprensión, antes que etiquetar para agrupar y distinguir.

Este trabajo tiene como objetivo mostrar el camino que recorrimos desde la rurbanidad como condición de vida a la rurbanidad como clave analítica, desde una perspectiva de comunicación y desarrollo social.

La rurbanidad como condición de vida

En trabajos anteriores (Kenbel; Demarchi; Galimberti, 2021) señalamos que nuestra preocupación de fondo se define en términos de la "legitimidad del orden social urbano moderno", por cierto, un tema clásico de las ciencias sociales. Brevemente la idea

implica el reconocimiento, por parte de los actores sociales, de un conjunto de máximas que se asumen como "obligatorias", "modelos de conducta" que guían las acciones y relaciones sociales -idea de un orden legítimo- (Weber, 2005, p. 25). Pero, además, en relación a la dominación, significa que esas máximas suponen la "probabilidad de encontrar obediencia" en los actores partícipes de un sistema social. Por tanto, la legitimidad del orden está relacionada al proceso a través del cual ciertos principios se tornan "válidos" para las acciones sociales "en un grado considerable", constituyéndose en una fuente de poder para quienes logren imponerlos. Nuestra premisa es que la legitimidad se disputa culturalmente a través de los sentidos que circulan, de quiénes son sus hacedores y de las trayectorias que siguen.

La estrategia que seguimos para abordar tal problema de conocimiento y de acción se construyó en torno a dos ejes: a) uno de tipo conceptual basado en la interpenetración de contrarios (Gurvitch, 1969) que abordamos en torno a lo urbano y rural como espacios culturales (Williams, 2001) y b) otro de tipo metodológico, con énfasis en el análisis de tipo relacional (Anderson, 1988). Bajo esta lógica hemos desarrollado proyectos de investigación y de intervención desde el sistema público de educación superior e investigación argentino en más de dos décadas de manera ininterrumpida (www.comunicacionyrurbanidad.org).

En nuestros primeros trabajos (Kenbel, 2006; González Martínez; Segretin, 2007; Galimberti, 2008; Cimadevilla; Carniglia, 2009) pusimos el foco en el lado menos conocido de la relación de contrarios, el que versa sobre la ruralización de lo urbano a través del reconocimiento de estrategias de sobrevivencia de grupos domésticos que con carros tirados por caballos, resolvían su cotidianeidad. Por entonces nos centramos en describir sus actividades de rebusque, los sistemas sociotécnicos empleados para la resolución cotidiana de sus trabajos y el rol de la prensa gráfica en el retrato de hechos noticiosos que tenían a estos actores como protagonistas. En un momento posterior, correspondiente con nuestros procesos de formación doctoral, repensamos estos

hallazgos en el marco de problemáticas más amplias vinculadas a la legitimidad del orden social urbano en lo que Cimadevilla (2007, p. 65) llamó un "momento de reconfiguración comprensiva" en relación a formas dicotómicas de comprender la realidad social.

> [...] si la concepción de los problemas u objetos de estudio bajo fórmulas dicotómicas, sincrónicas, unidimensionales y de funcionalidad acotada constituye a veces un rasgo de las disciplinas de la sociedad, la cultura y los seres humanos, la emergencia y evolución de los estudios sociales mostraría dicha característica como una condición significativa que tiende a disolverse cuando crece, en las últimas décadas, la reflexividad sobre los sujetos, objetos, instrumentos y contextos de la investigación sociocultural. (...) Así, la idea de rurbanidad y sus afines interpela a ciertas concepciones de lo rural y lo urbano que emergen como oficiales o al menos tan socialmente convalidadas que resultarían naturalizadas en sus usos (Carniglia, 2020, p. 10).

Abordar lo que sucede en nuestras sociedades latinoamericanas desde el problema de la construcción del orden social en clave de la interpenetración de contrarios ha resultado un ejercicio fértil en varios sentidos. La construcción teórica en esta clave busca trascender la simplificación binaria como matriz explicativa de la realidad y de la dinámica social a favor de una perspectiva que reconozca en la interpenetración de elementos aparentemente dispares, la propia esencia de esa dinámica (Burke 2003 Apud Kenbel; Galimberti; Demarchi, 2022, p. 41).

Así la rurbanidad entendida desde la interpenetración de contrarios como un emergente en la relación urbano-rural, fecunda para comprender la realidad de grupos sociales en situación de desigualdad en varios de nuestros países latinoamericanos se experimenta como condición de vida. Condición de vida que a decir de Cimadevilla (2009), interesa "por lo que implica, expresa y grita frente a los sistemas sociales hegemónicos y también por lo que supone, en cuanto negación de visibilidad, como oculto

creciente, dramático y silencioso" (p. 65). En otro trabajo plantea que la rurbanidad en tanto condición social emergente,

> no fue planificada, fue pura consecuencia. O, mejor dicho, fue una realidad contingente que se fue configurando en la medida que la impronta moderna seleccionó a su paso lo que cabría o no articularse bajo sus emblemas. Lo que no se incorporó en esa encomienda, se rezagó en los bordes y empuja como puede para ser parte (…) (Cimadevilla, 2020, p. 20).

Al nombrar y visibilizar esta condición de vida, dimos entidad académica y mediática a sus protagonistas, saberes, experiencias, sistemas sociotécnicos, configurando una línea de investigación que se abrió paulatinamente al entendimiento de múltiples problemas sociales que exceden a la comunicación, tales como el desarrollo, la planificación, la estructura social, el ambiente, las políticas públicas, y más recientemente, el mundo del trabajo.

Esa condición de vida rurbana no constituye un problema en sí, sino en relación a la legitimidad del orden social urbano moderno y a sus derivas concretas en la formación de sentidos comunes que circulan en conversaciones cotidianas, medios masivos de comunicación y redes digitales, o como argumentos de decisiones públicas con incidencia en distintas esferas sociales. El puente que construimos desde la condición de vida rurbana a la rurbanidad como clave de lectura hace hincapié en el reconocimiento y problematización de tensiones de sentido, eje de nuestro próximo apartado.

Las tensiones de sentido en la base de un análisis relacional en torno al orden social urbano moderno

Recapitulando entonces, decimos que la preocupación general es por la legitimidad del orden urbano moderno y sus implicancias prácticas. Asumimos a la conflictividad social como parte de la definición del orden social y lo abordamos desde las tensiones.

Entendidas éstas como desacuerdos y discordancias conceptuales, de grados y matices variados, provenientes de los cruces de lecturas dominantes y alternas respecto de la legitimidad del orden (Kenbel, 2013; Galimberti, 2015). Siempre que nos referimos a las tensiones ponemos el acento en un análisis de tipo relacional ya que nos interesan los cruces y sus resultantes -las discordancias, los conflictos- antes que una lectura desde la dominancia moderna.

En el estudio de las realidades sociales desde la rurbanidad, tres han sido las tensiones que identificamos como condensadoras de conflictos varios. A saber, a) las que giran en torno al uso del espacio, b) las que lo hacen alrededor de la tecnología como campo de disputa y las que discuten c) sentidos diversos acerca del trabajo y los trabajadores.

Alrededor de estas tensiones de sentidos en el marco general del problema del orden urbano moderno podemos comprender condiciones de vida, los fundamentos de políticas públicas dirigidas a las familias rurbanas, así como diversos conflictos que se suscitan en el espacio público local. Compartimos a continuación una síntesis de cada una de ellas.

a) Tensiones de sentidos en torno al eje problema socio espacial: Acordamos con Milton Santos (2000) en que el espacio es un "cuadro de vida" en el cual se imbrican relaciones de poder sustentadas en la posesión de distintos capitales, pero sobre todo en el despliegue de distintas estrategias basadas en racionalidades "paralelas, divergentes y/o convergentes al mismo tiempo" que hacen de la ciudad una "diversidad socioespacial" (Santos, 2000, p. 261). En ella coexisten, la mayoría de las veces en tensión y conflicto, las "áreas luminosas o inteligentes", sede de los vectores de la modernidad, y las "zonas opacas o necias" que escapan a la regulación racional hegemónica; esto es, todos los tipos de capital, los niveles técnicos, las formas de trabajo y de vida. Ejemplos concretos de problemáticas sociales leídas en esta clave son las tensiones en torno a las fronteras urbano-rurales en las que conviven por caso barrios privados junto a asentamientos precarios o relocalizaciones de poblaciones vulnerables. Un caso paradigmático que oportunamente

documentamos fue la experiencia de relocalización o traslado forzoso de varios carreros y sus familias desde las costas del río Cuarto hacia otro sector de la ciudad homónima. Toda relocalización urbana supone una experiencia de vida muy compleja, su comprensión involucró el estudio de los impactos y tensiones suscitadas en la cotidianeidad de las familias rurbanas protagonistas (Galimberti; González Martínez, 2013) y la producción y circulación de un material multimedia "Carreros relocalizados" (2015) con propósitos de comunicación pública de ciencia (Carniglia *et al*., 2016).

b) Tensiones de sentidos en torno al eje problema socio técnico: Las tecnologías son entendidas en tanto construcciones socioculturales e históricas que se configuran como un complejo entramado socio-técnico, cuyo abordaje requiere considerar las relaciones y tensiones que les dan sentido y que las sitúan en estructuras de significación más amplias y en estrategias de (re)producción del orden social (Galimberti, 2015). Desde esta perspectiva, la tecnología deja de ser un destino inexorable y deviene escenario de lucha. Importan, entonces, aquellas tensiones que pueden avizorarse en el cruce entre los impulsos de racionalización del proyecto urbano moderno - muchas veces materializados en términos de políticas públicas - y los artificios a partir de los cuales los actores y experiencias rurbanas enfrentan, desenmascaran y reinventan los avatares de una racionalidad urbana siempre excluyente. Las problemáticas de la producción y reapropiación de tecnologías vinculadas principalmente con el trabajo de procesamiento de materiales reciclables son las que mayoritariamente hemos acompañado y estudiado, constituyéndose en un antecedente fundante de este conjunto de tensiones. Sirvan de ejemplo los estudios realizados en torno de las controversias sociotécnicas suscitadas en el marco de una acción de política pública orientada a sustituir los carromatos tracción animal por motovehículos o "zoótropos" (Galimberti, 2015; Galimberti; Cimadevilla, 2016) y las acciones de fortalecimiento de la acción cooperativa de recuperadores rurbanos de residuos, a partir del

acompañamiento en la construcción y puesta en marcha de tecnologías productivas (Kenbel, 2019).

c) Tensiones de sentidos en torno a la dimensión sociolaboral: Finalmente, una tensión que paulatinamente ha tomado fuerza empírica es la vinculada al trabajo, entendido en su sentido amplio como la "forma de interacción entre hombres y entre éstos con objetos materiales y simbólicos" que implican "construcción e intercambio de significados" (Garza Toledo, 2009, p. 111). Esta actividad entraña una triple relación: del hombre con la naturaleza, de los hombres entre sí, del hombre con su producto, con su obra, según coordenadas tempo-espaciales en cada momento y en cada sociedad (Collado, 2008). Por caso, en el marco de las relaciones productivas capitalistas, el trabajo toma el sentido dominante de "empleo" y de modo más contemporáneo de "emprendimientos". No obstante, en las últimas tres décadas, las agendas públicas a nivel nacional y regional han comprendido que las problemáticas del mundo del trabajo contemporáneo ya no pueden abordarse, exclusivamente, a través de políticas orientadas a ensanchar el sistema de empleo y/o a incrementar las tasas de registración del empleo informalizado, sino que deben incluir herramientas destinadas a generar condiciones de desarrollo e inclusión social y productiva para el conjunto -cada vez más numeroso- de trabajadores/as que se desempeña por fuera del sistema salarial, en actividades por cuenta propia de baja calificación y capitalización, con frágil o nula vinculación a los sistemas de registración, seguridad y previsión social. Hacemos referencia a la pluralización de los "mundos de trabajo" posibles que no se resignan o restringen a las formas mencionadas, sino al entramado de solidaridades y vínculos comunitarios y sociales que se vuelven a tejer y desarrollar conforme a la resolución de la necesidad de subsistencia, en aquellos espacios sociales que aún no han sido dominados totalmente por la lógica de la mercancía. Estas formas alternativas se vislumbran en las estrategias y experiencias de resolución de la cotidianeidad que, desde distintos repertorios organizativos, tienen como horizonte la vida digna, más allá del mercado laboral

y del mínimo vital que establecen los programas sociales. Nos referimos a las heterogéneas experiencias laborales de las y los trabajadores no asalariados que hoy forman parte de las distintas ramas inscriptas dentro de la economía popular (Tomatis; Perissinotti; Serra, 2021). Esa pluralización de las formas laborales, a la vez que amplía la categoría de trabajadores, exige abordajes atentos a las articulaciones y mixturas de lógicas y racionalidades económicas otrora concebidas como opuestas e incompatibles. Por caso, el repertorio de experiencias sociolaborales de trabajadores vinculados a la recuperación, reciclado y servicios ambientales; el comercio popular; la agricultura familiar y los servicios sociocomunitarios, entre otros. Sobre esta tensión en torno a los sentidos del trabajo volveremos en profundidad en los próximos apartados de este capítulo.

Finalmente, destacamos en otro trabajo (Kenbel *et al*., 2023) que el análisis desde las tensiones se concibe como un ejercicio analítico y relacional orientado a desentrañar la naturaleza política de las disputas de sentido que atraviesan y conforman las configuraciones controversiales del orden urbano moderno. En este sentido, el esfuerzo se orienta a reconocer las estructuras de poder que sostienen y buscan imponer sentidos dominantes y a los procesos antagónicos que los afirman, niegan y/o se ajustan por diversas razones.

Los trabajos y los trabajadores de las economías populares

Desde la pandemia a esta parte enfocamos nuestros esfuerzos de conocimiento e intervención sobre las tensiones de sentido referidas a lo que se valora pública y socialmente como trabajo y a sus protagonistas. La participación en proyectos de investigación vinculados al tema y protagonizado por un equipo interdisciplinario de alcance regional, nos permitió entrar en contacto con bibliografía, discusiones y trabajo de campo junto a un sector de trabajadores en particular. Concretamente, nos referimos al sector de las economías populares, integrado por

quienes se ganan la vida en trabajos por cuenta propia, sin relaciones de dependencia, en condiciones de baja registración e informalidad, un sector social en sostenido crecimiento que en Argentina representa cerca del 30% de la población económicamente activa, y en la provincia de Córdoba el 25%, contabilizando 218 mil trabajadores (Quirós; Tomatis, 2022). Se trata de un sector

> conformado por los millones que han aprendido a ganarse la vida multiplicando ocupaciones, changas y pluri-actividades, emprendimientos y formas de cuentapropismo no registrado, cooperativas y modalidades diversas de trabajo asociativo, empleos de tiempo parcial sin registración (2022, p. 10).

Se identifican bajo heterogéneas formas de trabajo, con una característica común: el carácter no asalariado y la situación de desprotección en términos de derechos laborales. No es una realidad privativa de Argentina, sino uno de los efectos insoslayables de las nuevas formas de acumulación del capitalismo contemporáneo. Es el contraste de la proyección de una sociedad salarial de "pleno empleo" y una población económicamente activa fragmentada que se reproduce desde el "pleno trabajo", bajo diversas formas de precariedad y vulnerabilidad socio-laboral.

Las actividades que realizan estos trabajadores se caracterizan por estar subordinadas directa o indirectamente a la lógica del capital, y tienen como principal objetivo garantizar, desde el uso de la propia fuerza de trabajo y los recursos disponibles, la satisfacción de necesidades básicas (Tomatis; Perissinotti; Serra, 2021). Se trata de actividades que requieren su realización de manera ininterrumpida porque de ellas depende su reproducción; dando como resultado unidades productivas heterogéneas, desde tipos, tamaños, ramas, así como en su composición y forma de gestión/organización, es decir, "intra" unidad productiva. Enfocado procesualmente, un mismo trabajador/a de la economía popular puede articular, simultáneamente, actividades por cuenta

propia, empleos informales o changas, y actividades en unidades autogestivas de baja escala, de carácter familiar o asociativo; asimismo, puede combinar y/o alternar distintas ramas de actividad dentro de estas unidades, jerarquizándolas de acuerdo a rendimientos y posibilidades productivas oscilantes.

Entre los trabajadores de las economías populares se encuentran trabajadores de fábricas recuperadas, carreros y recicladores urbanos, costureros, vendedores ambulantes, feriantes, naranjitas, trabajadores/as de espacios socio-comunitarios (como merenderos, comedores, apoyos escolares), trabajadores campesinos y de agricultura familiar. En resumen, trabajadores y trabajadoras "sin salario, sin patrón y sin derechos".

Nuestra experiencia en torno a las familias que recuperan residuos como parte de sus estrategias de sobrevivencia y los aprendizajes en torno a la rurbanidad como condición de vida, nos permitieron establecer diálogos fecundos que aún nos encontramos desarrollando con el conjunto de los trabajadores de las economías populares en los términos retratados. Veamos en detalle a qué nos referimos.

La rurbanidad como clave de lectura se asienta en la interpenetración de contrarios y en un análisis de tipo relacional, lo cual permite reconocer lógicas bidireccionales - por ejemplo, lo urbano y lo rural y viceversa - y tensiones de sentidos en torno al espacio, a las tecnologías, al trabajo, como mencionamos. Una lectura renovada que busca colaborar en la ampliación del entendimiento sobre las particularidades que asumen las experiencias de sostenibilidad de la vida de las/os trabajadores que nos preocupan, abonando miradas capaces de reconocerlos e integrarlos socialmente, sin sojuzgarlos.

Nuestros estudios previos y aproximaciones recientes a los trabajos de las economías populares, nos permiten advertir que estas prácticas no pueden entenderse "en sí mismas", como una economía de pobres para pobres, sino como parte de una trama de relaciones y sentidos más amplia que involucra a otros sectores sociales y un orden social urbano moderno con dominancias y

alternancias de sentidos. Se trata de un conjunto amplio y heterogéneo de trabajadores que despliegan formas diversas de ganarse la vida abriendo un panorama de nuevos sentidos, prácticas y valoraciones "alternativas" que no necesariamente condicen con las lógicas, concepciones y principios urbanos modernos dominantes. El carácter "alterno", entonces, refiere a que sus protagonistas en el diario vivir reconocen parcialmente la validez del orden social dominante. Esto es, entienden de modo diferenciado dichas premisas, siendo sus cursos de actuación, patrones de relación y formas de significar, en consecuencia, también disímiles. Incapaces de una subordinación completa al orden urbano-moderno, lo reconocen y le sobreimprimen un conjunto de mediaciones socioculturales e históricas a partir de las cuales no sólo subsisten, sino también resisten los embates de los procesos de modernización urbana siempre excluyente. Se trata de modos de ganarse la vida que no pueden explicarse pura y exclusivamente desde la racionalidad urbano-moderna. Nuestros estudios previos (Kenbel, 2007, 2013; Galimberti, 2008, 2015) indican que en sus condiciones de vida es posible reconocer la operatoria de otras matrices culturales (Martín-Barbero, 1987) o racionalidades alternativas (Santos, 2000) dominadas pero activas. Matrices concebidas configuradas en y desde la intersección permanente de lo urbano y lo rural, lo moderno y lo tradicional, entre otros pares dicotómicos cuyos deslindes son problematizados, al calor del análisis situado de las realidades cotidianas de estos grupos vulnerabilizados.

En términos comunicacionales el reconocimiento de esos modos "alternativos" de ganarse la vida importa por lo que implica y expresa frente a lo que resulta hegemónico en el sistema cultural y también por lo que supone, en cuanto negación de visibilidad, como oculto creciente, dramático y silencioso (Cimadevilla, 2009). En ese sentido, a los fines de avanzar en el reconocimiento y comprensión de la complejidad que reviste el fenómeno enfocado, asumimos una perspectiva atenta a las estructuras y dinámicas del poder, pero también abierta a interpretar las rupturas y procesos

emergentes; preocupada por los procesos que crean sentidos hegemónicos, pero también por los que parecen contradecirlos, enfrentarlos o ajustarse por razones diversas. En definitiva, se trata de un enfoque atento a los variados modos en que a través de la historia y los presentes los actores en la configuración de ambientes, prácticas y manifestaciones participaron y participan en la puja por la creación y/o reproducción de sentidos que afirman o niegan el orden social resultante (Cimadevilla, 2009).

Tensiones resultantes cargadas de futuro

En la parte final de este escrito compartimos las primeras tensiones de sentidos vinculadas al trabajo y los trabajadores de las economías populares que resultan de comprender su realidad a través de la rurbanidad como clave analítica. Para su planteo nos basamos en los ejercicios previos en los que identificamos los factores de diferenciación, es decir, en torno a qué ejes problemas se identifican lecturas discordantes con sentidos dominantes y alternos en el marco de un orden social pretendidamente urbano moderno. Identificados los factores de diferenciación, damos un segundo paso que es traer a la comprensión de las economías populares, la experiencia con las familias rurbanas y desde allí, por aproximación, avanzar en el entendimiento de los trabajos y trabajadores sin relación de dependencia, por cuenta propia que reseñamos anteriormente. De este modo, las tensiones resultantes las problematizamos como sigue:

- Tensiones en torno al trabajo que se inventa en relación al empleo como horizonte extendido: Los recuperadores rurbanos de residuos con quienes tenemos una experiencia de vinculación de más de dos décadas, se ubican en lo que podría denominarse el "núcleo duro" de las economías populares, es decir, en aquella porción sobre la cual no hay dudas estadísticas, sociológicas, mediáticas o sociales de su pertenencia al grupo más vulnerable de la sociedad (Cimadevilla; Carniglia, 2005; Quirós; Tomatis, 2022). Eso sucede por las condiciones de vida que hemos reseñado en

trabajos anteriores y porque, en comparación con otros trabajos y trabajadores por cuenta propia, forman parte de la escala más baja. Estudios previos y su actualización en acompañamientos más recientes, nos permiten compreender la convivência posible entre tener un trabajo en relación de dependencia con algún grado de formalización – en el mejor de los casos - y continuar con el trabajo por cuenta propia. Esa convivencia, para nada exenta de tensiones, se comprende desde una lectura relacional. Por el lado de la relación de dependencia, la posibilidad de contar con un ingreso fijo, y lo que se logra con el trabajo por cuenta propia hace a la cotidianeidad. Por ejemplo, representa un ingreso extra, construir relaciones sociales que perduran, recibir donaciones que permiten resolver la cotidianeidad – ropa, calzado -. Así mismo, desde una clave analítica que tome en cuenta el contexto de actuación de los trabajadores, otro eje problema de tensiones se relaciona con los trabajos disponibles. Por ejemplo, en los casos de las economías populares cordobesas, las opciones para las mujeres se limitan al cuidado de personas mayores y niños o a limpiezas en casas particulares, no mucho más. En síntesis, si bien el empleo en relación de dependencia puede entenderse como un horizonte ideal al que se aspira en el marco de nuestras sociedades urbano modernas, las opciones disponibles, las transformaciones en el mercado del trabajo y los límites propios de un sistema en el que no hay lugar para todos, abona a la convivencia y a la opción de los trabajos por cuenta propia, aun cuando sean precarios.

- Tensiones en las temporalidades asociadas a los trabajos por cuenta propia y a los que son en relación de dependencia: En relación a lo que advertimos en nuestras indagaciones de familias dedicadas a la recuperación de residuos, en los trabajadores de las economías populares hay una valoración positiva en el hecho de "manejar sus propios tiempos" y compatibilizar sus labores con las tareas de reproducción de la vida (actividades familiares y comunitarias, de distensión, etc.) e incluso probar o combinar trabajos en el "mientras tanto". Unas temporalidades que difieren de las jornadas de seis u ocho horas que se ofrecen en trabajos

estandarizados. Si a ese margen de "soberanía sobre el uso del tiempo" le sumamos las relaciones de subordinación, humillación y enajenación que caracterizan a las relaciones salariales efectivamente disponibles para estos trabajadores, se comprende por qué las personas o familias continúan con sus trabajos por cuenta propia. Estas lógicas de vida no siempre forman parte de los modos extendidos de explicar y visibilizar los trabajos y a los trabajadores, afrontando así problemas de legitimidad social que se traduce en la valoración de los productos y servicios que ofrecen, en los lugares que ocupan los protagonistas en las cadenas de valor y en las políticas que a ellos se dirigen.

- Tensiones vinculadas a las ganancias monetarias y no monetarias que suscitan los trabajos por cuenta propia en el marco de las economías populares: La confianza es un bien que se construye progresivamente en las relaciones y representa un motivo de relevancia para mantenerla, a costa de pérdidas materiales/ monetarias. En la observación de los trabajos de familias recuperadoras de residuos, pudimos comprender acerca de la importancia que revisten ciertos esquemas de relación basado en la confianza para éstas, por ejemplo con los chatarreros o compradores de materiales. Vista desde afuera o desde una perspectiva económica clásica, esa vinculación puede ser tildada de injusta y/o desventajosa para los trabajadores, no obstante en los matices es posible advertir situaciones intermedias en las que se actualizan favores y ayudas múltiples (por ejemplo, préstamos de dinero, personas que salen como garantes ante urgencias de salud, etc.), salva vidas de lo cotidiano que tejen una confianza mutua y muy difícil de quebrantar, aun a costa de perder dinero. Esa confianza también es un bien preciado al momento de llevar adelante un trabajo por cuenta propia en los demás trabajos de las economías populares, por caso cuando hay que decidir con quienes resolver distintos requerimientos de los procesos productivos (a quién elegir para trabajar en una obra en construcción o al momento de cocinar alimentos para vender en una feria o confiar el cuidado de los niños, etc.). La confianza, bien inmaterial, explica

y da sentido a las relaciones de los sectores populares entre sí y con otros, muchas veces incluso a costa de perder en términos estrictamente mercantiles.

En síntesis, ninguna de estas afirmaciones, apenas ensayos de procesos de investigación en curso, hubieran sido posible sin el ejercicio previo que la rurbanidad nos reveló: leer la realidad de modo relacional y complejo. No podríamos comprender los trabajos de las economías populares en sí mismas, sino en vinculación con otros modos de ganarse la vida por parte de grupos diversos. Estas conclusiones parciales nos van dejando importantes enseñanzas para el campo profesional de la comunicación y el desarrollo, por ejemplo, en el modo de referenciar estos trabajos, la necesidad de inventar otros lenguajes y de poner en valor aquellos intangibles - como la confianza, el uso del propio tiempo - que vistos desde los ojos urbano-modernos quedarían totalmente deslegitimados. En ese camino nos encontramos, con los aprendizajes que la rurbanidad como condición de vida y clave analítica nos fue mostrando en más de dos décadas de investigación para la comprensión profunda de nuestras sociedades desiguales.

Referencias

Anderson, P. *Tras las huellas del materialismo histórico*. México: Siglo XXI, [1983] 1988.

Carniglia, E. Rurbanidad: de la innovadora intuición de C. Galpin a las diversas formas situadas. En Kenbel, C.; Demarchi, P.; Galimberti, S. *Iconos de la rurbanidad.* Río Cuarto: Editorial UNRC, 2020, p. 10-14.

Carniglia, E., Cimadevilla, G., Galimberti, S. y otros. Multimedia y visibilización de problemas sociales. Arduos senderos hacia la concientización. En Melgar, F. Chiecher, A., Paoloni, P. Y Szpiniak,

A. (Comp.) *Ciencia con aroma a café. Los científicos y la comunicación pública de su quehacer.* Río Cuarto: Editorial UNRC, 2016, p. 129-146.

Cimadevilla, G. De la dicotomía urbano-rural a la emergencia rurbana. Momentos y movimientos. *Esboços: Histórias Em Contextos Globais,* v. 12, n. 13, p. 51–71, 2005. Recuperado de https:// periodicos.ufsc.br/ index.php/esbocos/article/view/206

Cimadevilla, G. Contrapuntos con Lefebvre. Apuntes para una entrada comunicacional. En Cimadevilla, G. Y Carniglia, E. (Coord.) *Relatos sobre la rurbanidad*. Río Cuarto: Editorial UNRC, 2009, p. 11-20.

Cimadevilla, G. Rurbanidad: de la intuición del que observa al objeto de conocimiento. En Kenbel, C.; Demarchi, P.; Galimberti, S. *Iconos de la rurbanidad.* Río Cuarto: Editorial UNRC, 2020, p. 19-24.

Cimadevilla, G.; Carniglia, E. (Coord.) *Relatos sobre la rurbanidad.* Río Cuarto: Editorial UNRC, 2009.

Cimadevilla, G.; Carniglia, E. *Informe General del Relevamiento de familias con actividades de cirujeo*. Río Cuarto: UNRC, 2005, 30 p.

Collado, P. Trabajo. En Biagini, H. Y Roig, A. (Dir.). *Diccionario del pensamiento alternativo*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008. p. 528-530.

Galimberti, S.; González Martinez, L. Carreros y Relocalización. Continuidades y rupturas en la vida cotidiana de los carreros relocalizados. En VI Encuentro Panamericano de Comunicación, *Acta de Congreso,* Córdoba: UNC Editora, 2013.

Galimberti, S.; Cimadevilla, G. La máquina de ilusionar: rurbanidad, intervención sociotécnica y condiciones de vulnerabilidad. *Redes. Revista de estudios sociales de la ciencia y la tecnología,* Universidad Nacional de Quilmes, v. 22, n. 43, p. 93-123, 2016. Disponible en http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/ 1126.

Galimberti, S. *Más que carros y caballos. Rurbanidad, objetos y significados.* 2007. 132 p. Tesis (Lic. en Ciencias de la Comunicación)

- Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Río Cuarto, Río Cuarto, 2008.

Galimberti, S. *Tecnología, ilusiones y reinvenciones. Tensiones y ambivalencias entre la política pública y los actores rurbanos.* 2014. 450 p. Tesis (Doctorado en Comunicación Social) - Facultad de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de *Rosario, Rosario, 2015. Disponible en http://hdl.handle.net/2133/8827*

Garza Toledo, E. Hacia un concepto ampliado de trabajo. En Neffa, J.; Garza Toledo, E.; Muñiz Terra, L. (Comp.) *Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales Vol. I.* Buenos Aires: CAICYT-CLACSO. 2009, p. 111-140.

González Martinez, L.; Segretin, S. *Rurbanos.* Tesis (Lic. en Ciencias de la Comunicación) - Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Río Cuarto, Río Cuarto, 2007.

Gurtvich, G. *Dialéctica y Sociología.* Madrid: Alianza Editorial,1969.

Kenbel, C. Tecnologías como relaciones sociales: Una conceptualización posible. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.* v. 15, n. 4, Edição Especial, Taubaté, SP, Brasil, 2019. P. 83-93.

Kenbel C.; Galimberti, S.; Yáñez, P. y otros. Tensiones en torno al mundo del trabajo: producción y reproducción para el sostenimiento de la vida en el Gran Río Cuarto. En Asaad, C.; Carniglia, E.; Kenbel, C**.** *Comunicación y dinámicas socioterritoriales: actores, significados y medios en el sur de Córdoba.* Río Cuarto: UniRío Editora, 2023, p. 14-23.

Kenbel, C. *A mitad de camino entre lo urbano y lo rural. Actores y actividades de rebusque.* Tesis (Lic. en Ciencias de la Comunicación) - Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Río Cuarto, Río Cuarto, 2006.

Kenbel, C. *Circuitos culturales y tensiones de sentidos. La rurbanidad según las memorias sociales en la ciudad de Río Cuarto*. 2012. 333 p. Tesis

(Doctorado en Comunicación Social) - Facultad de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 2013. Disponible en http://hdl.handle.net/2133/ 8507

Kenbel, C.; Demarchi, P.; Galimberti, S. *Iconos de la rurbanidad.* Río Cuarto: UniRío editora, 2021

Kenbel, C.; Galimberti S.; Demarchi, P. Marcos de entendimiento en clave rurbana. Resultados de investigaciones situadas en el Gran Río Cuarto (Argentina) desde la comunicación y el desarrollo. En Perez Martinez, M., Nates-Cruz, B. y Acosta-Nates, P. (Coord.) *Estudios del rurbano en América Latina.* Bogotá: Edit. Pontifica Editorial Javeriana. 2022, p. 1-15.

Martín-Barbero, J. *De los medios a las mediaciones. Comunicación. Cultura y hegemonía.* Barcelona: Edit. Gustavo Gilli, 1987.

Quirós, J. Y Tomatis, K. Informe técnico Nº 1: *Caracterización cuali-cuantitativa*: rasgos y problemáticas de las/os trabajadoras/es de la Economía Popular de la Provincia de Córdoba en base a investigaciones previas y fuentes estadísticas disponibles. Córdoba: Ministerio de Promoción del Empleo y la Economía Familiar de la provincia de Córdoba, 2022, 99 p. Disponible en https://idacor.conicet.gov.ar/

Santos, M. *La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo. Razón y emoción.* España: Editorial Ariel S.A., 2000.

Tomatis, K., Perissinotti, M. V. y Serra, H. *Hacia una delimitación empírica de la economía popular.* Documento de trabajo ImpaCTar en la economía popular, Córdoba, 2021. 10 p.

Weber, M. (1922). *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva.* México: Fondo de Cultura Económica, [1922] 2005.

Williams, R. *El campo y la ciudad.* Buenos Aires: Ed. Paidós, [1973] 2001.

Políticas urbanas y apropiaciones rurbanas. Las mediaciones como clave de lectura

Silvina Galimberti y Paola Demarchi

Introducción

El presente trabajo tiene por objetivo analizar la operatoria de ciertas mediaciones que se ponen en juego en el marco de la apropiación de una política pública destinada a un sector social cuya particular condición de vida definimos como rurbana. La idea de "rurbanidad" postula la emergencia de formas renovadas de articulación entre lo rural y lo urbano. Nos interesan, particularmente, los procesos de ruralización de lo urbano. Esto es, un proceso en el cual se hacen visibles en el seno de la ciudad actores cuyas lógicas de acción comprenden objetos, saberes, valores y prácticas asociados a lo rural. Nos referimos, por ejemplo, a los carreros citadinos que despliegan un modo particular de ser y estar en la ciudad que no se ajusta necesariamente a los parámetros urbanos dominantes y da lugar a nuevos híbridos. O si queremos plantearlo de otro modo, que configuran una condición y experiencia de vida, ni urbana ni rural, sino rurbana.

El problema general que enfocamos se configura en torno a la discusión por la legitimidad del orden social urbano moderno en tanto conjunto de principios que guía, regula y reconoce como válidas acciones y relaciones sociales en un proceso que desconoce otras que resultan alternas. A decir de Kusch (1999), la cultura occidental se funda en opuestos tendientes a (re)producir un determinado ordenamiento que configurará siempre una realidad escindida, donde el opuesto, aspecto no deseado, será sistemáticamente invisibilizado. Se trata del cuestionamiento hacia un proceder intelectual que opera a través de dicotomías que se

presentan con fines explicativos de la realidad. Santagada (2000) ubica este punto de partida como la crítica a la razón dualista característica de los trayectos socioculturales. El autor destaca que, a partir de esta perspectiva, se cuestionan aquellos dualismos irreductibles de acuerdo con los cuales las diferencias entre los procesos culturales latinoamericanos y los de los países centrales quedaban comprendidos en los términos de un atraso respecto del progreso que propone la modernización (Santagada, 2000, p. 67). La modernidad latinoamericana se caracteriza por una "no contemporaneidad" constitutiva que implica entender a los procesos culturales como signados por una dinámica que impide su reducción al estatuto de meros reflejos de las grandes estructuras de la sociedad (Santagada, 2020, p. 76). Contrariamente, implica reconocer a la cultura como una actividad material (Williams, 1997).

Coherente con esta posición se encuentra el principio dialéctico de "interpenetración de contrarios" que está en la base de nuestros principales cuestionamientos en el equipo de investigación Comunicación y Rurbanidad[1]. Dicho principio permite enfocar ciertas dicotomías que se entretejen para dar lugar a otras categorizaciones. Concretamente, postular la interpenetración de contrarios en la dicotomía urbano-rural, supone afirmar que la predominancia de un polo sobre el otro no inhibe el proceso contrario. Por esa razón, reconocidos los procesos de penetración de lo urbano sobre lo rural, incluso como hegemónicos, también se requiere observar sus procesos opuestos. O lo que puede designarse como ruralización de lo urbano y su síntesis rurbana.

La rurbanidad a la que nos referimos, puede, entonces, postularse como una condición social emergente y resultante de una diversidad de procesos de interpenetración y coexistencia de contrarios. Como condición social significante, interesa por lo que

[1] Departamento de Ciencias de la Comunicación, Universidad Nacional de Río Cuarto (Argentina). Sitio Web https://comunicacionyrurbanidad.org/.

implica y expresa frente a lo que resulta hegemónico en el sistema cultural y también por lo que supone, en cuanto negación de visibilidad, como oculto creciente, dramático y silencioso (Cimadevilla, 2009).

Planteado el escenario, la discusión conceptual de algunas herramientas provenientes del enfoque sociocultural, en especial las que propone Martín-Barbero, se presenta como una instancia crucial para el reconocimiento de las mediaciones rurbanas que se actualizan en la apropiación de ciertas decisiones públicas con incidencias en la condición de vida de los actores. Entendemos que dicha iniciativa de estudio puede colaborar en ampliar el entendimiento sobre las particularidades del sector que nos preocupa, abonando una mirada renovada capaz de reconocerlo e integrarlo, sin negarlo.

Por eso, mirar la "rurbanidad" desde un enfoque de comunicación/cultura supone pensar que es desde los procesos de comunicación que el fenómeno se dota de sentido. Tanto en lo que implican las lecturas "dominantes" que se manifiestan en la política pública que se dirige al sector, como en las apropiaciones rurbanas que ponen de manifiesto una racionalidad alternativa y por su intermedio un conjunto de mediaciones características que, aunque no reconocidas, resultan constitutivas para su condición de vida.

Para el abordaje teórico que proponemos, retomamos una investigación[2] que hizo especial hincapié en el estudio de las controversias sociotécnicas suscitadas a raíz de la implementación de una política pública dirigida a reemplazar los carromatos

[2] Hacemos referencia a la tesis doctoral "Tecnología, ilusiones y reinvenciones. Tensiones y ambivalencias entre la política pública y los actores rurbanos". El estudio se enfocó en el período 2004-2014 y desarrolló una estrategia metodológica de tipo hermenéutica que involucró actividades de campo para un tratamiento cualitativo. Combinó variadas fuentes de datos, realización de entrevistas en profundidad, observaciones semiparticipantes, revisión de documentos y registro fotográfico. Disponible en: https://comunicacionyrurbanidad.org/category/ produccion- cientifica/tesis/

tracción animal por "zoótropos"[3]. Dichas controversias, postula la investigación, pueden comprenderse y explicarse en el marco de tensiones más generales que remiten a la coexistencia conflictiva de racionalidades relativamente disímiles en la ciudad: una racionalidad urbano-moderna dominante y una racionalidad rurbana alternativa. Racionalidades ambas que refieren, en última instancia, a distintas lecturas -dominantes y alternas- respecto de la legitimidad del orden social establecido. Como parte de las conclusiones, el estudio advierte que la política pública inscripta en una racionalidad urbano-moderna niega el carácter rurbano de los sujetos destinatarios. Esto es, desconoce las mediaciones rurbanas que resultan configurantes de esa condición de vida y busca, mediante una innovación tecnológica, reconvertirla a correspondencia. Ese desconocimiento contribuye al sostenimiento de ciertos sentidos negativos naturalizados sobre el sector rurbano, los cuales resultan adversos al anhelo de integración social que se erige como finalidad última de la política analizada. Por su parte y pese a las ausencias e incomprensiones que caracterizan la intervención, los carreros citadinos aceptan y adoptan el zoótropo: lo reinventan, lo rururbanizan. En su afán de integrar el novedoso sistema sociotécnico a su mundo vivido, despliegan prácticas de resignificación tecnológica que actualizan sus mediaciones cotidianas. La rurbanidad inicialmente negada, reaparece en esas prácticas reinventivas y plantea un importante desafío: urge construir lecturas renovadas y políticas que modifiquen su punto de partida. En este sentido, la investigación referenciada nos invita a complejizar nuestro abordaje teórico. La problematización desde las mediaciones posibilita un paso en ese sentido, pues nos permite cambiar el lente y ampliar el entendimiento, a la vez que abre la discusión sobre el modelo de ciudad que debe primar, sus derivas y consecuencias para la integración social.

[3] Especie de motocarga, concretamente refiere a la motocarga 150 de la empresa Motomel y el triciclo de carga SL500 Speed Limit que son los modelos que efectivamente se entregaron en el marco de la política mencionada.

A continuación, y antes del análisis del caso, compartimos algunos supuestos y categorías teóricas de una perspectiva atenta a las estructuras y dinámicas del poder, pero también abierta a interpretar las rupturas y procesos emergentes; preocupada por los procesos que crean sentidos hegemónicos, pero también por los que parecen contradecirlos, enfrentarlos o ajustarse por razones diversas. En definitiva, se trata de un enfoque atento a los variados modos en que a través de la historia y los presentes los actores en la configuración de ambientes, prácticas y manifestaciones participaron y participan en la puja por la creación y/o reproducción de sentidos que afirman o niegan el orden social resultante (Cimadevilla, 2009).

Parte I

Pensar lo popular desde la comunicación/cultura. La emergencia de las mediaciones como clave de lectura.

Es a partir de los años 80' que se comienza a reconocer que los desplazamientos, las hibridaciones y mestizajes de que estamos hechos los latinoamericanos hacen estallar ciertas formas dominantes de entender la sociedad y agrietan las pretendidas seguridades de alguna que otra lente teórica. En esta línea, autores referentes como Martín- Barbero (1987, 2002, 2004), Armand Mattelart (1993, 1995, 1997) y Héctor Schmucler (1997) sugieren que los problemas de comunicación ya no se delimitan desde la teoría, sino desde las prácticas sociales de comunicación, ésas que en América Latina desbordan lo que pasa en y por los medios masivos y se articulan a espacios y procesos a través de los cuales las clases populares ejercen una actividad de resistencia y réplica.

En su obra *De los medios a las mediaciones* (1987), Jesús Martín-Barbero proponía des-ubicar al objeto de la comunicación. Desde su óptica, los esfuerzos de conocimiento y de debate debían trasladarse de la centralidad en los medios a las mediaciones. Esto es, de los comúnmente denominados medios de comunicación de

masas a las articulaciones entre las prácticas de comunicación y los movimientos sociales, a las diferentes temporalidades y a la pluralidad de matrices culturales. A la "comunicación en proceso" (Martín-Barbero, 1987, p. 278). Des-ubicarse ante el objeto era, entonces, cambiar las preguntas, reconfigurar el objeto, mudar el paradigma. Salir de la visión "la comunicación como proceso de dominación", para entrar a la "dominación como proceso de comunicación" (Martín-Barbero, 2004, p. 19). En ese marco el eje de discusión era necesariamente político. En el dominio de unos sobre otros se configuraba el orden vigente y en los sentidos de afirmación y negación los modos en que la cultura y la comunicación dialogaban para hacerlo posible.

Si el dominio implicaba un proceso comunicacional, desvendarlo suponía no sólo denunciarlo -como fue característico en los años 70- sino buscar en su interior para desentrañar cómo unos y otros eran partícipes. ¿Qué resultaba visible y qué permanecía oculto? ¿Qué se manifestaba orgánico y qué permanecía en los bordes o sumaba su complicidad? A decir del propio autor, ¿cómo se constituía la "red de mediaciones y de la lucha por la construcción del sentido de la convivencia social?" (Martín-Barbero, 1987, p. 282) en una sociedad de puro mercado, consumo y mediación tecnológica.

Pensar a la comunicación desde la cultura, sostiene Jesús Martín-Barbero, significa "enfrentarnos a la existencia de esa otra experiencia cultural que es la popular, en su existencia múltiple y activa no sólo en su memoria del pasado, sino en su conflictividad y creatividad actual" (1987, p. 226).

Los aportes de Gramsci subyacen a su preocupación por lo popular, siempre entendido en una posición relacional y no como una sustancia. Es decir que, frente a toda tendencia culturalista, el valor de lo popular no reside en su autenticidad o su belleza, sino en su representatividad sociocultural, en su capacidad de materializar y de expresar el modo de vivir y pensar de las clases subalternas, las maneras cómo sobreviven y los artificios a través de los cuales filtran, reorganizan lo que viene de la cultura

hegemónica, y lo integran y funden con lo que viene de su memoria histórica. Por lo tanto, el valor de lo popular no reside en su autenticidad, sino en su significación y vigencia social (Martín-Barbero, 1987).

Desde esta línea de trabajo se reconoce que lo popular no es homogéneo y se sostiene que es necesario estudiarlo en el ambiguo y conflictivo proceso en que se produce y emerge hoy. Por un lado, está lo "popular como memoria" de otra economía, tanto política como simbólica, memoria de otra matriz cultural amordazada, negada. La que emerge en las prácticas que tienen lugar en las plazas de mercados campesinos y aún urbanos de Latinoamérica, en los cementerios, en las fiestas del barrio, etc. En todas estas prácticas se pueden rastrear ciertas señas de identidad a través de las cuales se expresa, se hace visible un discurso de resistencia y de réplica al discurso burgués. Por otro lado, está lo "popular-masivo" esto es, lo masivo como negación y mediación histórica de lo popular. Negación de lo popular en tanto es una cultura producida para las masas, para su masificación y control, esto es una cultura que tiende a negar las diferencias verdaderas, las conflictivas, reabsorbiendo y homogenizando las identidades culturales de todo tipo. Pero lo masivo es también mediación histórica de lo popular porque no sólo los contenidos y las expresiones populares, sino también las expectativas y los sistemas de valoración, el "gusto" popular, están siendo moldeados por lo masivo. Allí también las masas invierten deseos y extraen placer (Martín-Barbero, 2004).

Entender lo popular desde una posición relacional, reconociendo el espacio conflictivo desde el que se constituye, y asumiendo que no se trata de una entidad homogénea, nos aleja del sentido de marginalidad siempre asociado a la idea de cultura de la pobreza. La alteridad cultural que postula Martín-Barbero (2004) no resulta de una dinámica que termina refiriendo el problema a unos orígenes anteriores y exteriores al conflicto, sino de unas relaciones de dominio a través de las cuales se genera la hegemonía.

Problematizadas las connotaciones esencialistas que asocian lo popular a lo homogéneo, puro y resistente; o bajo el predominio de una mirada negativa, a un mero subproducto de la manipulación y/o versión degradada y funcional a las culturas de elites, Martín-Barbero postula "pensar las identidades ya no desde las dualidades, sino desde la especificidad propia de América Latina: el ser espacio denso de interrelaciones, de intercambios y reapropiaciones, el movimiento del mestizaje" (2004, p. 137).

Frente a una modernidad y a una lógica capitalista que parece agotar, acaparar todos los sentidos, emergen esas prácticas de comunicación populares manifiestas en las solapas, en los bordes de las ciudades. Prácticas que, basadas en la "táctica" o arte del débil según enunciara Michel De Certeau (2000), fluyen como consecuencia de otras razones, no las que impone el dominio tendencial, sino las que crea el devenir tangencial. Prácticas que, a decir de Cimadevilla (2009), emergen y salen por la tangente, se valen de un subterfugio para salir y/o sostenerse con sus propias habilidades de sus circunstancias. Prácticas que nos hablan de ese "resto" no digerible y asimilable que desde la alteridad cultural se resiste a la homogenización generalizada. Un resto que en términos de De Certeau "está hecho de saberes inservibles a la instrumentalidad tecnológica y una memoria de la experiencia que se resiste al discurso y se deja decir sólo en el relato" (De Certeau apud Martín-Barbero, 1987, p. 94). A decir de Martín-Barbero ese "resto" nada tiene que ver con la memoria nostálgica o con lo extraño y misterioso. Más bien se trata de la presencia actuante de las culturas populares, de una memoria del orden de las matrices culturales. Y decir matriz no es evocar lo "arcaico", sino hacer explícito lo que carga el hoy, lo "residual", tal cual lo plantea Raymond Williams (1997).

Del reflejo a las mediaciones

El concepto *mediaciones*, señala Orozco Gómez (2002), existía antes del trabajo de Jesús Martín- Barbero. No obstante, lo

distintivo de su propuesta es descentrar la mediación de los medios para ubicarla, prioritaria, aunque no únicamente, en la cultura. En su texto clásico *De los medios a las mediaciones* dice que la mediación es el lugar desde donde se produce el sentido. No obstante, a pesar de que es un concepto central de su obra, el autor no ahonda en una delimitación terminante del concepto.

> ¿En dónde está y qué es la mediación?, ¿está en el medio, en el actor, en las instituciones sociales?, ¿cómo pueden ser "mediación" los referentes identitarios de un sujeto o una colectividad y el formato, género, lenguajes y materialidad de los medios? La "mediación" es esto y otras cosas a condición de construirla de manera conceptual en sus diferentes articulaciones en un discurso que las explicite y se comprometa (analíticamente hablando) con su decir (Reguillo apud Santagada, 2000, p. 92).

La *mediación* no es una categoría ambigua, sino una propuesta de investigación situada en la tradición de estudios etnográficos (Santagada, 2000). Estudiar las mediaciones implica especificar y comprender el funcionamiento de la hegemonía, sobre la base de una mejor aprehensión de las prácticas de los sectores subalternos, "determinadas no sólo a partir de las estructuras de dominación, sino por *otras instancias* de la socialidad poco exploradas, y a las que las mediaciones les están prestando el nombre". Se trata de una perspectiva que prioriza la búsqueda de estructuras no estrictamente derivadas de la dominación de los sectores hegemónicos. Enfoque que intenta el reconocimiento de matrices de percepción y sentimiento construidas a partir de la complicidad y de la dominación efectiva de clase, pero con consecuencias no lineales (Santagada, 2000, p. 96).

Desde este lugar, señalamos, junto a Raymond Williams (1997), que la mediación se halla en el propio objeto. El concepto *mediaciones*, señala Orozco Gómez (2002), existía antes del trabajo de Jesús Martín- Barbero. Aunque reconocemos que es dificultoso sostener la metáfora de la "mediación" sin algún sentido de áreas u órdenes de la realidad separados o preexistentes entre los cuales

tiene lugar el proceso mediador, cuando el proceso de mediación es considerado productor de significados se necesitan otras lecturas (Williams, 1997). El peligro está en "transformar a las mediaciones en una categoría analítica, como si fueran, por ejemplo, un filtro entre las percepciones de los individuos y los estímulos exteriores" (Santagada, p. 95).

Por su misma dinámica interactiva, reconocemos la dificultad de delimitar y mapear todas las mediaciones de un acto comunicativo. Cuando logramos reconocer algunas de ellas, sabemos que sólo logramos separarlas con fines analíticos, pues en la práctica son mutuamente constitutivas. Por otra parte, difícilmente sus elementos se presenten de forma aislada (Araújo, 2002). En este punto retomamos el planteo de Inesita Araújo quien agrega que "las mediaciones son producidas por un proceso multidimensional y multidireccional, entre otras razones, por el hecho de que las personas ocupan diferentes posiciones sociales, siendo por lo tanto agentes de múltiples mediaciones" (2002, p. 57-58). En este marco, reconocemos a las mediaciones, tal como refiere Martín-Barbero, como un "punto de articulación entre los procesos económicos y los simbólicos, lo macro y lo microsocial, lo popular y lo masivo, la producción y el consumo. Se trata de un proceso estructurante complejo, no reducible a la suma de sus componentes" (Orozco apud Alonso Alonso, 2010, p. 6).

De esta forma, la noción nos pone frente a un enorme desafío que, por otra parte, se constituye en una de sus principales dificultades: lo que identificamos como mediación resulta de un trabajo interpretativo que requiere asumir una perspectiva teórica y analítica relacional que, como sostuvimos, aborde los procesos de dominación como un espacio conflictivo a través del que se genera la hegemonía.

Parte II

¿Mediaciones rurbanas? La racionalidad rurbana alternativa como matriz productora de sentido

Retomando el planteo de Martín-Barbero, nos situamos en un modelo de análisis que coloca a la cultura como mediación, social y teórica. Dicho enfoque habilita aplicaciones diversas. Podemos, por un lado, detenernos en los usos que lo masivo hace de lo popular, así como, por otro lado, en los usos que lo popular hace de lo masivo. Específicamente, nuestra preocupación se vincula al reconocimiento de ciertas mediaciones en la apropiación de una particular política pública que tiene incidencias en la cotidianidad del sector rurbano. Sostenemos que, en algunas acciones públicas allí orientadas, como la que analizaremos a continuación, se desconocen o niegan dichas mediaciones. No obstante, son éstas las que permiten dar cuenta de la densidad significativa que suponen los procesos de apropiación.

En este marco, el cruce de los conceptos *mediaciones* (Martín-Barbero, 1987) y *racionalidad rurbana alternativa* (Galimberti, 2015), consideramos, ofrece un valioso aporte para el enfoque relacional que proponemos.

La categoría *racionalidad rurbana alternativa* se refiere a una racionalidad en intersección permanente con la racionalidad instrumental formal dominante[4]. Su tendencia, sin embargo, es integradora, flexible, abierta y adaptativa; su configuración intrínsecamente híbrida. El razonamiento que sustenta su reconocimiento y reconstrucción parte de entender que el concepto de racionalidad refiere al modo en que los hombres entran en relación con el mundo objetivo, con el mundo social y con el de su propia subjetividad (Habermas, 1987). Se configura como una

[4] Lo dominante referenciado, en este caso, surge del carácter hegemónico que las premisas de dicha racionalidad tienen en la configuración del orden social moderno.

matriz de entendimiento y actuación; un sistema envolvente dentro del cual la gente piensa y actúa (Aronson, 2005); una forma particular de comprender, pero al mismo tiempo de estructurar el mundo a partir de la (re)producción de una particular trama cultural (Weber, 1996).

En el caso del proyecto moderno esa trama cultural se sustenta en el universo narrativo que propuso la razón, que sitúa al sujeto con consciencia plena de los cursos históricos y que concibe al progreso tecnocientífico como la instancia liberadora de la humanidad. Y avanza a partir de un amplio y continuo proceso de racionalización que atraviesa todos los planos de la vida (cultural, social, económica, subjetiva e incluso espacial) y la sociedad (Habermas, 1987; Santos, 2000). Por su intermedio se instituye un tipo de *racionalidad instrumental formal* dominante (Weber, 1996, Serrano Gómez, 1994; Kalberg, 2005, 2008) que se expande e instrumentaliza hasta convertirse en racionalidad social, es decir en una norma o modelo de comportamiento habitual para los sujetos individuales y colectivos (Ortiz, 1997). En ese marco, la *tecnología* funciona como correlato material del proyecto moderno en tanto que cristalización y expresión paradigmática de la racionalidad dominante y opera como uno de los principales *dispositivos técnico-ideológicos* (Feenberg, 2012) orientados a la expansión y mantenimiento del orden urbano-moderno vigente.

La realización del proyecto moderno, importa destacar, es siempre social e históricamente situada (Ortiz, 1997). Como ya anticipamos, en las ciudades latinoamericanas, la racionalidad moderna no se realiza de manera total ni homogénea; permanecen zonas donde su presencia es menor y aún inexistente, y donde caben otras formas de expresión que tienen sus propias lógicas. "Constituyen en verdad y sustancialmente, otras formas de racionalidad, racionalidades paralelas, divergentes y convergentes al mismo tiempo" (Santos, 2000, p. 260) y se definen por su incapacidad de subordinación completa a la racionalidad dominante. Gestadas al calor de la precariedad de existencia de una parte importante de la población, estas "formas alternativas de

racionalidad" emergen como resultado de una adaptación creadora a la realidad y devienen indispensables para la supervivencia diaria. En términos de Santos (2000), el consumo imaginado, pero no atendido de los sectores populares termina produciendo una incomodidad creadora que los lleva a desplegar prácticas de apropiación y resignificación de las psicoesferas y tecnoesferas citadinas, encontrando nuevos usos y finalidades para objetos y técnicas, nuevas articulaciones prácticas y nuevas normas de vida social y afectiva.

La condición de vida rurbana resulta acaso un ejemplo paradigmático de los procesos de modernización típicamente latinoamericanos. Un modo y un estilo de vida popular que da cuenta de la existencia y operatoria de una racionalidad alternativa, gestada en y desde un permanente movimiento de entrecruzamiento, intercambio e hibridación entre lo tradicional y lo moderno, lo urbano y lo rural. Las controversias sociotécnicas, por su parte, expresan de manera significativa las tensiones que se suceden entre racionalidades disímiles, dominantes y alternativas. Su carácter controversial y conflictivo se erige básicamente en torno a la no contemporaneidad entre las tecnologías modernas y los espacios socioculturales e históricos desde los cuales son utilizadas y significadas (Martín-Barbero, 2004). Y expresa los más poderosos impulsos de racionalización y homogeneización del proyecto moderno, a la vez que manifiesta los artificios a partir de los cuales los sectores populares desenmascaran, resisten y enfrentan los embates de la racionalidad urbana excluyente.

Ambas racionalidades -dominante y alternativa- implican lógicas y principios rectores de valoración, acción y legitimación relativamente disímiles. En ese marco, nos centramos especialmente en la *racionalidad rurbana alternativa* (Galimberti, 2015), pues entendemos que da cuenta de un conjunto de mediaciones cotidianas que, aunque negadas por la política pública, indefectiblemente se actualizan en las apropiaciones y resignificaciones tecnológicas desplegadas por los carreros citadinos.

Frente a la racionalidad formal que moldea el orden urbano y las políticas públicas correspondientes, se erige la *racionalidad rurbana alternativa*. Que sea una racionalidad alternativa significa que reconoce parcialmente la validez de los principios y lógicas de la razón moderna dominante. Esto es, resulta de entender de modo diferenciado dichas premisas, siendo sus cursos de actuación, en consecuencia, también disímiles. Se caracteriza por su incapacidad de subordinación completa a la racionalidad dominante. Se presenta, entonces, como una racionalidad otra, no como expresión autónoma, sino configurada en y desde la intersección permanente con aquélla.

La configuración de la racionalidad rurbana es intrínsecamente híbrida, la interpenetración de elementos aparentemente dispares es su condición inherente y resultante. La adaptación orientada a la resolución de la supervivencia grupal es su categoría clave estructurante; todos los demás propósitos se ordenan a su respecto. El mundo vivido, la cotidianeidad -multidimensional y dinámica- fija su espacio de actuación y alcance. La experiencia es la praxis que la concreta; la unión entre razón y emoción, cuerpo y corazón su sensorium.

Sus principios rectores incluyen, pero van más allá de las premisas formales orientadas a la búsqueda de la eficacia, la capacidad técnica y el grado de calculabilidad con fines estrictamente productivos. No son "ni esto ni aquello", son el deslinde en suspenso, la dislocación y la desmesura. Lo que en la racionalidad formal era unívoco y absoluto deviene ahora múltiple y complejo, simultáneo y ambivalente, necesario y contingente. Su carácter incluyente y excedente es congruente con el fin último que los guía: la resolución de la subsistencia cotidiana que -yuxtapuesta al orden y el control- da sentido y dirección a las concepciones y actuaciones consecuentes. Y dado que las prácticas con que se afronta la subsistencia diaria desbordan la estructura productiva, los cursos de acción alternativos incluyen también emociones y sentimientos, valores y tradiciones, sociabilidad, estéticas y sensibilidades, memorias, placeres, ocio, imaginación e inventiva,

entre otros tantos elementos que -ignorados y negados por la razón- reaparecen y se superponen a las premisas modernas dominantes, se mezclan y reinventan. Las simbiosis resultantes son algunas de las figuras híbridas, siempre impuras, dinámicas y renovadas, que operan y guían las matrices de pensamientos y acción alternativas.

Bajo la égida de la racionalidad alternativa las interpretaciones y actuaciones fluyen, entonces, como consecuencia de otras razones, ya no sólo las que impone el dominio racional, sino las que crea el devenir contingente y las coyunturas del diario vivir. Los cursos de acción consecuentes pueden no ser necesariamente con arreglo a fines, puede que primen ciertos valores, afectos o tradiciones. La contingencia y ambivalencia del devenir rurbano cotidiano, regularmente indeterminado, establecerán la mezcla final, más polisémica que unívoca y no exenta de contradicciones.

Sujeta al devenir de la vida y la resolución de la subsistencia, la racionalidad rurbana despliega un "des-orden" a la vez necesario y contingente, unívoco y ambivalente. La alternativa resultante -sustrato de otro orden posible- da cuenta de una matriz otra, dominada pero activa; confirma los límites de la racionalidad moderna, desafía y desmiente el buen orden de su rejilla, transgrede las clasificaciones que en vano intentan ordenar la complejidad de la vida.

Pensamos que el concepto de racionalidad rurbana alternativa es cercano al desafío que nos presenta la noción de mediación, tanto en lo que implica su carácter interactivo de conformación como en lo que supone en los procesos de comunicación. Como se sostuvo anteriormente, es imposible rastrear todas las mediaciones de un acto comunicativo. Ellas componen una red remisiva de sentidos, no solo contextuales, sino también intertextuales, que movilizan una enorme diversidad de campos, instancias y factores (Araújo, 2002, p. 58).

Vista desde el enfoque de las mediaciones, el reconocimiento y análisis de la racionalidad rurbana alternativa remite a circunstancias en las que se desenvuelven los procesos culturales

rurbanos caracterizados por la interpenetración, la mezcla y el mestizaje. Prioriza una perspectiva atenta a la reconstrucción de estructuras no estrictamente derivadas de la dominación, sino también resultantes de negociaciones y complicidades efectivas. Se preocupa, especialmente, por las tensiones de sentido, y pone el acento en un tipo de análisis relacional y multidimensional enfocado en los cruces y sus resultantes -las luchas, conflictos, disputas-; las yuxtaposiciones, mezclas e hibridaciones, antes que los deslindes y dicotomías clásicas. En ese marco analítico, la racionalidad rurbana alternativa, se nos presenta como "un punto de articulación" de múltiples procesos y prácticas, de una densidad y complejidad significativas que no son directamente observables ni reducible a la mera suma de sus componentes. En tanto que construcción intelectual contextualizada, situada etnográficamente en la vida cotidiana, emerge como un "lugar social de producción y enunciación" (Gimenez, 1985 apud Santagada, 2000, p. 81) que asume la forma de una "estructura o matriz sociocultural" productora de sentido que no se define ni agota en oposición a la racionalidad urbano-moderna, sino que se erige y sostiene en las intersecciones con aquélla y nos informa, en última instancia, sobre la presencia actuante de una diversidad de procesos de interpenetración de contrarios y un esquema de relación hecho de resistencias, complicidades y múltiples combinaciones.

Teniendo presente estas nociones, algunos interrogantes orientativos de nuestra propuesta son: ¿Qué significa, en nuestro razonamiento, entender a la racionalidad rurbana alternativa como matriz productora de sentido? ¿Cómo vemos a las mediaciones en la apropiación de la tecnología propuesta por una política pública particular? ¿Cómo se manifiestan en las relaciones sociales identificadas? ¿Qué queremos mostrar/visibilizar de estas mediaciones? A continuación, ofrecemos una caracterización del caso de referencia para nuestro análisis y compartimos una interpretación teórica a partir de las herramientas conceptuales trabajadas en los apartados precedentes.

Parte III

Nuestro caso: una política urbana para actores rurbanos

La presencia de actores que emplean carromatos de tracción animal para realizar sus labores diarias en ciudades como Río Cuarto, entre tantas otras de la Argentina e incluso de Latinoamérica, se constituye en un problema para el orden urbano moderno. Situados en el epicentro citadino, los carreros urbanos incomodan a la opinión pública y a las políticas públicas que de manera recurrente se preocupan y ocupan de ellos. Siempre que la rurbanidad es interpelada, su sistema sociotécnico deviene central en la definición de la problemática que la circunscribe y en las consiguientes modalidades de intervención.

Situado en el centro de la ciudad, el carromato tracción animal exaspera sobremanera al orden urbano. Ilegal, generador de desorden y caos, peligroso y amenazante, viejo, sucio y feo, además de desubicado y atemporal, se configura como la antítesis del proyecto urbano moderno que se busca realizar. Transgrede sus códigos normativos, corrompe sus parámetros estético-higiénicos y no se ajusta a las prescripciones de progreso.

La investigación que retomamos, como ya señalamos, se centra en las implicancias de una política pública cuya propuesta de trasvase tecnológico, orientada a sustituir los carromatos por zoótropos, fue su eje clave estructurante. El novedoso móvil urbano se configura como "la" opción sociotécnica correspondiente, verdadera, legítima y deseable; un dispositivo urbano para la integración rurbana. El cuadro de problemas y la propuesta de intervención, importa señalar, se definen desde las voces oficiales con escasa consideración hacia los actores rurbanos, salvo en cuestiones menores relativas a una mejor instrumentalización del proyecto. "Es injusto. Nos preguntan a nosotros y al final ellos hacen y deshacen a su gusto", sostiene Estela - carrera y

adjudicataria de un zoótropo - en referencia al accionar institucional[5].

Ante la inminente aplicación de las ordenanzas y decretos que prohíben la circulación del "tradicional" carromato tracción animal y la amenaza latente de las multas y/o decomisos, los actores rurbanos – preocupados por la sostenibilidad de su diario vivir – aceptan y resignifican el zoótropo. Vivido en general como algo a la vez impuesto y necesario, las experiencias y relatos rurbanos no se condicen totalmente con las declaraciones oficiales que postulan una adopción acrítica del nuevo móvil urbano.

En términos generales, los actores rurbanos realizan una *valoración ambivalente* de la nueva tecnología. Aceptan el zoótropo, reconocen y desbordan sus prescripciones y fines adjuntos; lo reinventan, lo *rururbanizan*. Esto es, integran el zoótropo a su cotidianeidad y lo reinventan en función de sus estrategias generales de sostenibilidad de la vida. Las prácticas de *apropiación rurbanas* incluyen el despliegue de soluciones sociotécnicas híbridas acordes a los requerimientos de sus labores; sus gustos y estéticas particulares; los saberes y experticias consuetudinarias; los patrones de usos múltiples representativos de la pluriactividad característica de sus estrategias laborales; sus formas de sociabilidad típicas (familiares y comunitarias), entre otras expresiones de una memoria y una matriz sociocultural otra que resulta constitutiva de la racionalidad rurbana alternativa.

Intrínsecamente híbridas, las apropiaciones desplegadas se asientan y configuran en y desde las tensiones y contradicciones que se establecen entre la condición de vida rurbana y el orden urbano que en vano busca suprimirla. Incapaz de subordinación completa a los preceptos urbano-modernos que moldean las intervenciones de política pública, la rurbanidad negada reaparece en las prácticas de apropiación y resignificación tecnológica. Frente a esa emergencia, la política pública desencadena nuevas

[5] Este testimonio y los que siguen responden a nombres ficticios para resguardar la identidad de las personas entrevistadas.

intervenciones institucionales tendientes a restablecer y resguardar la legitimidad del código sociotécnico dominante. La secuencia se reanuda perpetuamente: la urbanización de la rurbanidad como tendencia dominante de la política pública; la rururbanización de lo urbano como condición inherente a su realización, siempre parcial y ambivalente.

En los próximos apartados, recuperando el enfoque teórico propuesto y el caso objeto de análisis, compartimos un cuadro general a partir del que, consideramos, es posible identificar la racionalidad rurbana alternativa como matriz productora de sentidos y lugar de enunciación, y a las mediaciones como un punto de articulación de diversas dimensiones socioculturales que constituyen los actos de apropiación rurbana.

La rurbanización del zoótropo. Valoración ambivalente, apropiaciones y mediaciones rurbanas

Como anticipamos, la valoración ambivalente del zoótropo se construye considerando su incidencia en la estrategia general de subsistencia. La nueva tecnología recontextualizada es el principal parámetro de referencia. En ese marco, lo positivo se aprovecha y/o potencia; lo negativo, pese al desencanto, da lugar a la reinvención y por su intermedio se actualizan las mediaciones rurbanas negadas.

Los aspectos negativos, oportunamente señalados por los entrevistados, son intrínsecos a la experiencia rurbana que media su uso. Remiten a los sesgos e inadecuaciones formales inscriptos en la configuración técnica, funcional y simbólica del zoótropo que resultan incompatibles con el modo de vida rurbano y sus estrategias generales para ganarse la vida.

> […] en lo económico no me suma en nada. Tenés muchos más gastos de todo: combustible, arreglos, seguro, patente y no sirve para los trabajos que yo hago. El problema de esta moto es que es un vehículo muy frágil […] la mayoría de los carreros siempre hacemos varios

> trabajos, por ejemplo, yo siempre trabajé con el cirujeo pero también junto la basura para los chanchos y si me sale una changa de escombros o de arena también la agarró. Pero con esta moto, ¿qué changa voy a hacer? Otra cosa es que no podés usarla para la familia, sólo para trabajar, te dicen. Pero sí, lo que tiene es que es más higiénico esto, vas y volvés más rápido, no mortificás tanto al animal. Se ve mejor en la calle, la gente ya te mira de otra forma. Pero después de eso, mi laburo sigue siendo el mismo sólo que con el zoótropo (José, carrero y beneficiario de un zoótropo)[6] .

Desde el predominio de la racionalidad urbano-moderna dominante, el zootropo fue concebido como una mera "herramienta de trabajo", antes que como un "medio de vida". Se le asignó una univocidad instrumental exclusivamente productiva vinculada a las actividades de recolección y venta de papel y cartón. En ese marco, fue diseñado como un artefacto estándar, descontextualizado y despojado de cualquier inscripción que remitiera al universo rurbano, sus actores, prácticas y mediaciones características.

Situado en la cotidianeidad rurbana, el nuevo móvil urbano resulta técnica y mecánicamente inadecuado a las prácticas de rebusque e incluso a las labores de "cartoneo" para las que fuera especialmente diseñado. Tampoco se ajusta a la pluriactividad que caracteriza las estrategias de resolución de la vida de sus destinatarios. No se adecua a las lógicas, saberes y experticias que median la adquisición y manutención de los sistemas sociotécnicos en el entorno rurbano (principalmente trueque, reciclado, inventiva, etc.), ni responde a las formas de sociabilidad características (fundamentalmente familiares y comunitarias) tanto en las actividades laborales, como en la esfera de la reproducción de la vida en la que indefectiblemente el zoótropo se inserta. Asimismo, resulta ajeno a las concepciones temporales mixtas (por caso, que entremezclan tiempo productivo y tiempo vital-social) y al valor de la libertad y la independencia relativa que les brindan

[6] Los relatos de los entrevistados aparecerán con este formato y alineación.

sus trabajos (trabajar sin patrón, manejar los propios tiempos, no recibir órdenes, etc.), por nombrar algunas mediaciones cotidianas que, desconocidas y suprimidas en el zoótropo, son constitutivas de la racionalidad rurbana alternativa.

Las apropiaciones y resignificaciones sociotécnicas operadas sobre esta novedosa tecnología responden a la necesidad de ganarse la vida. Pero también al rechazo y a la resistencia ante una tecnología y un modo de organización del trabajo que resultan incompatibles con el modo de vida rurbano y sus estrategias generales de subsistencia y, en última instancia, con la racionalidad alternativa que rige su cotidiano.

Caracterizadas por su incapacidad de subordinación completa a la racionalidad urbano-moderna que guía la intervención, las prácticas de apropiación rurbanas visibilizan los conflictos y negociaciones que subyacen a la propuesta de cambio tecnológico, dando cuenta de la naturaleza política de la tecnología (Feenberg, 2012) y de las múltiples tensiones que atraviesan las relaciones entre la política pública urbana y la condición de vida rurbana.

Para reconocer el proceso de apropiación y resignificación, fue necesario realizar un abordaje contextualizado y multidimensional de la tecnología (Feenberg, 2012), que permitiera analizar la relación que los sujetos establecen con sus artefactos, en tanto que una dimensión más de su mundo vivido. Posicionados en un enfoque relacional, nos detuvimos en el análisis situacional y concreto de las prácticas de apropiación y resignificación tecnológicas, tomando en consideración tres *dimensiones sociotécnicas características* que nos permitieron observar la complejidad de los elementos intervinientes y el interjuego de negación y actualización de la racionalidad rurbana alternativa. A saber: la *materialidad,* donde reconstruimos lo que damos en llamar procesos de adecuación y personalización técnico-mecánica de bricolaje; la *utilidad,* que nos reveló patrones de usos múltiples y grupales; y las *significaciones*, que resultaron variadas y se caracterizaron por su incapacidad de subordinación completa a la racionalidad urbano-moderna.

A continuación, repasamos lo que implican cada una de estas dimensiones poniendo foco en las mediaciones.

Mecánica y estética de bricolaje. Los des-conocimientos rurbanos

En estudios anteriores (Galimberti, 2008), señalamos que, en general, los carreros diseñan, producen y reparan ellos mismos sus propios sistemas sociotécnicos. Carro y caballo son, por un lado, variados. Y, por otro, responden a tecnologías que tienen siglos de historia, pero en la práctica se producen mediante diseños innovadores que se adaptan a sus quehaceres y habilidades con particular adecuación. Lo que permite producirlos es la capacidad que disponen los actores para apropiar, recrear e innovar sobre viejos principios tecnológicos utilizando objetos de desecho o a costo de trueque y recuperando diferentes saberes y habilidades consuetudinarias y formales aprendidas a lo largo de la vida[7].

[7] Se trata de un conjunto amplio y variado de saberes poco racionalizados, híbridos, situados y prácticos. Compartidos intergeneracionalmente, son parte de las rutinas cotidianas y aunque reconocen cierta sistematicidad y regularidad, admiten la improvisación y creatividad. Inventiva y reciclado son algunas de las lógicas rurbanas que, inscriptas en sus contextos sociohistóricos culturales específicos y puestas al servicio de la supervivencia grupal, emergen como "experimentos de vida". A contracorriente del pensamiento científico dualista que opone lo inteligible a lo sensible, la razón a la imaginación; el saber-hacer rurbano se configura en y desde las coexistencias e hibridaciones y tiende a yuxtaponer razón y subjetividad, necesidad y contingencia, precisión e incertidumbre, previsibilidad e improvisación, trabajo y ocio. El carácter híbrido de los saberes rurbanos, residuales e inservibles a la instrumentalidad tecnológica moderna, se expresa también y de manera paradigmática en su tendencia a integrarse y fusionarse con los conocimientos expertos especializados a su alcance. Por ej. la manutención del zoótropo es quizá un claro ejemplo de esta disposición rurbana a la apertura e integración de conocimientos diversos. Se recurre al técnico del taller mecánico municipal, se consulta entre "conocedores de motos" disponibles en el entorno inmediato y se aprende-haciendo "a prueba y error". Desde la racionalidad rurbana, todas esas modalidades son válidas y complementarias; funcionan como repertorios de recursos a partir de los cuales se efectúan transacciones entre los saberes expertos y consuetudinarios a fin de resolver problemas prácticos concretos. Algo similar sucede con la atención de la salud de

A diferencia del sistema sociotécnico rurbano, el diseño del zoótropo no contó con la participación de los carreros. Las decisiones más importantes estuvieron escindidas del momento posterior de uso y, por tanto, de sus potenciales usuarios. Fueron tomadas por un grupo reducido de técnicos expertos y funcionarios políticos, al calor de apremios electorales e intereses económicos particulares, con una visión instrumental e hiperoptimista de la tecnología, ajenos a la condición de vida rurbana y sus mediaciones características. Así, bajo la lupa del conocimiento científico-experto, el zoótropo se configuró como un producto técnico abstracto y estandarizado, descontextualizado y despojado de cualquier inscripción que remitiera al universo rurbano. Se lo circunscribió exclusivamente a la dimensión productiva de la cotidianeidad, acentuando, de esta manera, sus aspectos puramente utilitarios e incluso especializados para una única actividad. De esta manera, la motocarga se concibió como una herramienta de trabajo estandarizada y técnicamente eficaz orientada a cumplir con máxima precisión su exclusiva instrumentalidad productiva, optimizar y maximizar sus ganancias.

Coco tiene un zoótropo, pero no está conforme. "No es lo mismo", dice preocupado. "Esta no es una moto para carreros. A mí no me venden ese perro porque si fuera para carreros no se tendría que romper tanto ¿o no?", pregunta. Hace un silencio y continúa.

> La mecánica no sirve para el trabajo que hacemos nosotros y para arreglarla es un lío. Antes con el carro era más sencillo porque lo podíamos arreglar nosotros con las mismas cosas que cirujeábamos. Uno sabía más cómo manejar el tema del carro… por eso a muchos nos dan ganas de volver al carro, se extraña, ya no es lo mismo […] Los primeros días andábamos bien, pero después ya se empezaron a romper, si no se rompía una cosa se rompía otra y cuando se te rompe es todo un problema porque tenés que tener la moneda para arreglarla. Si existiera una moto para carreros sería otra cosa […] (2012).

---

los equinos, pues la combinación de prácticas de salud científicas y tradicionales -"ir al doctor" y recurrir a los vecinos o parientes con más experticia. representan una manera de aprovechar los recursos de ambas "medicinas veterinarias".

Situado en la cotidianeidad rurbana, el zoótropo no conlleva necesariamente el progreso pregonado, reduce las posibilidades de rebusque y genera gastos muchas veces inafrontables (principalmente los costos del combustible y aquellos asociados a su reparación). Los carreros consultados reconocen que la motocarga les proporciona rapidez, agilidad y confort a la hora de realizar sus actividades. Sin embargo, esas ventajas relativas contrastan con la poca capacidad de carga del vehículo, las dificultades para realizar ellos mismos su manutención y/o reciclar repuestos para su reparación.

Despojado de sus saberes y experticias, frente al zoótropo, el actor rurbano es ubicado en un lugar de "no saber". Los dispositivos que acompañan el trasvase tecnológico, prohíben expresamente su intervención técnico mecánica y le exigen entrar en una relación de dependencia para resolver la adquisición y manutención de la novedosa tecnología. Por caso, acudir al taller mecánico municipal que en poco tiempo se vio sobrepasado por la demanda creciente de desperfectos mecánicos recurrentes, comenzó a tener demoras significativas en la prestación del servicio e inconvenientes para conseguir las piezas y repuestos de fábricas, al punto que, después de algunos años, cerró definitivamente.

Desacostumbrados a este patrón de relación, fervientes defensores de la "independencia" relativa que le brinda su trabajo, imposibilitados de "quedar parados" sin salir a trabajar, entre otras varias dificultades, optan por realizar ellos mismos las adecuaciones técnico mecánicas ad hoc**.** Así, el saber-hacer rurbano sistemáticamente negado reaparece, se actualiza y abona la praxis reinventiva del zoótropo a fin de adecuarlo a los requerimientos sociotécnicos específicos de sus quehaceres. Habilidosos y dueños de una destreza manual muy particular, los actores rurbanos yuxtaponen los conocimientos expertos con sus destrezas de antaño, herramientas disponibles y materiales reciclados que dan como resultado una práctica mecánica y una estética de bricolaje, híbrida e imperfecta.

La apropiación resultante no reproduce total ni literalmente los principios y concepciones sociotécnicas dominantes. Yuxtapone y mezcla intereses y valores, actualiza saberes residuales -en términos de Williams (1997)- que conectan con una memoria y unas matrices culturales que se resisten a la racionalización moderna excluyente. Por su intermedio reaparece la rurbanidad ocluida, se expresa la alteridad negada e invisibilizada.

> Atan los embragues con alambre, todo atado con hilos y soguitas. Cuelgan las bolsas como si estuvieran en el carro y como la caja les queda chica le ponen tarimas, palos, tachos. Ellos se aproximan a la moto, se vinculan con la moto como lo hacían con el carro y el caballo. Y eso está a la simple vista, el aspecto material delata esa forma de vincularse con el vehículo (mecánico del taller municipal, 2012).

A modo de ilustración compartimos el caso de Vicente quien, desde hace años cuando llega el verano y como parte de su estrategia pluriactiva, también se dedica a vender helados. Con esa idea en mente, Vicente pensó en cerrar la caja del zoótropo con una lona y montar así un "kiosco ambulante de helados". Compartió su ocurrencia con los técnicos municipales. La propuesta tuvo adhesión entre los pares quienes argumentaron que el cerramiento de la caja sería también útil para proteger los materiales en días de lluvia e intensa humedad.

> […] estuve hablando con el mecánico para ver si puedo soldarle unos caños al costado de las barandas para hacerle un toldo porque a mí me vendría bien para el trabajo de los helados los fines de semana. Entonces le pongo un toldo, le cargo el freezer ahí arriba, lo lleno con helados, bebidas y esas cosas y me instalo en el río. ¿Y qué me dijeron? Que no, que no se puede hacerle nada a la moto. Yo necesito trabajar, pero no, ellos siempre todo a su modo. Que va a quedar feo y no sé qué más (Vicente, 2012).

Las reinvenciones rurbanas, como ya anticipamos, son desalentadas y descalificadas por la política pública. Significadas

como un indicador de atraso y retroceso, no reproducen los principios prescritos por el código sociotécnico dominante y atentan contra el impulso de racionalización y homogeneización inscripto en la tecnología moderna (Martín-Barbero, 2004).

Pese al gesto que los niega, pese a las inadecuaciones y sesgos del móvil urbano, los actores rurbanos aceptan y resignifican el zoótropo, lo (con)funden con lo propio y sobrepasan los límites impuestos por la racionalidad dominante. Condicionados más no determinados, despliegan una adaptación creadora a la realidad (Santos, 2000). En este sentido, metaforizan el orden dominante interviniendo "bajo otros registros" lo que éste les impone (De Certeau, 2000), y a través de esas mediaciones de bricolaje resurge la racionalidad rurbana negada que la tecnología moderna intenta -en vano- suprimir y superar.

"Zoótropo para todos y todo". Un medio para la re-producción de la vida

El carromato tracción animal forma parte de la condición de vida rurbana "desde siempre". En muchos casos, carro y caballo han sido heredados generacionalmente. Presentes en las trayectorias vitales y laborales, elementos "naturales" del entorno inmediato, la relación con el sistema sociotécnico rurbano comienza en la niñez, primero como un juego y después como parte central del trabajo. Sin abandonar su lado lúdico, carro y caballo se configuran como el medio de vida por excelencia. Están presentes en todas las dimensiones del cotidiano, tanto productivas como reproductivas, cumpliendo múltiples funciones[8]. Pese a reconocer

[8] Dicho patrón de usos múltiples, puede ser reordenado en al menos cuatro categorías: a) trabajo y rebusques complementarios: "con el carro y el caballo uno puede hacer distintos trabajos, te la vas rebuscando lindo". Carro y caballo sirven para realizar la actividad de cirujeo y permiten, además, rebuscarse alimentos, mobiliario, vestimenta. Una amplia variedad de materiales (orgánicos e inorgánicos) que les permiten ir resolviendo el día a día. Además, permiten realizar un sinfín de "changuitas" complementarias a la economía doméstica

su carácter grupal y patrón de usos múltiples, la política pública entregó un móvil urbano que técnica y legalmente prohíbe ambas condiciones de uso. A contracorriente de la cotidianeidad rurbana, prescribe una univocidad instrumental productiva, especializada e individual que entra en tensión con la pluriactividad y el tipo de sociabilidad características de la condición de vida rurbana.

Junto al sesgo productivista, se obtura también la sociabilidad rurbana característica. Por caso, aquella que se actualiza en la realización de las prácticas laborales, en general siempre grupales, y que se expresa en la figura del "acompañante", y los múltiples usos "familiares" que se les asignan a los sistemas sociotécnicos en el marco de las tareas propias de la reproducción de la vida. Junto a la negación de la figura del "acompañante" se niegan la transmisión intergeneracional del oficio[9], el carácter pluriactivo y grupal de sus estrategias laborales y un patrón de uso que incluye y excede la dimensión estrictamente productiva y se pone al servicio de la reproducción familiar y que, supone, no sólo una ampliación de los usos posible del móvil urbano, sino también un empleo mayoritariamente grupal antes que individual.

> Vez pasada justo una persona me paró en el centro y me felicitó porque tenía el zoótropo […] Yo siempre pienso ¿por qué nos dieron esto? Yo he perdido muchas changas, disminuye el trabajo y se

(venta de áridos, limpieza de escombros, tareas de jardinería, etc.); b) diversas actividades familiares: "lo usamos como un remis", "sirve pa' todo". Medio de transporte y de carga utilizado por el grupo familiar en las más variadas actividades cotidianas, el carromato se emplea para hacer las compras, ir a la escuela y el hospital, buscar leña, realizar trámite e incluso, irse de vacaciones; c) actividades lúdicas y recreativas, tales como ir a cazar o a pescar, participar en encuentros y fiestas que se realizan en los entornos inmediatos o pueblos vecinos.

[9] La figura del "acompañante" tiene una importancia central en los procesos de enseñanza-aprendizaje del oficio, pues además de "ayudante" es aprendiz. Durante los viajes en carro se comparten saberes, experiencias y valores vinculados al oficio: se aprende a manejar, se internalizan las reglas y códigos que rigen las interacciones con los pares y los demás conciudadanos, etc.

> achican los rebusques. Yo siempre les digo que con el carro yo tenía más vida (Vicente, 2012).

> Acá nadie trabaja solo, todos tienen su acompañante y a veces varios. El hecho de no poder andar con otro es una traba para nosotros. La moto es nuestro medio de transporte ahora, mire si no vamos a poder llevar la familia ¿en qué nos movemos sino? (Antonio, 2012)

Laura realiza los recorridos diarios junto a su madre y su pequeño hijo. Ella maneja la moto, los demás se ubican en la caja del zoótropo. Mientras transcurre el viaje, sus "acompañantes" van acomodando la carga. De regreso se ubican sobre la pila de cartones y papeles "como cuando andaban en el carro". Aunque esté prohibido "casi todos andan de a dos, siempre con un acompañante", es una frase que se repite entre los zootroperos.

Como sucedía con la configuración técnico-mecánica, los actores rurbanos tienden a resignificar los usos posibles del zoótropo a fin de adecuarlo a sus condiciones de vida y necesidades cotidianas. En este sentido, lo emplean bajo un registro más amplio que sobrepasa los límites que las determinaciones técnicas y normativas fijan a su utilización, en favor de sus estrategias de sostenibilidad de la vida y las exigencias de sus múltiples ocupaciones laborales. Así, por ejemplo, disponen del zoótropo para realizar distintas changas (fletes varios, transporte de áridos, limpieza de espacios verdes), realizar compras y trámites, llevar los hijos a la escuela, pasear y visitar a sus afectos, viajar a localidades cercanas por diversos motivos, entre otros. "Mientras no te metas al centro…" advierten los entrevistados, el patrón de uso admite múltiples recreaciones al servicio de la sostenibilidad del grupo familiar.

Pues dentro de la condición de vida rurbana, el pensamiento productivo, los dictámenes del mercado y los criterios de productividad no han logrado colonizar todo. Coexisten, se entremezclan e hibridan con otros sentires, valores e intereses

muchas veces incompatibles con las lógicas modernas que moldean la cotidianeidad de los "buenos ciudadanos modernos".

"Ser dueño del propio tiempo". Los des-tiempos rurbanos

Organizada en función de criterios ambientales (especialmente climáticos) y urbanos (horarios comerciales y controles institucionales), la notación del tiempo de las rutinas rurbanas pareciera guiarse por una "orientación del quehacer". En ese transcurrir, el tiempo productivo y el tiempo vital se entremezclan e intercalan sin mayores conflictos. No se perciben signos de apremio o apuro; "se hace hasta donde se puede, después se sigue" sin prisa. Siempre hay tiempo para un mate, una charla con la vecina, un momento de silencio sin hacer nada. Mientras transcurre el quehacer, éste se alterna con instancias de ociosidad y socialización, pues el trabajo se funde y confunde con la propia vida donde no se busca hacer útil cada segundo, donde no se juega un uso compulsivo del tiempo. Ninguna de las personas que habita ese acontecer siente que "pierde tiempo", al contrario, lo vive como un placer conseguido y como un logro gratificante. El "estar nomás", el ocio y la tranquilidad no generan culpa ni desazón; detienen el tránsito, alargan las secuencias, inscriben un distanciamiento sarcástico con los transcursos acelerados (Camblog, 2007).

El nuevo móvil urbano y sus dispositivos adjuntos buscan regular el desarrollo de las prácticas rurbanas. La formalización y ordenamiento general de la actividad son estrategias de control que buscan, en última instancia, operar su modernización: ajustar sus rutinas volviéndolas más previsibles; reducir y eliminar la incidencia de variables ajenas a la estructura productiva, buscando imponer el predominio del tiempo-dinero por sobre el tiempo vital; disciplinar y optimizar el uso del tiempo a través de la incorporación de recorridos previamente pautados, que aprovechen al máximo la velocidad y agilidad del nuevo móvil urbano con fines exclusivamente pragmáticos y productivos.

Desde esa temporalidad otra y frente a los imperativos de renovación fascinados por lo nuevo, la sucesión y el avance permanente, los actores rurbanos aceptan el zoótropo y, en muchos casos, conservan el carromato tracción animal. Emplean ambos artefactos de manera simultánea; entremezclan sin traumas lo nuevo y lo viejo, lo moderno y tradicional, lo urbano y lo rural. El zoótropo se integra a sus rutinas, siempre a mitad de camino entre la previsión y la contingencia del diario vivir.

Sin patrón, ni formas de trabajo totalmente preestablecidas por otros, los actores rurbanos se sienten *más libres.* Pese a la precariedad de sus prácticas, la libertad del rebusque es para ellos invaluable. "Preferimos ganar menos plata, pero estar más tranquilos", coinciden y anteponen a los criterios de productividad su libertad e independencia relativas.

> Dicen que la moto te cambia la vida, pero para mí no es así […] el trabajo ahora lo hago más rápido porque voy y vengo en un ratito. Entonces llego acá dejo el zoótropo cargado y puedo salir a buscar changuitas piolón con el carro o lo que sea. Esa es la ventaja que le veo (Vicente, 2012).

Vicente utiliza el nuevo margen de tiempo que le provee el uso del zoótropo para buscar "tranquilo" una changuita o lo que depare el día. Se apura para volver a su transcurrir "lento", no para ser necesariamente más productivo. El tiempo "extra" además de ser utilizado para rebuscarse la vida con el carro, es también empleado para la realización de un trabajo creativo y sin aparentes ganancias (estar con la familia, visitar parientes, realizar tareas en la casa, hacer trámites, entre otras múltiples funcionalidades, individuales y grupales).

En este sentido, el uso que los actores rurbanos realizan de la temporalidad provista por el zoótropo parece burlar y subvertir a su modo los fines prescritos. Pues, sus patrones de usos dan cuenta de un perpetuo desplazamiento que, aun reconociendo los límites, al mismo tiempo los traspasa, los desborda, los corre

infinitesimalmente (Camblog, 2007). La peculiaridad radica en que en general las prácticas de escamoteo no se asientan en una voluntad transgresora o una belicosidad desafiante, sino más bien en una acostumbrada indolencia sarcástica y serena de quien a lo largo de su vida ha aprendido a gozar del tiempo social, sin prisa ni culpa. Una temporalidad otra vinculada al reloj, pero también referenciada en los ciclos naturales; en el acontecer familiar y el trabajo; la productividad y el ocio; la velocidad y la tranquilidad; lo nuevo, lo viejo y lo reciclado; lo sucesivo y lo simultáneo, entre otras yuxtaposiciones que marcan los ritmos rurbanos.

A modo de conclusión

El análisis de la puesta en acto de la política pública y de los procesos de apropiación y resignificación tecnológica que los actores rurbanos despliegan sobre el zoótropo, nos permite advertir que la *racionalidad rurbana negada* reaparece tenazmente en las *praxis inventivas* que los actores despliegan en su afán de adecuar lo dado y/o impuesto a sus modos de vida y estrategias generales de sostenibilidad de la vida.

En el presente trabajo, ese ejercicio de reinvención sociotécnica nos interesa porque da cuenta de, al menos, *dos procesos íntimamente ligados:* la negación de las mediaciones rurbanas, en el marco de una política pública fundamentalmente urbana para actores rurbanos; y la actualización de esas mediaciones, en los procesos de apropiación y resignificación que los sujetos destinatarios realizan sobre aquello que les es dado y/o impuesto.

Las reapropiaciones resultantes *responden a la necesidad de resolver la subsistencia diaria*, pero también responden al *rechazo y la resistencia* a un *dispositivo tecnológico* y una *organización del trabajo* que resultan *incompatibles* con la racionalidad alternativa que rige la cotidianeidad rurbana. Por caso, la interdependencia e interpenetración entre las esferas de la producción y las esferas de la reproducción de la vida; la pluriactividad que caracteriza sus estrategias laborales; sus saberes y experticias híbridas; sus

sociabilidades anchas (que incluyen relaciones de parentesco, vecindad, amistad y otro conjunto de redes de vinculación de carácter contractual e institucional); sus concepciones y formas mixtas de habitar el tiempo (que entremezclan tiempo productivo y tiempo social-vital); el valor de la libertad y la independencia relativa; la importancia de la familia y la comunidad; la centralidad del trabajo, pero también del goce; por nombrar sólo algunas de las mediaciones que, suprimidas en el zoótropo, son centrales en la cotidianeidad rurbana.

En ese sentido, postulamos que la praxis reinventiva -sus procesos y resultantes- se configura como expresión de una *matriz sociocultural otra,* dominada pero activa (Martín-Barbero, 1987) con una positividad y potencialidad a la vez intrínseca y relacional. Es en esas prácticas donde se asoma, tal vez, la *memoria* actuante de una *economía moral otra* a través de la cual no sólo se sobrevive, sino también se resiste en la ciudad. Prácticas que nos hablan de la vigencia de ciertas costumbres y tradiciones que nunca se fueron; elementos pre-modernos inservibles a la instrumentalidad tecnológica que se resisten a la modernización generalizada y excluyente.

Los esfuerzos de conocimiento, asimismo, nos permiten sostener que la racionalidad rurbana, en tanto que matriz sociocultural productora de sentidos, no se define ni agota en la mera oposición con la racionalidad urbano-moderna, sino que se erige y sostiene en las intersecciones con aquélla. Se configura como espacio denso de interpenetraciones, mestizajes, hibridaciones. Las tensiones que la fundan y su carácter contradictorio y reinventivo problematizan la validez de las dicotomías como único criterio capaz de explicar su relación con lo urbano. No es la negación/oposición lo que determina la relación; tampoco es la irracionalidad o el caos lo que define su configuración. Lo que la racionalidad rurbana revela es un orden de coexistencias e interdependencias; una diversidad de procesos de interpenetración de contrarios; un esquema de relación hecho de resistencias, complicidades y múltiples combinaciones.

Nos referimos a una praxis reinventiva que remite a los artificios a partir de los cuales los actores rurbanos desenmascaran, resisten y enfrentan los embates de la racionalidad urbana excluyente. Filtran y reorganizan lo que les es dado y/o impuesto, lo integran, mezclan y funden con lo que viene de sus matrices socioculturales e históricas, creando en ese mismo momento una simbiosis entre lo propio y lo ajeno. La praxis reinventiva - sus procesos y resultantes - interesa por lo que visibiliza. Por su intermedio se actualiza la racionalidad rurbana negada; se manifiesta una matriz sociocultural otra, no como expresión autónoma, sino en interacción permanente con la racionalidad y cultura dominantes.

Enfocar las mediaciones rurbanas como clave de lectura de un estudio previo nos implicó distintos desafíos simultáneos: sostener una perspectiva atenta a la búsqueda de estructuras no estrictamente derivadas de la dominación de los sectores hegemónicos, sino resultante de las negociaciones de sentidos y matrices de percepción y sentimiento que se han construido a partir de la complicidad. Asimismo, y para avanzar en su reconocimiento, asumir una mirada teórica y analítica relacional capaz de realizar un análisis cultural despojado del sincronismo o de la ahistoricidad, sobre la base de un trabajo de campo de carácter etnográfico y susceptible de problematizarse y reinterpretarse desde el concepto de mediaciones.

El esfuerzo de conocimiento, además de ampliar nuestros marcos de entendimiento sobre la condición de vida rurbana y los complejos procesos de integración social citadina, nos plantea otro importante desafío con implicancias políticas y sociales: evidencia el carácter mezquino y la incomprensión que en general preside a las interpretaciones y actuaciones institucionales sobre la condición de vida rurbana; a la vez que solicita y exige otras entradas y miradas capaces de reconocer sus mixturas y matices si es que realmente interesa integrarla sin negar.

Referencias

Alonso Alonso, M. Mediación y construcción de sentidos: notas en torno a su articulación teórico-metodológica en el estudio de la apropiación de internet. *Mediaciones sociales. Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación*, Universidad Complutense de Madrid, n. 6, p. 3-37, 2010. Disponible em: http://www.ucm.es/info/mediars.

Araújo, I. Mediaciones y poder. En Orozco Gomez, G. (Coord.) *Recepción y mediaciones. Casos de investigación en América Latina.* Colombia: Grupo Editorial Norma. 2002. p. 47-66.

Aronso, P. (2005) Prólogo: Los cimientos del orden social moderno. Alonso, P.; Weisz, E. (Comp.) *Sociedad y religión, un siglo de controversias en torno a la noción weberiana de racionalización.* Buenos Aires: Prometeo. 2005. p.9-24.

Camblog, A. Quicio y desquicio del tiempo cotidiano dialectal. En II Congreso Internacional y VII Nacional de la Asociación Argentina de Semiótica, *Acta de Congreso,* Rosario: UNR Editora, 2009.

Cimadevilla, G. Contrapuntos con Lefebvre. Apuntes para una entrada comunicacional. En Cimadevilla, G.; Carniglia, E. (Coord.) *Relatos sobre la rurbanidad.* Río Cuarto: Editorial UNRC. 2009, p. 11-20.

Cimadevilla, G.; Carniglia, E. *Informe General del Relevamiento de familias con actividades de cirujeo.* Río Cuarto: UNRC, 2005, 30 p.

Cimadevilla, G.; Demarchi, P.; Galimberti, S. La rurbanidad ausente. Visibilidades e invisibilidades mediáticas. *Signo y Pensamientos,* Colombia, *XXX* (58), p. 207-218, 2011.

De Certeau, M. *La invención de lo cotidiano I. Artes de hacer.* México: Universidad Iberoamericana, 2000.

Feenberg, A. *Transformar la tecnología.* Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2012.

Galimberti, S. *Más que carros y caballos. Rurbanidad, objetos y significados.* 2007. 132 p. Tesis (Lic. en Ciencias de la Comunicación)

- Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Río Cuarto, Río Cuarto, 2008.

Galimberti, S. *Tecnología, ilusiones y reinvenciones. Tensiones y ambivalencias entre la política pública y los actores rurbanos.* 2014. 450 p. Tesis (Doctorado en Comunicación Social) - Facultad de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 2015. Disponible en http://hdl.handle.net/2133/ 8827

Habermas, J. *Teoría de la acción comunicativa I.* Madrid: Taurus, 1987.

Kalberg, S. Los tipos de racionalidad de Max Weber: Piedras angulares para el análisis de los procesos de racionalización en la historia. En Aronso, P.; Weisz, E. (Comp.) *Sociedad y religión, un siglo de controversias en torno a la noción weberiana de racionalización.* Buenos Aires: Prometeo, 2005. p. 73-116.

Kalberg, S. *Max Weber. Principales dimensiones de su obra.* Buenos Aires: Prometeo, 2008.

Kusch, R. *América Profunda.* Buenos Aires: Editorial Biblos, 1999.

Martín-Barbero, J. *De los medios a las mediaciones. Comunicación. Cultura y hegemonía.* Barcelona: Edit. Gustavo Gilli, 1987.

Martín-Barbero, J. *La educación desde la Comunicación.* Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

Martín-Barbero, J. *Oficio de cartógrafo. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura.* Buenos Aires: FCE, 2004.

Mattelart, A. *La comunicación-mundo. Historia de las ideas y de las estrategias.* Madrid: Fundesco, 1993.

Mattelart, A. *La invención de la comunicación.* Barcelona: Bosch Comunicación, 1995.

Mattelart, A. *Historia de las teorías de la comunicación.* Barcelona: Paidós, 1997.

Orozco Gómez, G. (2002). Travesías de la recepción en América Latina. En Orozco Gómez, G. *Recepción y mediaciones. Casos de*

investigación en América Latina. Colombia: Grupo Editorial Norma. 2002. p. 15-23.

Ortiz, G. Reconstrucciones de la racionalidad social. *Estudios digitales,* Centro de Estudios Avanzados Universidad Nacional de Córdoba, n. 7/8, p. 97-118. 1997.

Reguillo, R. Los miedos contemporáneos: sus laberintos, sus monstruos y conjuros. En Pereira González, J. M. y Villadiego Prins, M. (Eds.) *Entre miedos y goces. Comunicación, vida pública y ciudadanías.* Bogotá: Editorial Pontifica Universidad Javeriana. 2006. p. 25-54.

Santagada, M. Cultura, cultura popular, mediaciones. In: Santagada, M. *De certezas e ilusiones.* Trayectos latino-americanos de investigación en comunicación. Buenos Aires: Eudeba. 2000, p. 67-104.

Santos, M. *La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo. Razón y emoción.* España: Editorial Ariel S.A., 2000.

Schmucler, H. *Memoria de la Comunicación.* Buenos Aires: Editorial Biblos, 1997.

Serrano Gómez, E. *Legitimación y racionalización.* Barcelona: Editorial Anthropos, 1994.

Weber, M. *Economía y Sociedad.* México: Fondo de Cultura Económica, [1922] 1996.

Williams, R. *Marxismo y Literatura*. Ediciones Península, [1977] 1997.

Posfácio

Cidonea Machado Deponti

Ter sido convidada pela colega e amiga Ângela Cristina Trevisan Felippi para escrever este posfácio me deixou muito feliz e, ao mesmo tempo, ansiosa, pois é o primeiro posfácio em minha trajetória e gostaria de honrar com o compromisso à altura do livro *Rurbanidade e Tecnologias da Comunicação - Experiências de pesquisa Brasil – Argentina*.

Minha proximidade com este tema ocorreu com minha participação na pesquisa *Rurbanidades, TIC e Desenvolvimento Regional: estudo das práticas e dos sentidos da rurbanidade manifestas nos Vale do Rio Pardo e Vale do Caí/RS-Brasil*. Em função de escolhas profissionais participei apenas dos primeiros anos da pesquisa.

Essa pesquisa nos aproximou de nossos irmãos argentinos e fez parte do processo de internacionalização de nosso Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Mais do que isso, nos permitiu experienciar o território, fomos convidadas para passar uma semana em Rio Cuarto - Argentina – e, posteriormente, nosso colega Gustavo Cimadevilla também passou uma semana conosco em Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul.

O conceito de *rurbanidade* me foi apresentado em 2001. Nesta época eu fazia uma especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia na UFRGS. Para ser mais precisa, a ideia de *rurbano* utilizada por José Graziano da Silva foi o primeiro contato com o tema. A r*urbanidade* entendida como um conceito que medeia o rural e o urbano, ou seja, um rural que tem características de urbano – urbanização do campo e um urbano que apresenta características de rural –ruralização da cidade.

A melhor definição de *rurbanidade* em minha opinião é a de Cimadevilla: a rurbanidade como uma condição social emergente

e resultante de uma diversidade de processos de interpenetração e coexistência de contrários. Como condição social significante, interessa pelo que implica e expressa frente ao que resulta hegemônico no sistema cultural, e também pelo que supõe enquanto negação de visibilidade, como oculto crescente, dramático e silencioso (Cimadevilla, 2009).

Podemos exemplificar a definição com as palavras das autoras de capítulos deste e-book Silvia Galimbert e Paola Demarchi que destacam que segmentos particulares da população convivem em lugares em que a paisagem, as práticas, os dispositivos e os saberes que remetem aos dois polos – rural e urbano de uma relação tradicional, agora se mesclam, se subvertem e se sintetizam. Assim, parafraseando Cimadevilla, a *rurbanidade* é uma chave analítica e conceitual. Essa chave permite compreender a relação de sujeitos no mundo e como há condições da vida social que tendem a se cristalizar, manter o modo de vida de estar e reproduzir, de acordo com Cimadevilla.

A visita à Rio Cuarto, como destaquei acima, permitiu experienciar o território, vivenciar a realidade de uma situação de *rurbanidade* – carroceiros coletores e recicladores, que se utilizam de carroças e de cavalos para a atividade de trabalho. Sujeitos que apresentam uma condição de vida precária, mas que batalham no seu cotidiano pela sobrevivência.

A capacidade de agência humana definida por Giddens (2009) me parecia tão real, a capacidade de processar a experiência social e inventar caminhos para as situações problemáticas, sob as mais extremas formas de coerção (Long; Ploeg, 1994).

> Os agentes ou atores humanos [...] têm, como aspecto inerente do que fazem, a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem. As capacidades reflexivas do ator humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, no fluxo da conduta cotidiana, nos contextos da atividade social. Mas a reflexividade opera apenas parcialmente num nível discursivo. O que os agentes sabem acerca do que fazem e de por que o fazem - sua

> cognoscitividade *como* agentes - está largamente contido na consciência prática. Esta consiste em todas as coisas que os atores conhecem tacitamente sobre como "continuar" nos contextos da vida social sem serem capazes de lhes dar uma expressão discursiva direta (Giddens, 2009, p. XXV, grifo do autor).

A agência não é um conceito de fácil percepção, pois ela pode estar presente no cotidiano, mas de acordo com Norman Long (2007), ela é reconhecida quando se torna amplamente pública. Importa, portanto, compreender como a agência se constrói e estrutura ações cotidianas.

O projeto de extensão que visitamos envolvia a relação Universidade-Sociedade tão viva, tão próxima que, por vezes, se mesclavam em investigação ação-participativa, eram professores-cooperados, recicladores-cooperados, professores-presidente da cooperativa. A extensão universitária como uma extensão da própria ação em comunidade.

A observação dessa experiência me remete à reflexão sobre nossa ação de ensino-pesquisa e extensão dentro do PPGDR/UNISC. Em ambas as Universidades se contextualiza o mundo do trabalho contemporâneo de forma muito parecida. Embora, nossas pesquisas não sejam com recicladores, mas com agricultores familiares, apresentam muitas interfaces. No que se refere ao uso das TICs: a afirmação de Cimadevilla de que parece que o saber está cristalizado, o trabalho precário, a escolaridade baixa e a baixa disposição para inovar, salientando os mecanismos de consolidação mais do que os de transformação, caracterizando mais do mesmo. Tal afirmação aproxima-se muito da realidade brasileira, especificamente no Rio Grande do Sul. Em universos de mudança também há componentes de cristalização, ou seja, a inclusão digital é muito mais do que o uso da tecnologia; o uso da tecnologia não garante sua apropriação e muito menos a transformação social.

O capítulo escrito por Ângela C. T. Felippi analisa, sob à condição de *rurbanidade,* um grupo social formado pela juventude

escolar do ensino técnico agrícola profissionalizante do Vale do Rio Pardo. Por meio da compreensão do cotidiano da juventude rurbana busca conhecer suas vivências, subjetividades e suas expectativas de futuro. Nesse sentido, observa que a totalidade dos jovens pesquisados possui celular, mídia que é de preferência entre a juventude rural e das classes populares. Utilizam o celular, principalmente para ouvir música, navegar nas redes sociais e fazer pesquisas. Concluiu que há uma generalização das tecnologias de comunicação na via cotidiana dos jovens rurbanos e que a geração nativa digital integra de forma particular uma nova ambiência técnica-informacional em que está inserida a sociedade, uma nova configuração sociotécnica. Também destaca que há novos rituais e novas socialidades, diferentes das gerações pregressas, que apesar da fragilização das instituições no tempo presente, as mediações da escola e da família tem considerável importância na relação dos jovens com o território, na sua constituição como sujeitos e na definição de seu projeto de futuro.

O livro apresenta um conjunto de categorias analíticas que permitem dar conta de seu objetivo, tais como: desenvolvimento, perspectiva sociocultural, ação, agência, sujeitos, juventude, condição de vida, cotidiano, regional, *rurbanidade,* território, cidade, padrão de sentidos, cristalização, TICs, multidimensionalidade.

Assim, se pudermos relacionar algumas das conclusões dos autores de forma teórica e empírica, destacamos que as pesquisas dos argentinos se apresentam mais negativas quanto ao futuro, demonstrando uma realidade de fragmentação do trabalho e de cristalização das condições de vida social que reproduzem a desigualdade social e a exclusão digital. No entanto, podemos nos apegar às conclusões mais esperançosas ou mais positivas, baseada na percepção dos jovens brasileiros da valorização da mediação entre escola e família, na relação estabelecida entre os jovens e o território.

Dessa forma, finalizamos destacando a importância de "ler a realidade de modo relacional e complexo" de acordo com a afirmação das autoras Claudia Kenbel e Silvina Galimberti. E, de

perseverar na construção de diálogos profícuos entre diferentes, mas, por vezes, similares, países vizinhos.

Parabéns aos autores que procuraram desvelar a realidade social e cultural, aproximar pesquisas e pesquisadores e contribuir para o avanço do conhecimento científico na área da Comunicação e do Desenvolvimento Regional.

Referências

Cimadevilla, G. Contrapuntos con Lefebvre. Apuntes para una entrada comunicacional. In: Cimadevilla, G. y Carniglia, E. (Coord.) *Relatos sobre la rurbanidad*. Río Cuarto: Editorial UNRC, 2009, p. 11-20.

Giddens, A. *A constituição da sociedade*. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Long, N. Resistance, Agency and Counterwork: a theoretical positioning. In: Wrigth, W.; Middendorf, G. (org). *The fight over food: producers, consumers, and activists challenge teh global food system.* Pennsylvania: University Park, 2007, p. 69-92.

Long, N..; Ploeg, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: Booth, D. *Rethinking social development theory, research and practice.* London: Longman Scientific & Technical, 1994, p. 62-90.

Sobre as autoras e o autor

ANA CAROLINA D. ESCOSTEGUY
Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS. Doutora em Ciências da Comunicação pela USP, com período de estudos no Department of Cultural Studies and Sociology da University of Birmingham, Inglaterra (bolsa CAPES). Fez pós-doutorado no Comunication and Media Research Institute, associado ao Departmen of Jornalism and Mass Comunication da School of Media, Art and Design da University of Westminster, Inglaterra. Foi professora titular da PUCRS. Foi secretária da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS - 2009-2011). Foi professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. Entre suas publicações estão: *As tecnologias de comunicação no cotidiano de famílias rurais (Re)Configurações de uma ruralidade* (EDUNISC); *Cartografias dos estudos culturais: Uma versão latino-americana* (Autêntica); *Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa* e *Cultura midiática e tecnologias do imaginário - Metodologias e pesquisas* (EDIPUCRS); *Comunicação e Recepção* (Hacker Editores). É Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq - Pesquisadora 1C. E-mail: carolad2017@gmail.com

ÂNGELA CRISTINA TREVISAN FELIPPI
Professora e pesquisadora dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e em Letras, e dos cursos de graduação da área Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com pós-doutorado em Comunicación – Recepción y Cultura, na Universidad Católica del Uruguay. Atualmente, em pós-doutoramento em Comunicação e Informação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Coordena o grupo de pesquisa do CNPq Desenvolvimento Regional e Processos Socioculturais, e integra o grupo de pesquisa do CNPq Literatura e Identidade na América Latina. E-mail: angelafe@unisc.br

CIDONEA MACHADO DEPONTI
Professora, pesquisadora e atual coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e dos cursos de graduação em Economia e em Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutora em Desenvolvimento Rural pela UFRGS, com intercâmbio acadêmico na Universidade de Santiago de Compostela/Espanha. Mestre em Integração Latino-americana e graduada em Ciências Econômicas, pela UFSM. Fez pós-doutorado em Desenvolvimento Rural (CNPq-UFRGS). Editora da revista Redes, Diretora Sul da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Regional (RETE), e bolsista Produtividade Científica do CNPq. E-mail: cidonea@unisc.br

CLAUDIA KENBEL
Doctora en Comunicación Social por la Universidad Nacional de Rosario (UNR), Comunicadora Social y Licenciada en Ciencias de la Comunicación por la Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC). Investigadora Adjunta del Instituto de Investigaciones Sociales, Territoriales y Educativas (ISTE), unidad de doble dependencia del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y la UNRC. Directora del Doctorado en Ciencias Sociales y docente del Departamento de Ciencias de la Comunicación en la UNRC. Integrante de la Red de Investigación Acción sobre Residuos (RIAR) y la Asociación Latinoamericana de Investigadores en Comunicación (ALAIC). Correo: claudiakenbel@yahoo.com.ar

GUSTAVO CIMADEVILLA
Graduado em Ciencias de la Comunicación da Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC) e mestre em Extensão Rural (UFSM – Brasil), com doutorado em Ciencias de la Comunicación (UNRC - Argentina). Organizador, coordenador e ex-diretor do Doctorado en Ciencias Sociales, de la Facultad de Ciencias Humanas (UNRC). Professor do doutorado e candidato a Profesor Hemérito na UNRC. Ex-director Científico, vice-presidente e presidente de Associação Latino-Americana de Comunicação (ALAIC - 2018-2020). Ex-presidente da Federación Argentina de Carreras de Comunicación Social (Fadeccos). Avaliador no Sistema Nacional de Investigadores y Proyectos de Investigació; do CONEAU - Ministerio de Educación y Ciencia y Tecnología. Professor de pós-graduação nas universidades nacionales de Entre Ríos, del Litoral y de Río Cuarto; y en el Doctorado Latinoamericano de Comunicación de la Universidad Andina Simón Bolivar, Equador. Autor de diversas publicaciones em revistas internacionais. Autor de *Dominios, Crítica a la razón intervencionista, La comunicación y el desarrollo sustentable (Prometeo)* e *Relatos de la Rurbanidad (UNIRIO),* entre outros. Correo: gcimadevilla@yahoo.com.ar

PAOLA DEMARCHI
Doctora en Comunicación Social por la Universidad Nacional de Rosario (UNR), Comunicadora Social y Licenciada en Ciencias de la Comunicación por la Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC). Docente-investigadora del Departamento de Ciencias de la Comunicación y del Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Río Cuarto, (UNRC). Directora de la Revista Temas y Problemas de Comunicación editada por el Centro de Investigaciones en Comunicación (CICOM-UNRC). Correo: pdemarchi@hum.unrc.edu.ar

SILVINA GALIMBERTI
Doctora en Comunicación Social por la Universidad Nacional de Rosario (UNR), Comunicadora Social y Licenciada en Ciencias de la Comunicación por la Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC). Docente e investigadora del Departamento de Ciencias de la Comunicación y del Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Río Cuarto, (UNRC). Directora e integrante de equipos de trabajo de proyectos de Investigación, Extensión e Innovación Pedagógica. Autora de capítulos de libros y artículos en revistas especializadas. Miembro del Comité Académico de la Revista Temas y Problemas editada por el Centro de Investigaciones en Comunicación (CICOM-UNRC). Correo: sgalimberti@hum.unrc.edu.ar

A condição de *rurbanidade* na qual se encontram territórios e sujeitos é objeto de estudo dos pesquisadores cujos textos compõem esta obra. No marco do convênio interinstitucional entre a Universidade de Santa Cruz do Sul/Brasil e Universidad Nacional de Río Cuarto/Argentina, o livro oferece um conjunto de capítulos que apresentam resultados de pesquisas e de reflexões em realidades regionais. Tratam-se de análises socioculturais da *rurbanidade* considerando a presença das tecnologias de comunicação na conformação da experiência social, observada no contexto da escola, da elaboração da política urbana e do mundo do trabalho. A obra se situa no âmbito dos estudos de *Comunicação e Desenvolvimento*.

Pedro & João Editores
pedroejoaoeditores.com.br

ISBN 978-65-265-1809-0